



A SOCIEDADE UNIPESSOAL DE DIREITO ANGOLANO

Gorki Salvador

LISBOA
2016



A SOCIEDADE UNIPessoal DE DIREITO ANGOLANO

Contributo para a compreensão do seu regime jurídico

Dissertação de Mestrado em Ciências Jurídicas
apresentada na Faculdade de Direito da Universidade
de Lisboa, orientada pelo Professor Doutor João
Espírito Santo.

LISBOA
2016

Aos meus pais, pela crença em mim e pelo amor incondicional,

A Joblina, a personificação do amor em minha vida.

Agradecimentos

O caminho que se percorre durante a elaboração de uma dissertação é, no mais das vezes, um caminho penoso e, na maior parte dele, uma vereda de solidão. Trabalho noite adentro e sessões de isolamento total caracterizam a trajectória. Não obstante essa incontornável realidade, a intrínseca natureza social do homem faz com que nenhum caminho palmilhado seja absolutamente solitário. Ao longo de qualquer empreitada que nos propusemos realizar, concorrem para a sua concretização, de forma directa ou indirecta, várias entidades, individuais e colectivas.

Por esta razão, não podemos deixar de agradecer àqueles que, directa ou indirectamente, contribuíram para a concretização deste trabalho, apesar do seu pendor individual.

A tarefa de deixar uma nota de gratidão aos que doaram o seu contributo para que este trabalho se tornasse realidade não é fácil, quer pelo elevado número de pessoas a quem o sentimento de gratidão é devido, existindo o risco de não se mencionar todas elas, quer pela dificuldade de expressar com as palavras mais adequadas o quão gratos estamos. Provavelmente, uma nota de agradecimento dirigida de modo geral e abstracto seria suficiente para nos furtarmos ao risco da imperfeição. Mas não queremos praticar a injustiça de não fazer referência expressa àquelas pessoas cujo contributo directo ou indirecto é digno de registo nestas páginas.

Assim, a primeira nota de gratidão (e esta é eterna) é dirigida a Deus, pelo dom da vida, sem o qual nada seria possível. Na verdade, devemos amá-lo acima de todas as coisas.

Uma especial homenagem é dirigida aos meus pais, Joaquim e Madalena Salvador, pelo amor incondicional. Tudo o que sou, devo a vocês, eis a justificação da primeira dedicatória.

Aos meus irmãos, pelos caminhos juntos percorridos e pelo apoio incondicional: Nelson, Anselmo, Nucha, Dário, Fenícia, Palmira, Leonor, Felícia, Kelson e Deth, e aos meus sobrinhos, esperando dignificar os laços que nos unem.

A Joblina Vieira, a personificação do amor em minha vida – quando penso na palavra amor, vem-me à mente a sua bela imagem. O amor deixou de ser para mim um sentimento, ele é hoje uma pessoa: você. Obrigado por iluminar os meus dias sempre que acordo nas trevas. Estou, ansiosamente, a contar regressivamente os dias até à data em que finalmente colocarei o meu nome no seu e teremos fechado um dos ciclos mais importantes da nossa vida.

A Peri e a Vera, as melhores cunhadas que se pode ter. Obrigado pelo amor e por terem cuidado do meu tesouro enquanto estive distante.

Agradeço ao Senhor Doutor João Espírito Santo, por ter aceite o desafio de orientar esta dissertação, pela atenção reflectida nas respostas pontuais e pelos conselhos e recomendações.

À Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola, a minha *alma mater*, pela iniciação ao fantástico mundo do Direito, em especial na pessoa do Dr. Adérito Correia.

Aos meus amigos, fiéis companheiros de batalha, Amílcar Panzo, Dalvan Costa, Dilson Barros, Dorivaldo Americano, Evaldino Sampanha, Janeck Bastos, Jovete Cazequene, Luis Costa, Naldemar Lourença, Olavo Silva, Pelágio António, Policarpo Baptista e Wilson Ramos. Obrigado pelo companheirismo, muitas batalhas se seguirão.

Aos camaradas de jornada, Victor Chia, Dalvim Pipa, Precioso Domingos, Vasco Mendes, Nelson Vumbe, Edneth Márcia, Francisco Tchiloia, Jaques, Major Serrote, e aos bons amigos encontrados ao longo da jornada, Francisco Netchitchi, Adilson, Mamadu Dialo, Margarida Assis, Ulica Bravante, Arlete Liassaca, Silva Félix, Bernardo, Adalberto Loneque, Tchibwabwa Barros, Chico Lima. A estes, o meu muito obrigado.

Aos Drs. Benja Satula, José Luís Domingos, Tatiana Aço, Helder Caiumba e Michel Bailundo, pelo apoio prestado e pela motivação.

À Direcção Jurídica do Banco Privado Atlântico, na pessoa da Dr^a Irina Delgado, pelo apoio e pela amizade, à Maria Albino (Mizé) e à Dr^a Isabel do Espírito Santo, pela experiência transmitida durante os meus anos de trabalho.

Ao Dr. Paulo Câmara, ao Dr. Ricardo Costa e ao Dr. Cassiano Santos, pelo apoio prestado.

Ao GUE (Guiché Único da Empresa), pela forma cordial como que fui tratado, e aos serviços da Biblioteca da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e Biblioteca da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, o meu agradecimento.

Por fim, a todos os que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para que este trabalho fosse possível. Não obstante o facto de não os ter nomeado, guardo-os, com enorme gratidão, em meu coração.

Luanda, 19 de Outubro de 2016

Advertências e Modo de Citação

Por opção do Autor, o texto segue a ortografia anterior ao Acordo Ortográfico.

Na numeração de artigos de diplomas legais, utilizámos o ordinal até nove e o cardinal de dez em diante, pelo que nos afastamos do critério da legislação angolana que não temos por justificado¹.

Os preceitos citados sem indicação da fonte reportam-se à Lei das Sociedades Unipessoais (LSU), salvo se outro enquadramento sistemático resulta do contexto expositivo.

A indicação bibliográfica completa das obras citadas consta da bibliografia apresentada no final, sendo também mencionada a referência bibliográfica de cada obra aquando da sua primeira citação, bem como o número da página. Aquando da segunda e sucessivas citações, cada obra é referenciada pelo título de forma abreviada, seguido da expressão *op. cit.* ou simplesmente cit.

¹ Por todos, CUNHA, Celso e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 20.^a, Edições João Sá da Costa, Lisboa, 2013. pág. 467.

Abreviaturas e Siglas

São utilizadas as seguintes siglas e abreviaturas:

al. /als.	alínea /alíneas
art. /arts.	Artigo / artigos
AUS	Acto Uniforme sobre o Direito das Sociedades
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEC	Código das Empresas Comerciais
Cf.	Conferir
Cod. Civ.	Código Civil
Coord.	Coordenação
CSC	Código das Sociedades Comerciais
Dec. – Lei	Decreto Lei
Ed.	Edição
EIRL	Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada
EUA	Estados Unidos da América
EIRELI	Empresa Individual de Responsabilidade Limitada
FDUAN	Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto
GmbH	<i>Gesellschaft mit beschränkter Haftung</i>
GMJDH	Gabinete do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos
GUE	Guiché Único da Empresa
<i>Ibidem</i>	O mesmo autor e a mesma página
IDET	Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho
LSC	Lei das Sociedades Comerciais

LSRL	Lei das Sociedades de Responsabilidade Limitada
LSU	Lei das Sociedades Unipessoais
M ^a .	Maria
n ^o / n ^{os}	Número / Números
n.	Nota
OHADA	Organização para Harmonização em Africa do Direito dos Negócios
Op. Cit. / cit.	Obra citada / citado (a)
Pág. / Págs.	Página / Páginas
SMLLC	<i>Single Member Limited Liability Company</i>
ss.	Seguintes
SUA	Sociedade Unipessoal Anónima
SUQ	Sociedade Unipessoal por Quotas
US	<i>United States</i>
Vol.	Volume

Resumo

A presente investigação tem como objecto a Sociedade Unipessoal de Direito angolano. Com o desenvolvimento da mesma, ambicionamos prestar um contributo para a compreensão do regime jurídico positivo da unipessoalidade no Ordenamento Jurídico angolano.

É um facto que o reconhecimento legislativo da Sociedade Unipessoal representa o acompanhamento, pelo Direito, da evolução da realidade económica, estabelecendo-se assim a necessária correspondência entre a realidade e o Direito. É do mesmo modo um facto que a Sociedade Unipessoal contraria a dogmática básica do Direito Societário, assente na ideia de que sociedade é uma realidade de que apenas uma pluralidade de indivíduos pode fazer recurso, ao ponto de se considerar a sociedade constituída por uma única pessoa uma autêntica *contradictio in terminis*.

Portanto, o reconhecimento da unipessoalidade societária como uma situação ordinária, para além de acrescentar valores próprios ao ordenamento jurídico-societário, levanta uma série de questões que vão desde a contradição terminológica aos problemas concretos que apenas se levantam na presença da sociedade unipessoal ou que nelas se levantam com mais acuidade.

A análise problemática de algumas perplexidades que se levantam no âmbito da Sociedade unipessoal ocupa as páginas do presente estudo.

Abstract

The subject of this research study is the single member company of the Angolan Law. With it, we hope to contribute to a better understanding of the positive legal regime of the single member company on the Angolan Legal Order.

It is a quite established fact that the legislative recognition of the Sole Proprietorship represents monitoring, by rule of law, the evolution of the economic reality, thus establishing with it the necessary correspondence between reality and the law. Likewise, it is a fact that the single member company contradicts the basic dogmatic of Corporate Law, which is based upon the idea that a society is a reality of which only a plurality of individuals may resort to, to the extent that considering a society formed by a single person, constitutes a true *contradictio in terminis*.

Hence, the recognition of the single member company as an ordinary situation, besides adding own values to the legal corporate law, it also raises a number of questions ranging from terminological contradiction to concrete problems that would only arise in the presence of a single member company, or otherwise arise more acutely in its presence.

The problematic analysis of some perplexities that arise under the single member company embodies the discussion of this study.

INTRODUÇÃO

Objecto, Limites e Iter da Investigação

i. A presente investigação tem como objecto a Sociedade Unipessoal de Direito angolano. Ela representa o singelo contributo que o autor pretende prestar para a compreensão do regime jurídico da nova realidade societária que, desde o ano de 2012, faz parte do ordenamento jurídico-societário nacional.

A pertinência do tema revela-se flagrante quando se pensa na mera possibilidade prática de uma *sociedade* comercial contar com um único sócio, para mais quando ele é uma pessoa singular. Porém, ela vai para lá da mera análise da contraditoriedade lógico-terminológica que a sociedade unipessoal parece representar. É certo que a sociedade unipessoal colide com os fundamentos da dogmática básica do direito societário, mas a análise científica da figura esbarra e atravessa os limites aconselhados pela perspectiva lógico-gramatical. Ela parte da necessidade do reconhecimento de uma tal figura, imposta ao direito pela evolução dos factos e manifestações económicas, e vai até à análise dogmática dos problemas específicos representados e trazidos pelo seu reconhecimento normativo.

Hoje, a concentração da totalidade das participações sociais de uma sociedade na titularidade de uma só pessoa não é já uma situação excepcional. Com o reconhecimento normativo da sociedade unipessoal, esta situação passou a ser ordinária na realidade jurídico-societária de Angola.

Tal reconhecimento significa um passo de inegável relevo na superação dos pressupostos dogmáticos que explicavam um certo distanciamento entre o direito e a realidade económica. A anterior impossibilidade prática de se constituir uma sociedade comercial com um sócio único, que conjugasse a limitação da responsabilidade com o controlo total e efectivo da actividade comercial, permitiu que o comerciante individual fizesse recurso de meios pouco ortodoxos, como a sociedade fictícia, com o objectivo de alcançar os seus desideratos. O distanciamento entre a realidade e o direito, representada pela

proliferação de sociedades fictícias, motivou a alteração da realidade normativa, com o objectivo de se garantir a necessária aproximação entre o direito e a realidade.

Se, por um lado, o reconhecimento da sociedade unipessoal representa um passo de inegável relevo na aproximação entre o direito e a realidade, garantindo com isso a necessária conformação do direito aos ditames impostos pela realidade económica, por outro lado, ela choca com os fundamentos da dogmática básica do ordenamento jurídico-societário, trazendo consigo novos problemas ou problemas que no seu âmbito se colocam com maior acuidade. O desenvolvimento da presente investigação far-se-á em torno dos aspectos apontados: da necessidade prática do instituto e dos problemas colocados no âmbito da sua consagração.

ii. O estudo que nos propomos desenvolver assentará na concepção primária da sociedade unipessoal enquanto mecanismo técnico-jurídico de limitação da responsabilidade do comerciante individual. É a partir deste pressuposto que se conduzirá o estudo, sem descurar a necessária referência a outras perspectivas da figura, embora para efeitos meramente explicativos ou exemplificativos.

iii. Apoiado no método analítico-problemático, a primeira tarefa do nosso estudo será a de fazer uma análise da necessidade prática, imposta pela evolução da realidade económica, de se encontrar um mecanismo que permita ao comerciante individual participar na vida económica em igualdade de circunstâncias com outros operadores económicos – as sociedades comerciais –, isto é, com limitação da responsabilidade pelas dívidas do giro comercial, passando pela análise do carácter jurídico-societário da sociedade constituída por uma só pessoa, do seu desenvolvimento histórico e, finalmente, da análise do instituto na perspectiva do direito comparado. Estes temas farão parte do primeiro capítulo da nossa investigação.

A segunda tarefa passará pela análise de algumas questões concretas que se levantam no âmbito da consagração da unipessoalidade pelo legislador pátrio. Questões como o mérito da opção pelo expediente societário, o enquadramento da nova figura no quadro típico das sociedades comerciais, a conjugação do novo regime, com o descoberto regime da unipessoalidade tolerada traçado pela Lei das Sociedades Comerciais, a compreensão do critério formal de unicidade apresentado pela Lei das Sociedades Unipessoais, os limites à titularidade de sociedades unipessoais ou de participação de sociedades unipessoais em outras sociedades, e o tratamento que a nova Lei confere ao fenómeno da *ficta societatis*, merecerão uma detida análise na parte correspondente ao segundo capítulo da nossa investigação.

A terceira tarefa que nos propusemos desenvolver, no terceiro capítulo da investigação, assenta na análise da posição jurídica do sócio, na perspectiva da sua responsabilidade perante os credores sociais, através do estudo dos meios de tutela ou de protecção dos credores sociais contra o melindre representado pelo controlo de uma sociedade comercial por uma só pessoa. Apresentaremos também, ainda neste capítulo, dados estatísticos referentes à implementação da nova figura na realidade angolana, no período compreendido entre os meses de Setembro de 2013 e de Agosto de 2016.

Tal é, em traços largos, o que nos propomos abordar no presente estudo.

CAPÍTULO I

1. – A Unipessoalidade Societária

1.1 - A Sociedade unipessoal como verdadeira sociedade

1.1.1 - O fenómeno da limitação da responsabilidade do comerciante individual

Deste há muito que houve a preocupação, por parte do comerciante individual, de encontrar um meio que lhe permitisse limitar a responsabilidade pelas dívidas derivadas do exercício da actividade empresarial. Ele procurou um meio que lhe permitisse afectar apenas uma parte do seu património ao exercício da actividade empresarial. Tal aspiração era essencialmente dominada pelo desejo de combinar a limitação da responsabilidade e o controlo total e efectivo da actividade empresarial².

O desiderato do comerciante individual em ver limitada a sua responsabilidade é compreensível. De facto, a limitação da responsabilidade no exercício da actividade comercial surge como uma das maiores invenções jurídicas³ e como um dos principais pilares do capitalismo. Nas palavras do Professor Rui Pinto Duarte, “A limitação da responsabilidade terá sido mesmo a inovação legislativa que mais contribuiu para o desenvolvimento do capitalismo”⁴. Daí não dever surpreender a fixação por ela, por parte do comerciante individual.

2 Cf. CATALDO, Bernard, *Limited Liability with One-man Companies and Subsidiary Corporation* pág. 474. Disponível em: <http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2573&context=lcp> [consultado em 05/05/2015].

3 Cf. CATALDO, Bernard, Citando Nicholas Murray Butler: "I weigh my words when I say that in my judgment the limited liability corporation is the greatest single discovery of modern times.... Even steam and electricity are far less important than the limited liability corporation, and they would be reduced to comparative impotence without it." *In Limited Liability...*, cit., pág. 473.

4 DUARTE, Rui Pinte, in *Breve introdução ao Direito Comercial (para os alunos de Teoria Geral do Direito Privado)*, Lisboa, Novembro de 2013, pág. 10. Disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes/docs/ma/ap_ma_20119.doc. [consultado em 21/09/2015].

A limitação da responsabilidade permite, por um lado, a intransmissibilidade das dívidas relacionadas com a actividade comercial para o sócio e, por outro lado, que o património da sociedade não responda pelas dívidas pessoais do sócio.

Várias foram as objecções que ao longo dos tempos se impuseram contra a aspiração do comerciante individual a ver limitada a sua responsabilidade no desenvolvimento da actividade empresarial. Por um lado, entendia-se que a ideia geral que justifica a limitação do risco derivado do exercício da actividade comercial assenta na separação entre a titularidade do negócio e a sua direcção efectiva⁵. No caso do comerciante individual, este é o titular do negócio e, na maioria dos casos, é também quem dirige a actividade. Por outro lado, argumentava-se que a ilimitação da responsabilidade do comerciante individual é o principal fundamento do seu crédito, daí que a limitação da sua responsabilidade não representaria, efectivamente, uma vantagem⁶, pois o crédito do comerciante cresceria – assim como cresceria, consequentemente, o volume do seu negócio – ao oferecer aos credores como garantia todo o seu património.

Uma outra questão era que esta limitação da responsabilidade, tão almejada pelo comerciante individual, implicaria a transferência do risco da actividade para aqueles que com este contratavam⁷. Por estas razões, a limitação do risco da exploração individual da actividade comercial não foi aceite durante muito tempo⁸.

Por não existir um tal mecanismo e, consequentemente, a aplicação do princípio geral da responsabilidade patrimonial ao exercício do comércio a título

5 Foi essa mesma lógica que legitimou, no âmbito da sociedade em comandita, a limitação da responsabilidade dos sócios comanditários e que fundamentou a ilimitação da responsabilidade dos sócios comanditados, visto que eram estes que detinham a direcção efectiva da actividade comercial.

6 Com mais desenvolvimentos, COELHO, Maria Ângela, “A limitação da responsabilidade do comerciante individual”, in *Revista de Direito e Economia*, anos VI/VII, Coimbra, 1980/1981, pág. 8 ss.

7 Vide EASTERBROOK, Frank H., “Limited Liability and the Corporation”, in *University of Chicago Law Review*, 52, 1985, pág. 91.

8 Cf. ASCENSÃO, José de Oliveira, “O Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada ou Falido Rico” in *separata da Revista O Direito*, ano 120.^o, I-II., 1988, pág. 17.

individual (art. 601 do Cód. Civil), e pelo facto de tal aspiração só se poder alcançar com recurso à forma jurídica societária, o comerciante individual viu-se forçado a fazer recurso às sociedades de pluralidade *fictícia*, com sócios de favor, ou a testas de ferro⁹, em que só um deles tinha, efectivamente, a *affecto societatis* ou *animus societatis*¹⁰ – sociedades inteiramente dominadas por uma só pessoa –, por forma a completar o substracto pessoal legalmente exigido para se poder beneficiar da tão desejada limitação responsabilidade, separando-se assim os bens pessoais dos bens que respondem pelas dívidas relativas ao exercício da actividade comercial. Pretendia-se com isto impedir que os riscos próprios do exercício da actividade comercial afectassem os bens pessoais do comerciante.

As sociedades fictícias foram uma realidade presente em quase todos os Ordenamentos Jurídicos dos países europeus, dando azo a uma situação de divórcio entre a realidade prática e o direito legislado. Esta situação levou a que a Doutrina do direito mais atenta procurasse encontrar um meio técnico-jurídico que permitisse também ao comerciante individual usufruir do privilégio da limitação da responsabilidade e actuar no tráfego económico em igualdade de circunstâncias com os outros agentes: as sociedades.

Foi esta mesma preocupação que levou o austríaco Oskar Pisko, em 1910, na sua obra *Die beschränkte haftung des einzelkaufmannes. Eine legislatorische studie*, a fazer a primeira abordagem sobre a matéria, propondo a criação de uma nova forma de empresa de responsabilidade limitada, mediante a separação do património ou a criação de um património especial com fim comercial¹¹.

9 De forma mais devolvida, o assunto é tratado por CORREIA, António de Arruda Ferrer, *Sociedades Fictícias e Unipessoais*, Livraria Atlântida, Coimbra, 1948.

10 A *affecto societatis*, ou *animus societatis*, exprime a vontade real do sócio de ser sócio, isto é de assumir a qualidade e a responsabilidade de sócio e de desenvolver a actividade social. Mais desenvolvidamente, o tema é tratado em REQUIÃO, Rubens, *A Preservação da Sociedade Comercial pela Exclusão do Sócio. Tese apresentada para o concurso à Cátedra de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná*, Curitiba, 1959.

11 SATAOLALLA LÓPEZ, M^a. Cristina, “La Sociedad Unipersonal”, in *Revista Juridica del Notariado*, n^o 16, 1995, pág. 174, CORREIA, Luís Brito, “A Sociedade unipessoal por quotas”, in *nos 20 anos do Código das Sociedades Comerciais: Estudos em Homenagem aos Professores Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier*, Vol. I Congresso Empresas e Sociedades, Coimbra Editora, Coimbra, Dezembro de 2007, pág. 635.

Consequentemente, foi introduzida no Código Civil do *Liechtenstein*, em 1926, a figura do *Anstalt*¹²⁻¹³. Esta figura representa a primeira tentativa no sentido da criação de um instrumento técnico-jurídico de limitação da responsabilidade do comerciante individual. Porém, foi em 1928, de acordo com MARIA ÂNGELA COELHO, com a publicação da obra *La responsabilité limitée do*

12 Cf. ASCENSÃO, José de Oliveira, *O Estabelecimento Individual...*, *op. cit.*, pág. 18, *idem*, ANTUNES, José Engrácia, “O estabelecimento individual de responsabilidade limitada: crónica de uma morte anunciada”, *In Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Ano 3 (2006), pág. 403, n. 4.

13 No Ordenamento anglo-saxónico, apresenta-se como precedente jurisprudencial da admissibilidade do *One-man Company*, o caso, *Saloman v. Saloman & Co. Ltd.* (1897) AC 22. Trata-se de um caso jurisprudencial que se pode resumir nos seguintes termos: Aron Salomon era um comerciante de couro de sucesso que detinha uma pequena empresa de confecção de botas de couro. Durante muito tempo, Salomon exerceu a actividade de modo individual. Algum tempo depois, os seus familiares manifestaram o interesse de fazerem parte do negócio; então, Salomon decidiu criar uma sociedade de responsabilidade limitada, a *Saloman & Co. Ltd.* De acordo com os requisitos legais para a constituição da sociedade, tinham de existir, no mínimo, sete sócios. Mr. Salomon subscreveu 20.001 das 20.007 participações da sociedade, e as restantes seis foram subscritas pela esposa e pelos cinco filhos. Constituída a sociedade de responsabilidade limitada, Mr. Salomon transferiu, por contrato de compra e venda, a empresa para a sociedade, transformando-se assim, simultaneamente, no principal accionista da sociedade e no principal credor. Do referido contrato de compra e venda a sociedade emitiu uma garantia especial a favor de Mr. Salomon, colocando este em situação de preferência em relação aos demais credores sociais. Seguidamente, e num período em que a sociedade se deparava com dificuldades financeiras, Mr. Salomon transferiu a garantia para um terceiro, e este perante a dificuldade da Sociedade em pagar o seu crédito executou alguns bens da Sociedade o que fez com que o negócio da sociedade se tornasse inviável dando lugar à dissolução e liquidação da mesma para o pagamento dos credores titulares de garantias gerais. Foi nomeado o Administrador de insolvência, que teve a missão de verificar se alguma coisa tinha corrido mal na administração da Sociedade. Este concluiu pela nulidade da garantia emitida a favor de Mr. Salomon, por ter sido fraudulenta, considerando que *Saloman & Co, Ltd* não era uma “*genuine incorporator*”. O *High Court* e *The Court of Appeal* concordaram com o argumento, entendendo que a Sociedade e Mr. Salomon eram a mesma pessoa, por isso não podia beneficiar da responsabilidade limitada. Consideraram a *Saloman & Co Ltd.* uma sociedade fictícia e que o que Mr. Salomon pretendia era continuar com o exercício da actividade, com domínio total da mesma, mas com limitação da responsabilidade. Já a *House of Lords* entendeu, unanimemente, que a sociedade foi constituída com observância das exigências legais e que, por isso, não seria possível não reconhecer a sociedade como uma entidade diferente do seu principal sócio, não sendo relevante que o grosso das participações esteja concentrado nas mãos de uma única entidade.

A partir deste precedente jurisprudencial, entendeu-se que o controlo da sociedade por parte de uma única entidade não é fundamento para rejeição da autonomia da sociedade em relação ao sócio controlador, nem fundamento para abalar a limitação da responsabilidade deste. Entende-se, genericamente, na doutrina Anglo-saxónica que este caso representa o primeiro trilha rumo ao reconhecimento da Unipessoalidade societária. Disponível em: <http://www.lawteacher.net/free-law-essays/company-law/salomon-v-salomon-co-foundation-company-law-essay.php>, [consultado em 23/08/ 2015].

commerçant individuel, de Paul Carry, que a ideia da limitação da responsabilidade do comerciante individual desencadeou a adesão doutrinal¹⁴.

Seguidamente, com o surgimento na Alemanha, em 1892, da sociedade de responsabilidade limitada, correspondente à sociedade por quotas em Angola, questionou-se a razão da possibilidade de duas pessoas poderem limitar a sua responsabilidade, mas de uma pessoa sozinha não o poder fazer¹⁵.

Alguns anos mais tarde, esta preocupação foi retomada, dado o reconhecimento da necessidade do exercício do comércio não colocar em risco o património pessoal do comerciante, e por outro lado, dada a necessidade de proteger, em certa medida, o património empresarial do risco de responder pelas dívidas pessoais do comerciante. Consequentemente, o fenómeno acabou por dar lugar à consagração legislativa em países como a Alemanha, a França e Portugal de figuras tendentes a limitar a responsabilidade do comerciante individual. Ora através da constituição de sociedade unipessoal, ora mediante a constituição de um património autónomo, responsável pelas dívidas geradas no exercício da actividade comercial, que podia, ou não, ser dotado de personalidade jurídica¹⁶.

Foi nesta senda que a Lei alemã admitiu a constituição de sociedade unipessoal, em 1980, mediante a reformulação do § 1 da Lei sobre as sociedades de responsabilidade limitada, permitindo assim a criação de sociedades com um único sócio¹⁷.

Em França, a Lei nº 85/697 de 11 de Julho de 1985 deu uma nova redacção ao art. 34 da Lei das Sociedades Comerciais de 24 de Julho de 1966, passando assim a admitir que a sociedade comercial fosse criada por várias ou por uma só pessoa, admitindo-se o “*enterprise unipersonnelle à responsabilité limitée*”¹⁸.

14 Cf. COELHO, Maria Ângela, “A limitação da responsabilidade do comerciante individual”, *op. cit.*, pág. 4.

15 ALMEIDA, António Pereira de, *Sociedades Comerciais*, 4ª Ed., Almedina, Coimbra, 2006, pág. 375.

16 ALMEIDA, António Pereira de, *Sociedades Comerciais*, *op. cit.*, pág. 375 ss. Ainda COELHO, Maria Ângela, “A limitação da responsabilidade do comerciante individual”, *cit.*, pág. 7, com a diferença do primeiro considerar a existência de três técnicas possíveis de limitação da responsabilidade do comerciante individual, e a segunda autora entender que existem duas. As duas opiniões são, na nossa perspectiva, compatíveis.

17 ASCENSÃO, José de Oliveira, “O Estabelecimento Individual...” *op. cit.*, pág. 18.

18 *Ibidem*.

Portugal, por seu turno, optou por criar, através do decreto-Lei nº248/86 de 25 de Agosto, o estabelecimento individual de responsabilidade limitada, ou EIRL. Trata-se de um património autónomo, que responde pelas dívidas resultantes da actividade empresarial.

Porém, foi na sequência da XII Directiva do Conselho da Comunidade Económica Europeia (CEE), de 14 de Junho de 1989, publicada em 30 de Dezembro do mesmo ano, relativa à sociedade de responsabilidade limitada com um único sócio (89/667/CEE), que se admitiu, de modo uniforme, no espaço da Comunidade Europeia, a constituição da sociedade unipessoal, quer seja originária quer seja superveniente, cuja incorporação nos diversos ordenamentos jurídicos internos proporcionou, durante a década de 1990, reformas legislativas na maioria dos Estados membros da União Europeia¹⁹. Este movimento Europeu pela admissibilidade da sociedade unipessoal chegou a influenciar vários ordenamentos jurídicos fora da Europa²⁰.

Antes da XII Directiva, a situação da unipessoalidade na Europa era muito díspar. A situação nos diversos Estados oscilava entre a admissibilidade, a tolerância e a inadmissibilidade. Diante deste cenário, desenhava-se a necessidade de harmonização da matéria da unipessoalidade societária²¹.

Com efeito, aproveitou-se a experiência desenvolvida na Alemanha, desde o início do século XX, e também a francesa, e optou-se pela sociedade unipessoal, aproveitando-se o potencial organizativo das sociedades, apesar da nova figura contrariar, na origem, a própria concepção de sociedade²².

19 URÍA, Rodrigo/Aurélio Menéndez e outros, *Curso de Derecho Mercantil I, Empresário, Establecimiento Mercantil y Actividade Empresarial. Derecho de la Competencia y de la Propriedade Industrial e Intelectual. Derecho de Sociedades*, Civita, Madrid 1999, pág. 1223.

20 Referimo-nos, por exemplo, à OHADA (Organização para a Harmonização em África do Direito dos Negócios), que adoptou, em 17 de Abril de 1997, o acto relativo ao direito das sociedades comerciais e ao agrupamento de interesse económico, revisto em 30 de 01 de 2014, e que no seu artigo 5º prescreve que “... a sociedade comercial pode igualmente ser constituída, por acto escrito, por uma só pessoa, denominada sócio único” e também de Cabo Verde que, em 1999, pelo Decreto-Legislativo nº 3/99 de 29 de Março, adoptou a Unipessoalidade societária.

21 CORDEIRO, António Menezes, *Direito Europeu das Sociedades*, Almedina, Coimbra, 2005, pág. 475.

22 A Sociedade tem origem no contrato de *societas* romano, que, por natureza, exigia, no mínimo, duas partes celebrantes. No decurso da história, a *societas* romanas veio receber aportações de outras realidades, como os agrupamentos medievais de comerciantes, ganhando assim um carácter institucional que, posteriormente, com as grandes companhias coloniais dos

A XII Directiva tinha como âmbito de aplicação as sociedades de responsabilidade limitada, isto é, as sociedades por quotas ou o seu equivalente nos diversos Estados (art. 1º da XII Directiva), mas admitia-se, pelo menos provisoriamente, a aplicabilidade das suas regras às sociedades unipessoais anónimas (art. 6º da Directiva).

1.1.2 A Sociedade Unipessoal como Modelo Tipológico de Solução do Caso Concreto

Todo este movimento legislativo teve como móbil a referida aspiração do comerciante individual a ver limitada a responsabilidade pelas dívidas derivada do exercício do comércio a uma massa de bens afecta a tal actividade, limitação que lhe permitiria participar na vida económica em situação de igualdade com outros operadores. Não existindo um tal mecanismo, aquele fez recurso à sociedade de pluralidade fictícia, resultando daí a alteração da realidade económica em sentido contrário ao que prescreviam as normas reguladoras do exercício da actividade comercial.

Como sabemos, o Direito tem como finalidade a regulamentação da vida das pessoas e, para que seja eficiente (válido), tem que reflectir uma certa aproximação à facticidade real, ou seja, é necessário que exista um mínimo de correspondência entre o ser e o dever ser²³. De facto, *bona est lex si quis ea legitime utatur*. A desrazoabilidade da exigência de haver, pelo menos, duas partes para a constituição de uma sociedade – salvo nos casos em que a Lei permite um número inferior – e a consequente impossibilidade legal do comerciante individual fazer recurso ao societário técnico-jurídico, de forma a

séculos XVII e XVIII, acabaria por permitir a personalização das mesmas. Cf. CORDEIRO, António Menezes, *Direito Europeu das Sociedades*, op. cit., pág. 477 ainda GALGANO, Francesco, *Historia do Direito Comercial*, Tradução João Espírito Santo, Signo Editores, Lisboa, pág. 48 e ss.

23 Esta correspondência deve reflectir a natureza imprecisa e os contornos difusos da realidade que o direito tende regular, por isso a precisão que se exige ao direito deve exprimir a imprecisão do objecto. Neste sentido, VASCONCELOS, Pedro Pais de, “A Natureza das Coisas”, in *estudos em homenagem ao Professor Doutor Manuel Gomes da Silva*, Coimbra Editora, Coimbra, 2001, pág. 53.

limitar a sua responsabilidade, motivou o recurso à sociedade de pluralidade fictícia através de sócios de favor ou subscritores de complacência. A realidade das sociedades fictícias originou uma situação de divórcio entre o ser e o dever ser.

Montado o cenário de divórcio entre a facticidade real e o direito regulado, entre o ser e o dever ser, impõe-se a alteração da realidade normativa por esta se mostrar desvinculada das relações da vida²⁴.

Diante desta realidade, o legislador angolano, a exemplo do que foi acontecendo nos diversos ordenamentos jurídicos, optou por criar a novíssima sociedade unipessoal (Lei 19/12 de 11 de Junho, Lei das Sociedades Unipessoais, doravante LSU), como mecanismo tendente a repor a dignidade do Direito e ajustá-lo à facticidade real. Esta consagração é resultado da exigência imposta ao direito de se conformar, em pormenor, ao que as circunstâncias impõem²⁵.

Assim, o recurso ao expediente societário, enquanto técnica de limitação da responsabilidade do comerciante individual, surge-nos como um modelo tipológico de decisão do caso concreto²⁶.

1.1.3 O Carácter Societário da Sociedade Unipessoal

i. Se a aceitação, *ope legis*, da sociedade unipessoal representa, por um lado, um passo significativo do direito no sentido de romper as barreiras dogmáticas que, de certo modo, encapotavam um divórcio entre as normas e a

24 LARENZ, Karl, *Metodologia da Ciência do Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, tradução de José Sousa Brito e José António Veloso, pág. 476.

25 LARENZ, Karl, *Metodologia da Ciência do Direito*, *op. cit.*, pág. 476.

26 Nas palavras de DIOGO COSTA GONCALVES, “Ao manusear o conceito, ao empregá-lo no discurso argumentativo, o intérprete-aplicador está, fundamentalmente, a socorrer-se de uma estrutura de decisão; de um instrumento facultado pelo sistema que permite percepcionar a textura problemática do caso concreto e conferir unidade aplicativa a uma pluralidade de soluções normativas.”, in *Pessoas Coletivas e Sociedades Comerciais: Dimensão Problemática e Coordenadas Sistemáticas da Personificação Jurídico-Privada*, Almedina, Coimbra, Maio de 2015, pág. 41.

realidade jurídico-societária, por outro lado, ela traumatiza os quadros jurídico-dogmáticos tradicionais do direito societário²⁷.

Na verdade, a ideia de sociedade unipessoal parece suscitar uma contradição nos seus termos (*contradictio in terminis*)²⁸, considerando a ideia central, no ordenamento jus-societário, de que a sociedade tem de pressupor um substracto pluripessoal, atendendo ao facto de que ela nasce de um contrato que, por definição, tem que ter mais do que uma parte²⁹.

Entende-se que o aspecto corporativo da sociedade exige, para o seu normal funcionamento, uma pluralidade de sócios. Por este motivo, a sociedade unipessoal tem sido alvo de várias críticas, mesmo naqueles ordenamentos que se mostraram, desde o início, mais condescendentes para com o fenómeno da concentração das participações sociais num único sócio³⁰. Importa, neste sentido, lembrar as palavras do Professor Ferrer Correia quando afirmou que a “Sociedade é forma jurídica de que só pode utilizar-se uma associação de indivíduos: a vontade de um único é impotente para provocar a produção do complexo de feitos jurídicos que correspondem a este tipo negocial”³¹.

A consagração da sociedade unipessoal representa um ataque frontal à ideia de sociedade que vinha dominando o ordenamento jus-societário. Na verdade, a

27 Apud, COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português: Contributo para o estudo do seu regime*, Almedina, Coimbra, Abril de 2002, pág. 29, n. 5.

28 Neste sentido, vide CORREIA, Luís Brito, “A Sociedade unipessoal por quotas”, *op. cit.*, pág. 634, e também COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, *op. cit.*, pág. 25 ss. No mesmo sentido, SATALALLA LÓPEZ, M^a. Cristina, “La Sociedad Unipersonal”, *op. cit.*, pág. 173.

29 CORREIA, Luís Brito, “A Sociedade Unipessoal por Quotas”, *op. cit.*, pág. 634.

30 Com mais desenvolvimentos e com exemplos, vide COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, *op. cit.*, pág. 26, n.1. Em Portugal, BRITO CORREIA, numa análise crítica eivada de conceptualismos jurídicos, tenta abalar a figura, considerando a sociedade unipessoal como uma mentira, enfatizando que se trata de uma mentira de grande sucesso. Nas palavras do Autor, a sociedade unipessoal por quotas não é uma sociedade, no sentido do artigo 980 do Cód. Civ., por não ter um número plural de sócios, não é por quotas, porque quota é, por definição, uma parte do capital; e na sociedade unipessoal o sócio único é o titular da totalidade do capital. Diz, também, não ser esta sociedade uma pessoa colectiva, porque tem apenas um sócio. Não obstante o reconhecimento da personalidade jurídica, para o autor, a sociedade unipessoal é uma pessoa singular, in “A Sociedade unipessoal por quotas”, *op. cit.*, págs. 641 e 642.

31 CORREIA, António de Arruda Ferrer, *Sociedades Fictícias...*, *op. cit.*, pág. 2.

consagração da sociedade unipessoal não teve o consentimento dos defensores do contratualismo na constituição das sociedades³².

O Professor MENEZES CORDEIRO, entende que “na base ocorre a consideração de interesses justos e legítimos. Mas está ainda a deslocação do centro de gravidade das sociedades comerciais: elas evoluíram de um acordo entre pessoas para a montagem de uma organização autónoma das vicissitudes pessoais. Ou seja: num primeiro momento, a sociedade traduzia, efectivamente, uma congregação de esforços humanos, implicando necessária e logicamente mais do que uma pessoa; num segundo momento, ela passou a exprimir, apenas, um esquema de organização e uma técnica de gestão... a sociedade comercial deu lugar a sistemas de administração de bens patrimoniais e a uma cultura própria que valem por si..., mesmo quando seja manifesto que existem valores e interesses únicos. No limite, a pluralidade é dispensável”³³.

Não obstante isto, a verdade é que a novíssima sociedade unipessoal colide com a velha dogmática subjacente à sociedade mercantil: a ideia de sociedade como sendo algo que deriva de acto negocial bilateral ou plurilateral e, por isso, irredutível a um substracto unipessoal. Com o surgimento da sociedade unipessoal permite-se a criação de sociedade comercial com recurso a outro instrumento jurídico unilateral que, do mesmo modo, faz surgir uma entidade com estrutura patrimonial e organizativa autónoma e que dá lugar à aplicação de um complexo de regras legais de funcionamento que lhe dão o aspecto essencial do tipo de sociedade matriz correspondente. Este facto faz com que alguma doutrina tenha alguma dificuldade em mencionar a sociedade unipessoal pelo

32 Dogmaticamente, entendia-se que a sociedade tinha que nascer de contrato e, por isso, irredutível a um substracto unipessoal. Encontramos esta ideia desde a configuração das primeiras sociedades comerciais. Quer a *compagnia*, quer o contrato de comenda pressupunham, no mínimo, a existência de duas pessoas. Por este facto, a possibilidade de constituição de sociedade comercial por declaração de vontade unilateral, pressupondo o exercício individual de actividade empresarial com limitação de responsabilidade, não foi bem recebida em determinados círculos doutrinários.

33 CORDEIRO, António Menezes, in *Direito das Sociedades I*, Parte Geral, 3ª Ed., Almedina, Coimbra, 2011, pág. 291.

próprio nome, considerando-a como um fenómeno de separação patrimonial privado de personificação³⁴.

Pensamos que a ideia de que a Sociedade Comercial pode nascer de um negócio unilateral não deve gerar surpresas, mas deve ser encarada com normalidade, considerando a que a própria Lei permite que, nos casos nela previstos, se dispense da natureza contratual do acto que lhe dá origem, art. 8º/2 da Lei nº 1/04 de 13 de Fevereiro (Lei das Sociedades Comerciais de Angola, doravante LSC). A referência legal à dispensa da natureza contratual do acto que dá origem à sociedade é excepcional, porém, a verdade é que a novíssima sociedade unipessoal não se reduz hoje a situações excepcionais. Diante disto, torna-se importante que a mesma seja vista como uma realidade que veio para ficar, acrescentando assim ao ordenamento jurídico-societário os valores que ela própria congrega.

Olhando para a novíssima figura, percebemos que ela não altera a qualificação do fenómeno societário, apenas altera, em alguns aspectos, a regulamentação do funcionamento da sociedade e da posição do sócio. De resto, as situações relativas aos procedimentos que caracterizam a sociedade permanecem as mesmas³⁵.

Por outro lado, a sociedade, sendo unipessoal, pode passar para pluripessoal, ou o inverso, sendo aplicáveis os respectivos princípios e normas³⁶. Atentos aos diversos estados da sociedade unipessoal, verifica-se que ela pode ter origem em acto contratual e modificar-se, pela redução à unidade do seu substrato pessoal, nos termos do art. 8º da LSU. Por outro lado, nascendo de um negócio unilateral, pode alargar-se e adoptar um substrato pessoal plural (art. 27. da LSU). Ambas manifestações de vontade exibem *legalmente* a

34 Vide COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, op. cit., pág. 360, nota 359.

35 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, cit., pág. 358.

36 Cf. GALGANO, Francesco, *Trattato di Diritto Commerciale e di Diritto Pubblico Dell'economia; Il Nuovo Diritto Societario*, Volume Ventinovesimo, Casa Editrice Dott. Antonio Miali, 2003, págs. 57-58.

susceptibilidade de despertar uma *normal* sociedade por quotas ou anónima, unipessoal ou pluripessoal³⁷.

ii. A Sociedade unipessoal parece implicar ainda um certo *anacronismo dogmático* em relação à personalidade colectiva³⁸⁻³⁹. Ora, olhando para a novíssima sociedade unipessoal, parece que o que nela resta da personalidade colectiva é tão pouco e tão fluido que é dogmaticamente inútil, ou seja, tudo parece indicar que a dogmática subjacente à personificação parece não servir para justificar e fundamentar a personalidade jurídica da sociedade unipessoal⁴⁰.

Na verdade, a carência lexiológico-jurídica leva a que muitas vezes os conceitos sejam alargados para as novas realidades. Esta extensão gera o enfraquecimento dos fundamentos dogmáticos associados à figura jurídica em causa. Estes parecem não ser já suficientemente capazes de explicar com exactidão a nova realidade. Este facto justifica-se na “relação dicotómica entre *extensão conceptual e intenção dogmática*, no processo de realização do direito”⁴¹, ou seja, quanto maior abrangência sistemática ganhar um conceito, menor será a sua dimensão dogmática.

Ora, diante disto e da incontornável presença da sociedade unipessoal, não importa olhar para a realidade com desconsiderações seja de que tipo forem, importa, neste caso, a intervenção de uma ciência jurídica capaz de adensar o conteúdo dogmático da personalidade colectiva, de forma a se poder justificar

37 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, pág. 357.

38 Sobre os fundamentos dogmáticos e as teorias explicativas da personalidade colectiva, vide VASCONCELOS, Pedro Pais de, *Teoria Geral do Direito Civil*, 7ª Ed., Almedina, Coimbra, 2012, pag. 111 e ss.; FERNANDES, Luís Alberto Carvalho, *Teoria Geral do Direito Civil*, vol. I: *Introdução pressupostos da relação jurídica*, 6ª Ed., Universidade Católica Editora, Lisboa, 2012, pág. 426 e ss.; ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedades por Quotas e Anónimas Vinculação: Objecto Social e Representação Plural*, Almedina, Coimbra, 2000; e ainda GONÇALVES, Diogo Costa, *Pessoas Coletivas e Sociedades Comerciais...*, *op. cit.*

39 Argumenta-se ainda sobre a incompatibilidade da personalidade jurídica societária com a Unipessoalidade societária, uma vez que na aquisição da personalidade jurídica da sociedade unipessoal está ausente a origem contratual. Vide COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, *op. cit.*, pág. 333 e ss.

40 Podemos apontar o exemplo de BRITO CORREIA, que entende não ser esta sociedade uma pessoa colectiva, porque tem apenas um sócio, não obstante o reconhecimento da personalidade jurídica, in “A Sociedade unipessoal por quotas”, *op. cit.*, págs. 641-642.

41 GONÇALVES, Diogo Costa, *Pessoas Coletivas e Sociedades Comerciais...*, *op. cit.*, pág. 35 (sublinhado como no original).

dogmaticamente a existência de figuras como a sociedade unipessoal. Nas palavras de Diogo Costa Gonçalves:

“... a causa da inoperacionalidade dogmática da pessoa coletiva não reside na ausência de potencialidades coevas ou na superação da sua centralidade sistemática; antes se encontra nos termos em que a própria pessoa coletiva é percecionada no processo aplicativo do direito...”; “...em causa não está o crepúsculo da figura e a aurora de neonegativismos pragmáticos, mas antes a necessidade de uma nova percepção do fenómeno da personificação, baseada em opções metodológicas de fundo distintas das que normalmente presidem ao tratamento da pessoa coletiva.”⁴²

Parece que tudo se orienta para uma necessária redução dogmática da personalidade colectiva, de forma a superar a *amplicidade sistemática*, promovendo-se a coincidência entre a amplitude sistemática da figura e o seu universo dogmático de referência⁴³.

A necessária redução dogmática da personalidade colectiva exige um esforço de desconstrução que permitirá a identificação dos núcleos problemáticos da personificação. Na verdade, o conceito pessoa colectiva surge-nos como uma comunicação linguística em que podemos identificar diferentes sentidos possíveis de utilização no discurso jurídico, o que nos permite a aproximação à estrutura jurídico-problemática da pessoa colectiva. Analisando o conceito, podemos retirar vários sentidos a que se podem reconduzir as intenções comunicativas. Estes sentidos representam os chamados núcleos jurídicos-problemáticos da personificação⁴⁴. Estes núcleos serão os correspondentes a (i) Pessoa-imputação, (ii) Pessoa-personalidade jurídica, (iii) Pessoa-capacidade jurídica; (iv) pessoa-organização e (v) pessoa-responsabilidade⁴⁵.

42 GONÇALVES, Diogo Costa, *Pessoas Coletivas e Sociedades Comerciais...*, op. cit., pág. 38.

43 *Ibidem*.

44 *Ibidem*, pág. 41 e ss.

45 Os núcleos apontados representam, cada um deles, contextos de que podem resultar a utilização da expressão personalidade colectiva e que operam como elementos de pré-compreensão jurídica da pessoa colectiva.

O primeiro sentido apontado corresponde à utilização da pessoa colectiva como intenção comunicativa de imputação. Encontra-se presente sempre que a referência à pessoa colectiva indica o centro de imputação de certa actividade jurídica. No segundo sentido, o conceito é utilizado para transmitir a ideia de que essa mesma realidade é susceptível de ser sujeito de direito e obrigações. No sentido seguinte, pretende-se referir a capacidade jurídica das pessoas colectivas. No sentido referido em (iv), pretende-se referir um concreto modo de actuação no comércio jurídico ou um concreto modo de realização do direito, no sentido de um concreto e complexo modo de funcionamento que permite a mediação entre a sociedade e o seu substracto pessoal. No sentido referido em último lugar, pretende-se assinalar que existe um património autónomo que responde por certas dívidas, ou um regime de responsabilização pelas dívidas, diferente do comum.

Estes núcleos jurídico-problemáticos representam notas integrantes da pessoa colectiva e na presença dos mesmos podemos afirmar estar em presença de uma pessoa colectiva, porém estes podem apresentar-se com intensidade diversa ou estar parcialmente ausentes. Esta situação não leva a concluir que a menor intensidade ou a ausência de algumas notas que integram a pessoa colectiva excluem a presença da figura; tal situação indica a sua mobilidade sistemática. As notas integrantes das pessoas colectivas não têm que estar todas presentes.

A mobilidade dos elementos fundamenta, portanto, o estabelecimento de um núcleo e de uma periferia, em que o núcleo é formado pelo elemento pessoa-imputação e a periferia por todos os outros. Sendo o núcleo constituído pelo elemento pessoa-imputação, não é possível identificar uma pessoa colectiva se esta não estiver presente no processo aplicativo. Este elemento nuclear, tal como os outros, pode surgir com grau de intensidade diferente, mas não pode estar ausente do processo aplicativo do direito⁴⁶.

Chegados aqui, podemos facilmente concluir que a dogmática subjacente à personalidade colectiva é claramente aplicável à sociedade unipessoal, tendo em

46 GONÇALVES, Diogo Costa, *Pessoas Coletivas e Sociedades Comerciais...*, op. cit., pág. 986 e ss.

conta que ela mobiliza todos os núcleos jurídicos-problemáticos da personificação; consequentemente, podemos afirmar que estamos perante uma verdadeira pessoa colectiva.

VIVANTE, citado por Pinto Furtado, a propósito de uma reforma da Lei Italiana, afirmava que [*sic*] “o uso da palavra sociedade para designar um instituto que não tem sócios não é obstáculo à reforma, porque a lenta e escassa terminologia do direito vê muitas vezes alargar-se até a contradição o significado dos nomes e das definições”⁴⁷.

Assim, não vemos hoje fundamentos capazes de suportar a rejeição do carácter societário da novíssima sociedade unipessoal.

1.1.4 Por um Conceito actualístico de sociedade comercial

A Sociedade Comercial é uma pessoa colectiva de direito societário mercantil, correspondente, em princípio, ao conjunto normativo regulado pela LSC. O Código Comercial e a LSC explicam os critérios que determinam a comercialidade de uma sociedade (art. 13 do Cod. Comercial e art. 1º, nº 2 da LSC)⁴⁸. Com isso, funda a sua qualidade de comerciante, mas não nos oferece uma noção autónoma do que seja uma sociedade Comercial. Diante deste silêncio do legislador, a doutrina tem sentido a necessidade de fazer recurso à noção civil de sociedade, contida no art. 980 do Código Civil⁴⁹.

47 FURTADO, Jorge Henrique Pinto, *Curso de Direito das Sociedades*, 4ª Ed., Almedina, Coimbra, Fevereiro de 2001, pág. 66.

48 A sociedade comercial é uma espécie de sociedade cuja diferença específica reside no seu objecto (prática de actos de comércio) e na sua forma (adopção de um dos tipos previstos da Lei das Sociedades Comerciais).

49 Este artigo, com a epígrafe “Noção”, define o “Contrato de sociedade como aquele em que duas ou mais pessoas se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício em comum de certa actividade económica, que não seja de mera fruição, a fim de repartirem os lucros resultantes dessa actividade.”. Não obstante o facto deste artigo fazer referência ao contrato de sociedade, ele traça simultaneamente a fisionomia da sociedade-entidade, partindo do Contrato. Neste sentido, *vide* DOS SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas; Comentários e anotações aos artigos 270 –A a 270 –G do Código das Sociedades Comerciais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009, pág. 45.

Nos termos do referido artigo, a sociedade é qualificada como o contrato pelo qual duas ou mais pessoas se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício em comum de certa actividade económica que não seja de mera fruição, a fim de repartirem os lucros resultantes dessa actividade.

O recurso ao artigo 980 do Cod. Civ., serve para o propósito de introdução do problema, com o objectivo de detectar os elementos próprios das sociedades comerciais, tendo como ponto de partida os elementos da noção civil.

Olhando para a noção de sociedade apresentada pela Lei civil, percebemos que dela se apartam alguns aspectos essenciais da realidade que hoje representam as sociedades comerciais. Hoje é possível conceber sociedades comerciais que têm origem num negócio unilateral, cujo substracto pessoal é composto por um único sócio – a sociedade unipessoal. Mais, só por consciente torção da realidade se pode pretender que o exercício em comum de certa actividade económica suceda em todos os tipos de sociedade⁵⁰.

Verifica-se que os elementos característicos da sociedade comercial de hoje a afastam ainda mais da sociedade civil (simples) e mobilizam a construção de um conceito de sociedade suficientemente abrangente, com as necessárias cautelas, de forma a contemplar determinadas realidades resultantes da natureza dinâmica e inovação das matérias reguladas pela Lei comercial⁵¹. Na verdade, a noção do artigo 980 não tem já a abrangência para abarcar certas realidades, como a novíssima sociedade unipessoal⁵², consagrada pelo legislador angolano.

50 ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedade Unipessoal de Direito angolano. Introdução e comentários à Lei nº 19/12, de 11 de Junho (Lei das Sociedades Unipessoais)*, Escolar Editora, Lobito, 2015, pág. 18.

51 Vide GALGANO, Francesco, *História do Direito Comercial...*, op. cit., pág. 12. O Direito comercial tem de se autonomizar do direito civil para, de forma mais fácil, garantir uma maior correcção e uma mais rápida transformação, adequando-se às mutáveis exigências do tráfego comercial.

52 Neste sentido, e com mais desenvolvimento, VASCONCELOS, Pedro Pais de, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, 2ª Ed., Almedina, Coimbra, Setembro de 2006, pág. 15 e ss. Segundo este autor, a restrição da noção de sociedade presente no referido preceito legal não consegue abranger todos os tipos de sociedades presentes na lei e na vida. A sua rigidez impediu que se acompanhasse a evolução no sentido da Unipessoalidade e da exclusão do exercício em comum. Ver também ESPÍRITO SANTO, João, in *Sociedade Unipessoal de Direito angolano*, op. cit., págs. 17-18, que acredita ser a essência da sociedade comercial, tal como consagrada na Lei comercial, irredutível à noção do art. 980, e que aconselha a construção, em

Neste sentido, entendemos que a dinâmica das matérias comerciais recomendam cautela na elaboração de qualquer conceito de sociedade comercial, aconselhando a adopção de um conceito suficientemente amplo ou simplesmente a determinarem-se os contornos mínimos susceptíveis de enquadrar as mais diversas formas de manifestação das instituições comerciais.

1.2 - Análise Histórica da Sociedade Unipessoal no Quadro Jurídico Angolano

A Lei angolana admite hoje a existência da sociedade unipessoal, porém a realidade nem sempre foi esta. Historicamente, o legislador brindou-nos com uma certa aversão ao exercício de actividade empresarial por uma só pessoa, com limitação da responsabilidade desta perante os credores. Pensamos que a aversão do legislador à admissibilidade da sociedade unipessoal prendia-se com o facto de se entender que a pluralidade de partes era um elemento essencial para a constituição de sociedade e que não se podia falar de sócio quando a empresa social era detida por uma só pessoa. A ideia era de que uma sociedade constituída por contrato tinha de ter, pelo menos, mais do que uma parte e uma sociedade unipessoal parecia algo absurdo. O legislador mantinha-se assim fiel ao princípio da contratualidade na constituição da sociedade comercial.

De todo modo, a incontornável realidade é que a sociedade unipessoal conta hoje, no ordenamento jurídico angolano, com uma presença inegável, mas este facto só foi possível mediante uma lenta evolução histórica que podemos dividir em três fases que são:

1ª. de 1975 a 2003, a que podemos chamar período da inadmissibilidade;

2ª a segunda, de 2004 a 2011, a que chamaremos período de tolerância;

3ª a terceira, de 2012 adiante, a que chamaremos período da admissibilidade.

Cada uma destas fases é caracterizada por factores sócio-económicos e ideológicos que acabaram por determinar a posição do legislador no que se refere

termos dogmáticos, de uma noção autónoma, que deve partir da análise do regime jurídico positivo.

ao reconhecimento da sociedade unipessoal. Mas ao desenvolvimento não foi alheio o que aconteceu em outros Ordenamentos Jurídicos, como por exemplo o português, que serviu de fonte de inspiração da regulamentação legal da Unipessoalidade em Angola.

1.2.1 O período da inadmissibilidade

Angola tornou-se independente de Portugal em 1975, mas o processo de independência fez-se sem quebra de continuidade do Direito, máxime no que ao Direito privado diz respeito⁵³. Neste sentido, após a independência, em Angola a actividade comercial continuou a ser regulada pelo velho Código Comercial de Veiga Beirão, de 23 de Agosto de 1888, e pela Lei das Sociedades por quotas de 1901. A herança deste sistema de regulação jus-societário implicou também a herança da inadmissibilidade sistemática da sociedade constituída por uma só pessoa.

No que à redução à unidade do substracto pessoal das sociedades diz respeito, o Código Comercial determinava, no seu §3º do artigo 120, a dissolução da sociedade anónima no caso desta permanecer, por um período superior a seis meses, com o número de sócios inferior ao exigido por Lei. Nos termos do art. 162, nº 1, este número mínimo correspondia a dez sócios. A solução legal apresentada para as sociedades anónimas era clara e pacífica. Já para as sociedades por quotas, a problemática da redução do número mínimo de sócios levantou um aceso debate doutrinário sobre qual seria o fim da sociedade por quotas reduzida à Unipessoalidade. Na verdade, a Lei das Sociedades por Quotas, de 1901, não era muito clara quanto à solução a ser aplicada no caso da sociedade se ver reduzida a um único sócio. A referida Lei das Sociedades por Quotas, no seu artigo 42, que tratava da dissolução da sociedade por quota, remetia a sua regulamentação para a aplicação do regime previsto pelo §4 do art. 120 do Código comercial, sem fazer referência ao §3 do referido art. 120, que tratava da

53 Cf. ASCENSÃO, José de Oliveira, *O Direito: Introdução e Teoria Geral*, 3º Ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, pág. 141.

dissolução fundamentada na redução do número de sócios. Diante deste silêncio da Lei, alguma doutrina entendeu que o §3 do art. 120 do Código Comercial, não era aplicável às sociedades por quotas (salvo se a dissolução por redução do número mínimo de sócios estivesse previsto no pacto social), admitindo-se, neste caso, a subsistência da sociedade por quotas, reduzida à Unipessoalidade⁵⁴. Por outro lado, FERRER CORREIA⁵⁵, na sua obra, *Sociedades Fictícias e Unipessoais*, apresentava-nos um entendimento diferente. Julgava este Professor que o §3 do artigo 120, mais do que simplesmente regular a Unipessoalidade nas sociedades anónimas, se destinava propriamente ao combate à Unipessoalidade. No seu entendimento, as razões que levaram o legislador a consagrar aquela disposição valem quer para as sociedades anónimas, quer para as sociedades por quotas. Porém, este professor manifestava-se contrário a uma dissolução *ope legis*, em defesa do interesse dos credores, e preconizava uma dissolução diferida, por remissão ao artigo 1007, al. d) do Código Civil.

Não obstante estes debates doutrinários, a ideia de que a concentração de quotas em um único sócio implicava a dissolução da sociedade, caracterizava a doutrina portuguesa. Entendia-se que o suporte fundamental da sociedade é a pluralidade de pessoas reunidas com o objectivo de a constituir. Assim, deixando de existir este substrato plural, a sociedade dissolvia-se. Com efeito, a discussão sobre o modo de dissolução continuava em aberto. Alguns defendiam a dissolução da sociedade *ipso iure*, após o decurso do prazo legal, e para outros a dissolução carecia de decisão judicial.

Em Angola, parece que a questão não era muito relevante, considerando que, no período após a independência, o País adoptou um sistema de dirigismo económico em que o Estado era o principal interveniente na vida económica, perspectivando, deste modo, o desenvolvimento do sector público, cooperativo e

⁵⁴ Vide MAGALHAES, Barbosa de, *As Sociedades Unipessoais face à Legislação Portuguesa*, Jornal do Fôro, Lisboa 1952, pág. 35 e ss. Nas palavras deste autor, “tendo a Lei considerado o problema da sua dissolução, não os mandou aplicar, antes se referiu apenas ao §4...”. No entender do Autor, “nas sociedades por quotas a concentração destas numa única pessoa só pode importar a dissolução da sociedade quando tal facto esteja directa ou indirectamente indicado no pacto social como fundamento de dissolução”.

⁵⁵ Cf. CORREIA, António de Arruda Ferrer, *Sociedades Fictícias e Unipessoais*, cit., pág. 286 e ss.

a sua coexistência com o sector privado, que, diga-se de passagem, era quase inexistente⁵⁶.

As sucessivas alterações à Constituição económica de Angola, apesar de aos poucos reforçarem o respeito e o reconhecimento da actividade privada, não lograram o tão almejado desenvolvimento do sector empresarial privado⁵⁷.

Não obstante, o facto é que, tal como acontecia em outras realidades, o arreigado contratualismo na constituição da sociedade obstava à realidade jurídica da sociedade unipessoal em Angola. De todo modo, parece que o período de carência de seis meses estabelecido pelo Código Comercial traduzia a possibilidade das sociedades apresentarem-se, ainda que transitoriamente, no estado jurídico- subjectivo da unipessoalidade.

1.2.2 O período de tolerância

Numa segunda fase, que começou com a aprovação da nova Lei das Sociedades Comerciais, que revogou as disposições do Código Comercial referente às Sociedades Comerciais e também a Lei das Sociedades por quotas, unificando num único diploma as regras aplicáveis às sociedades comerciais, iniciou-se o que chamamos de *período da tolerância*.

A aprovação da Lei das Sociedades Comerciais (Lei 01/04 de 13 de Fevereiro) marcou uma nova fase no direito societário angolano. Ela veio responder a necessidades elementares do comércio jurídico. Era necessária a criação de mecanismos legais que, em linha com os princípios constitucionais da protecção e fomento da iniciativa económica privada, garantissem o acesso à actividade empresarial e fomentassem o desenvolvimento económico de Angola.

56 O Decreto-Lei 128/75 de 7 de Outubro (que estabelece o regime de intervenção do Estado nas Empresas privadas) e a Lei 3/76 (Lei da nacionalização e confisco de empresas e outros bens) eram um exemplo flagrante do domínio do controlo do Estado sobre a actividade económica.

57 Para mais desenvolvimentos, vide JOÃO, Domingos Francisco, *Temas essenciais do Direito da Economia angolana: Os fundamentos da Constituição económica angolana, O Fundo Soberano*, Escolar Editora, Lobito, 2014.

Porém, a nova Lei não logrou reconhecer a existência das sociedades fictícias, nem a necessidade do combate ao fenómeno, que, motivado pela necessidade de limitação da responsabilidade do comerciante individual, associada à aspiração do domínio empresarial por uma única pessoa, tinham já uma presença inegável na prática jus-societária angolana. Este facto era facilmente constatado pela ausência de um instituto jurídico-societário tendente a limitar a responsabilidade do comerciante individual, tal como já se podia constatar, naquela altura, em países como Portugal e Cabo Verde⁵⁸.

Pese embora esta falta de referência expressa ao fenómeno das sociedades de pluralidade aparente ou fictícia, bem como a ausência de mecanismos tendentes a limitar a responsabilidade do comerciante individual, importa aqui avançar algumas pistas que parecem indicar, neste período, uma certa tolerância por parte do legislador, à Unipessoalidade societária.

De acordo com o artigo 8º da Lei das Sociedades Comerciais, nos casos permitidos por lei, a Sociedade pode constituir-se apenas com um sócio. Esta disposição parece manifestar laivos da admissibilidade da Unipessoalidade societária (originária), porém, só nos casos em que a lei admitir. Por seu turno, a disposição do artigo 44, al. a) da LSC., ao admitir a possibilidade de declaração da nulidade do Contrato de sociedade, por falta do número mínimo de sócios fundadores exigidos por lei, parece reflectir a existência de algum apego por parte do legislador ao princípio do contratualismo na constituição de sociedades.

A verdade é que o legislador angolano continuou a olhar para a unipessoalidade societária como factor de instabilidade e contraditório nos seus próprios termos, por isso, deveria ser remediada com a reconstituição da pluralidade ou, em alternativa, com a dissolução da sociedade⁵⁹. Neste sentido

58 Como veremos a seguir, na parte referente ao direito comparado, Portugal, contava já, nesta altura, com dois mecanismos tendentes a limitar a responsabilidade do comerciante individual, um que corresponde ao EIRL (Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada), tratando-se de um património autónomo responsável pelas dívidas do comerciante, e a Sociedade unipessoal. Cabo verde, por seu turno, desde 1999, convive com a sociedade unipessoal.

59 Cf. COSTA, Ricardo Alberto Santos, *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Vol. I, artigos 1º a 84, IDET (Coord. Coutinho de Abreu, Almedina), Coimbra, Fevereiro de 2013, pág. 968.

apontam os artigos 142, nº 1, al. a), aplicável a todas as sociedades, e o artigo 462, aplicável às sociedades anónimas, que admitem a possibilidade de dissolução da sociedade sempre que o substracto pessoal fica reduzido por período superior a um ano ao número inferior ao exigido por lei, salvo se o sócio remanescente for o Estado ou entidade a ele equiparada⁶⁰. Estamos em presença de uma dissolução diferida, cujo lapso de tempo visa a reconstituição da pluralidade⁶¹. Trata-se, nas palavras de RICARDO COSTA, de “uma causa *complexa*, pois necessita de ser integrada por um facto *temporal* [...] que funciona como um prazo de *carência*”⁶². Importa realçar que estamos em presença de uma dissolução judicial, que tem que ser requerida, por acção proposta contra a sociedade, pelo sócio remanescente, credores da sociedade ou ainda por credores do sócio de responsabilidade ilimitada (art. 144, Nº 1 da LSC), no prazo de seis meses a partir da data em que o autor tomou conhecimento da causa de dissolução, mas nunca depois de decorridos dois anos sobre a verificação da causa de dissolução⁶³.

Estas disposições parecem representar o mecanismo legal tendente a reprimir a redução do substracto pessoal das sociedades a um número inferior ao permitido por lei, impedindo, deste modo, a existência de sociedades totalmente dominadas por um único sócio. Porém, o que nos leva a concluir que, com a entrada em vigor da Lei das Sociedades Comerciais, houve uma certa tolerância à Unipessoalidade, é efectivamente a eficácia de tais mecanismos de “*repressão*” da Unipessoalidade. Da análise das disposições legais, podemos facilmente concluir que o legislador admitiu a possibilidade de as sociedades poderem persistir

60 Neste caso, a sociedade poderá persistir, apesar de ver o seu substracto pessoal reduzido em número inferior ao permitido por lei. Para a compreensão do conceito de entidade equiparada, *vide* o art. 524 da LSC.

61 *Vide* o art. 143, nº 1, segunda parte.

62 *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Vol. II, artigos 85 a 174, IDET (Coord. Coutinho de Abreu), Almedina, Coimbra, Abril, 2011, pág. 585 (itálico como no original).

63 Na mesma linha das disposições referidas, e no âmbito dos grupos de sociedades, vem o artigo 477 da LSC, referente ao domínio total superveniente, para as situações em que uma sociedade, que se encontre totalmente dominada por outra, impor aos sócios da sociedade dominante o ónus de, no mesmo prazo, deliberar, em alternativa, a dissolução da sociedade ou a alienação de quotas ou acções da sociedade dependente. Neste caso, a Lei vai ainda mais longe ao determinar a indissolubilidade da sociedade e determinar o estabelecimento entre elas de uma relação de grupo por domínio total superveniente. É caso para dizer que a LSC admitia já a Unipessoalidade societária (superveniente) como mecanismo de concentração de empresas.

unipessoais, a título transitório, porém com uma grande potencialidade de se eternizar⁶⁴, senão vejamos:

i. A dissolução operada com base na redução do número mínimo de sócios exigido por Lei é uma dissolução judicial diferida, ou seja, ela só acontece se o sócio ou sócios, no prazo de um ano, nada fizerem. Acresce ainda o facto de que, nos termos do artigo 144, n.º 3, a dissolução da sociedade só poder ser requerida no prazo de seis meses a contar do conhecimento pelo autor, da redução do número de sócios (porém, nunca antes de ter decorrido um ano, contado desde a verificação do facto), mas nunca depois de já terem decorridos mais de dois anos, contados a partir da verificação do facto que fundamenta o pedido de dissolução, no qual a acção não mais poderá ser proposta⁶⁵.

Na verdade, as probabilidades da sociedade que se encontra nestas circunstâncias ser dissolvida é muito reduzida. Tal como assinala RICARDO COSTA, “ao sócio único, em princípio, não lhe incomodará a solidão, ao credor não lhe interessa promover a liquidação de uma sociedade com que se relaciona bem...”⁶⁶. Daqui resulta que a sociedade poderá continuar a funcionar com o

64 Neste sentido, PINTO, Carlos Ferraz, *A potencialmente eterna Unipessoalidade superveniente na Lei das Sociedades Comerciais angolana*, Relatório de Mestrado apresentado, para a disciplina de Direito das Sociedades Comerciais, no curso de Ciências Jurídico-Empresariais da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2004, pág. 20.

65 Uma questão que tem ocupado a doutrina consiste em saber qual o prazo a que está sujeita a acção de dissolução. Na verdade, o n.º 3 do art. 144 estabelece o prazo de caducidade de seis meses para a acção de dissolução por facto previsto no *contrato* como causa de dissolução. Existe quem entenda que a dissolução fundamentada na redução do número mínimo de sócios exigido por Lei não está sujeita à caducidade, por se tratar de *causa legal*, e não contratual. Vide ASCENSÃO, José de Oliveira, *Direito Comercial: Sociedades Comerciais*, Vol. IV, Lisboa, 1993, pág. 346. Outros entendem que, não obstante se tratar de uma causa legal de dissolução, a acção judicial está sujeita ao mesmo prazo estabelecido para as causas contratuais, isto é, seis meses contados a partir da data em que o autor tomou conhecimento do facto que fundamenta a dissolução. A respeito deste último sentido, vide VENTURA Raúl, *Dissolução e Liquidação de Sociedades: Comentários ao Código das Sociedades Comerciais*, 4.ª Reimpressão da 1.ª Edição de 1987, Almedina, Coimbra, pág. 96; FURTADO, Jorge Henrique Pinto, *Curso de Direito das Sociedades*, cit., pág. 573; e ainda COSTA, Ricardo, “Unipessoalidade Societária”, in *Miscelânea* n.º 1, IDET, Almedina, Coimbra, Março de 2003, pág. 71 ss.

66 COSTA, Ricardo, “Unipessoalidade Societária”, *op. cit.*, págs. 255-256.

número de sócios inferior ao exigido por lei, em certos casos, unipessoal, no caso de a acção de dissolução não ter sido proposta dentro do prazo⁶⁷.

Em circunstâncias normais, é muito pouco provável que a sociedade unipessoal seja posta em perigo por iniciativa do sócio único. Os credores sociais não teriam motivos para promoverem a dissolução da sociedade, sua devedora. Em princípio, estes nada ganham se a sociedade entrar em dissolução. Quanto aos credores do sócio de responsabilidade ilimitada, “ainda menos se descobre interesse em promover a dissolução da sociedade”⁶⁸.

ii. Uma outra situação que manifesta o reconhecimento tolerante da Unipessoalidade societária superveniente, encontramos-la no número três do referido artigo 477 da LSC, que determina que, enquanto não for tomada uma das deliberações – de dissolução ou alienação de quotas ou acções –, a sociedade não se dissolve, ainda que tenha um único sócio, e conquanto se estabeleça entre as duas sociedades uma relação de grupo. Ou seja, se uma sociedade passar a dominar a outra, pela detenção da totalidade do seu capital social, nos termos do artigo 469 n.º 2, al. a) da LSC, a sociedade dominante deve deliberar, em alternativa, a dissolução da sociedade ou a alienação de quotas ou acções da sociedade dominada. Porém, no caso de não se tomar uma das referidas deliberações, a sociedade dominada persiste, estabelecendo-se entre as duas sociedades uma relação de grupo, por domínio total superveniente.

Estas duas situações representam exemplos claros da possibilidade da existência de sociedades unipessoais, embora com um reconhecimento indirecto, encapotado por uma existência temporária, mas com potencialidades para se eternizar.

De todo modo, apesar da constatada presença tolerada da sociedade supervenientemente unipessoal, o legislador continuou a encarar a Unipessoalidade como factor de risco e de instabilidade e por isso estabeleceu consequências para ambos os casos. É neste sentido que parecem orientar-se os

67 Neste Sentido, *vide* FURTADO, Jorge Henrique Pinto, *Curso de Direito das Sociedades* 4ª Ed., Almedina, Coimbra, Fevereiro de 2001, pág. 573, e COSTA, Ricardo, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português*, cit., pág. 256.

68 VENTURA Raúl, *Dissolução e Liquidação de Sociedades... op. cit.*, pág. 97 e ss.

enunciados normativos dos artigos 89 e 473⁶⁹, ambos da LSC., ao cominar com a responsabilidade ilimitada do sócio único da sociedade cujo substracto pessoal esteja reduzido à unidade.

O preceito do art. 89 da LSC. surge para evitar que os comerciantes individuais possam alcançar a limitação da responsabilidade mediante uma sociedade inteiramente dominada por si. Este facto fundamenta-se numa certa desconfiança sobre os perigos que poderiam advir do domínio da sociedade por uma só pessoa, considerando que o facto poderia representar um elevado risco de inobservância do princípio da separação patrimonial e abuso da personalidade colectiva. Estamos aqui perante uma norma desconsiderante da personalidade jurídica da sociedade unipessoal superveniente (de facto), considerando que ela (verificados certos pressupostos) derroga a autonomia jurídico-subjectiva e patrimonial da sociedade em face do sócio único remanescente⁷⁰.

De todo o modo, o artigo 89 da LSC tem só uma eficácia persuasiva relativa, na medida em que o sócio único não responderá ilimitadamente, sem mais, ou seja, a perda do privilégio da responsabilidade limitada estará temporalmente circunscrita ao período em que se verificar a situação de unipessoalidade (ainda que a falência ocorra depois de reconstituída a pluralidade). Estará também condicionada a uma declaração de falência e, mais, dependerá da prova do facto de que, no mesmo período, não foram respeitadas as regras de afectação do património da sociedade ao cumprimento das respectivas obrigações⁷¹. Daqui resulta que o art. 89 da LSC não altera o estatuto de responsabilidade do sócio remanescente, isto é, o simples facto da sociedade se encontrar superveniente dominada por uma só pessoa não é, por si só, fundamento para a derrogação da autonomia jurídico-subjectiva patrimonial da sociedade em face do sócio

69 Tendo o nosso foco virado para a sociedade unipessoal, enquanto meio de limitação da responsabilidade do comerciante individual, a análise deste tema será tendencialmente virada para o artigo 89, e não já para a responsabilidade da sociedade dominante, ou seja, para o artigo 473 da LSC.

70 COSTA, Ricardo, *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Vol I, cit., pág. 970.

71 Quando a lei se refere à violação de regras que estabelecem a afectação do património da sociedade ao cumprimento das obrigações, está a referir-se ao património da sociedade que constitui o suporte do seu passivo, compreendendo as normas dos artigos 32, 33, 35 e 36 da LSC. Neste sentido, vide VASCONCELOS, Pedro Pais, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, op. cit., pág. 295.

remanescente; para tal, torna-se necessária a verificação de outros elementos, pelo que, enquanto não se manifestarem, a consequência não se verificará. E é bom que assim seja, até porque o simples facto de uma sociedade se encontrar em situação de unipessoalidade não pode fundamentar, por si só, a ilimitação da responsabilidade. Esta poderá sim resultar do facto de um sócio, por controlar a sociedade, adoptar comportamentos que possam pôr em causa a satisfação dos credores sociais⁷².

A desconsideração da personalidade colectiva, como consequência da redução do número mínimo de sócios exigidos por Lei, será operante no caso de se verificar a violação da separação de patrimónios durante o período de concentração. Trata-se de um pressuposto adicional, cuja prova compete a quem dele pretende beneficiar⁷³ e que, na grande esmagadora maioria dos casos, se configura uma *probatio diabolica*. De facto, as situações de violação da separação de patrimónios são, na maioria dos casos, acompanhadas por um fraco ou até inexistente registo contabilístico e por isso muito difíceis de se provarem⁷⁴.

Chegados até aqui, com base nos fundamentos aduzidos, podemos constatar que, com a entrada em vigor da LSC, o legislador angolano acabou por, relutantemente, tolerar a existência da sociedade unipessoal superveniente, porém, mantendo-se arreigado ao princípio do contratualismo na constituição de sociedades, continuou a não admitir a constituição originária da sociedade unipessoal.

72 A reacção legal deve dirigir-se a comportamentos do sócio pelos quais este cause o referido dano, e não à situação de facto que lhe é subjacente. Cf. RIBEIRO, Maria de Fátima, *Sociedades Comerciais (Responsabilidade), Relatório sobre o programa e conteúdo e os métodos de ensino da disciplina*, Biblioteca de Investigação, Universidade Católica Editora, Porto, Julho de 2015, pág. 62.

73 Cf. Artigo 342 do Código Civil.

74 Com mais desenvolvimentos, vide COSTA, Ricardo Alberto Santos, *Código das Sociedades Comerciais em Comentário, Vol I*, cit., pág. 974, e ainda PINTO, Carlos Ferraz, *A potencialmente eterna...*, op. cit., pág. 24.

1.2.3 Período da admissibilidade

Num terceiro período, a manifesta necessidade de encontrar um mecanismo técnico-jurídico que permitisse a limitação da responsabilidade do comerciante individual e que criasse uma forma jurídica de enquadramento das micro, pequenas e médias empresas levou a que o legislador, dentre as técnicas existentes⁷⁵, acolhesse, de forma expressa, a sociedade unipessoal.

A sociedade unipessoal, como meio de limitação da responsabilidade do comerciante individual, passou a fazer parte da realidade jurídico-societária angolana desde a publicação da Lei 19/12, de 11 de Junho, que admitiu a constituição de sociedades originária ou supervenientemente unipessoais.

Tal como vimos, em Angola, a exemplo do que se verificou em outros ordenamentos, a admissibilidade da sociedade unipessoal resultou de um longo processo de superação dogmática. A admissibilidade da sociedade unipessoal resultou na faculdade das pessoas individuais, e também colectivas, constituírem, por negócio jurídico unilateral, uma sociedade sem que, nesse momento inicial, com elas concorresse qualquer outro sujeito⁷⁶.

Esta solução vem representar um certo avanço do direito em reconhecer uma realidade que não se podia ignorar – a existência de *ficta societas* e a necessidade de criação de mecanismos jurídicos que permitissem o enquadramento das micro, pequenas e médias empresas –, garantindo com isto a necessária aproximação das regras jurídicas à facticidade real e a concretização de Princípios Constitucionais como o da livre iniciativa económica [Art. 38 e al. b) do art. 89 da Constituição da Republica de Angola].

Grande parte da dogmática jus-societária fundamentava-se na preposição sociedade-contrato, o que obstou, durante um largo período de tempo, à admissibilidade das sociedades constituídas por negócio jurídico unilateral. A

⁷⁵ A par da sociedade unipessoal, a limitação da responsabilidade do comerciante em nome individual pode ser conseguida mediante a técnica do património, afectação que pode ou não ser personificado. Para mais, *vide* ALMEIDA, António Pereira, *Sociedades Comerciais*, 2ª Ed., Aumentada e Actualizada, Coimbra Editora, Coimbra, 1999, pág. 227 e ss.

⁷⁶ COSTA, Ricardo Alberto Santos, “As Sociedades Unipessoais”, in *Problemas do Direito das Sociedades*, IDET, Almedina, Coimbra, Julho de 2002, pág. 43.

sociedade era entendida como algo que provinha de contrato – pressupondo um substracto pessoal, no mínimo, bilateral - e, por isso mesmo, irreduzível a um substracto pessoal singular. Com a consagração da sociedade unipessoal, marcou-se um passo decisivo para afastar o dogma da necessidade de substracto pessoal plural, que desde há muito tinha deixado de contar com presença rigorosa na realidade jurídico-societária, facto que se verifica claramente, quer pela existência de sociedades fictícias, quer pela tolerância quanto às sociedades em que as participações sociais se encontram reunidas nas mãos de um único sócio (sociedades unipessoais de facto). Assim, a unipessoalidade, quando declarada, deixou de ser uma causa de dissolução da sociedade⁷⁷.

Subjacente a esta mudança legislativa está, para além da necessidade objectiva de se limitar a responsabilidade do comerciante individual, a prevalência de uma concepção jurídico-económica de que a sociedade constitui, antes de mais, uma forma de estruturação da empresa e que, por isso, se desvaloriza o substracto pessoal plural, bem como a concepção histórico-dogmática da sociedade como contrato⁷⁸. Deste modo, a sociedade comercial pode nascer quer de contrato, quer de negócio jurídico unilateral.

Com a aprovação da LSU, o legislador manteve as situações de unipessoalidade tolerada da LSC, ou seja, admitida a constituição da sociedade unipessoal, o legislador manteve intocáveis os preceitos que disciplinam a dissolução das sociedades com número de sócios inferior ao número mínimo exigido por lei, o da responsabilidade ilimitada do sócio da sociedade unipessoal, bem como da matéria referente ao domínio total superveniente (art. 142 al. a), art. 89 e art. 477, todos da LSC), permitindo com isso a presença, no ordenamento jurídico-societário angolano de dois corpos normativos reguladores da unipessoalidade.

A problemática referente a esta dualidade de corpos normativos da unipessoalidade merecerá tratamento mais à frente.

⁷⁷ ALMEIDA, António Pereira, *Sociedades Comerciais*, cit., pág. 231.

⁷⁸ ESPIRITO SANTO, João, in *Sociedade Unipessoal de Direito angolano*, cit., págs. 30-31.

Ultrapassados os dogmas que condicionavam a realidade da sociedade unipessoal, a verdade é que a sua consagração continua a levantar inúmeras questões, algumas das quais mereceram tratamento ao longo do nosso trabalho, mas a realidade incontornável é que ela conta hoje com presença inegável no ordenamento jurídico-societário angolano.

1.3 – O Direito Comparado

Analizada a realidade da sociedade unipessoal e o seu desenvolvimento histórico no ordenamento jurídico-societário angolano, é chegado o momento de fazer uma breve abordagem sobre como a figura foi e é tratada nos ordenamentos jurídicos seleccionados, de forma a compreender as soluções por eles acolhidas para os problemas suscitados pela necessidade de limitação da responsabilidade do comerciante individual⁷⁹.

Para tal, analisaremos os contornos e as soluções apresentadas pelos ordenamentos jurídicos Alemão, Português, Espanhol, Brasileiro, de Cabo Verde e as soluções apresentadas no âmbito da HOADA.

1.3.1 O Direito Alemão

Na Alemanha, tal como em outros ordenamentos jurídicos, também se fez sentir a necessidade de se encontrar um mecanismo técnico-jurídico que permitisse limitar a responsabilidade do comerciante individual.

Historicamente, a Alemanha sempre conviveu bem com as sociedades fictícias, estas nunca representaram um grande problema. Antes da Lei de 1980, convivia-se bem com a existência de sociedades dominadas por uma só pessoa (*Einmann-GmbH*). Nesta altura, a criação deste tipo de sociedade pressupunha a colaboração de um terceiro, de forma a se verificarem os requisitos que na altura

⁷⁹ VICENTE, Dário Moura, *Direito Comparado*, Vol. I, 3ª Ed., Almedina, Coimbra, Agosto de 2015, pág. 20.

eram exigidos por lei. O entendimento jurisprudencial ia no sentido de que os subscritores fictícios não se achavam isentos dos deveres que a lei lhes impunha⁸⁰. O recurso a testas de ferro para constituição de sociedades era, na Alemanha, um procedimento aceitável. Era também aceitável o pacto de transferência de todas as partes sociais para o único e verdadeiro sócio e ainda que tal transferência pudesse operar mesmo antes da inscrição da sociedade no registo comercial⁸¹. Assim, a consagração legislativa da sociedade unipessoal representou simplesmente o reconhecimento normativo de uma realidade que já existia e com a qual o ordenamento jurídico convivía bem.

Assim, o legislador alemão acolheu, através da Lei de 4 de Julho de 1980, a sociedade unipessoal, quer originária, quer superveniente⁸². Como vimos, o reconhecimento pela lei alemã das sociedades unipessoais representou uma mera recepção normativa do que já acontecia no comércio jurídico-societário, bem como a correspondência aos apelos doutrinários que iam no sentido de ser a sociedade unipessoal a melhor técnica para responder aos interesses do comerciante individual⁸³.

Apesar de se mostrar mais condescendente com o fenómeno da unipessoalidade societária, o legislador Alemão não deixou de tomar algumas medidas de precaução, tendo em conta a segurança jurídica de terceiros. Assim, no que se refere a realização entrada, o legislador impôs a prestação de garantia para o caso da obrigação de entrada não tiver sido efectuada de forma integral, impondo, neste caso, a obrigação do pedido de inscrição da sociedade no registo comercial ser acompanhado de uma declaração do gerente conforme se havia cumprido a obrigação de prestação de garantia⁸⁴. Por outro lado, o legislador também impôs, no § 34, al. 4, pela redacção dada pela Lei 18 de Dezembro de

80 Cf. FERNANDES, Isabel Cristina Carvalho, *Alguns Aspectos sobre as Sociedades por Quotas Unipessoais em Portugal*, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra 1999, pág. 11 e ss.

81 COELHO, Maria Ângela, "A limitação da responsabilidade do comerciante individual", *op. cit.*, pág. 21.

82 Vide ESTURILLO LÓPEZ, Antonio, *Estudio de la Sociedad de Responsabilidad Limitada*, Editora Civitas S. A., Madrid, 1996, pág. 646.

83 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, *cit.*, pág. 310.

84 *Ibidem*, pág. 311-312.

1991, a aplicabilidade do regime dos negócios entre sócios e a sociedade, na hipótese do sócio único ser o único gerente. No caso do sócio único não ser gerente, os negócios celebrados entre o sócio e a sociedade devem ser lavrados em acta, imediatamente após a sua execução. Impõe-se também a obrigatoriedade de registo em acta assinada de todas as decisões do sócio único, imediatamente após a sua adopção⁸⁵.

Historicamente, a Alemanha sempre se apresentou como um país muito condescendente com o fenómeno da unipessoalidade societário; não obstante, o legislador não deixou de adoptar medidas tendentes a contornar os possíveis riscos associados ao domínio total e efectivo da sociedade por uma só pessoa.

1.3.2 O Direito Português

Em Portugal, o comerciante individual também sentiu a necessidade de ver limitada a responsabilidade pelas dívidas contraídas no exercício do comércio e, por não existir tal mecanismo, viu-se forçado a fazer recurso a sociedades de pluralidade fictícia, para com isso beneficiar do privilégio da limitação da responsabilidade.

A necessidade da consagração de um mecanismo tendente à limitação da responsabilidade do comerciante individual era demonstrada pelo elevado número de sociedades fictícias existentes em Portugal⁸⁶. Esta falta de correspondência entre a o direito e a realidade esteve no centro das atenções e motivou a algumas reflexões doutrinárias sobre o tema, dentre as quais podemos apontar o contributo ao estudo do tema prestado por Ferrer Correia⁸⁷, Pinto Coelho⁸⁸ e Barbosa de Magalhães⁸⁹ e, posteriormente, por Maria Ângela Coelho⁹⁰,

⁸⁵ *Ibidem*.

⁸⁶ FERNANDES, Isabel Cristina Carvalho, *Alguns Aspectos...*, *op. cit.*, pág. 37.

⁸⁷ Dentre outros escritos do autor sobre o tema, *vide Sociedades Fictícias e Unipessoais*, Livraria Atlântida, Coimbra 1948, “O Problema das Sociedades Unipessoais”, *Separata do Boletim do Ministério da Justiça*, nº 166, Lisboa, 1967.

⁸⁸ *Vide* “O Problema das Sociedades Irregulares”, *in Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1947.

⁸⁹ *Vide As Sociedades Unipessoais Face à Legislação Portuguesa*, Jornal do Fôro, Lisboa, 1951.

mas coube a Ferrer Correia o mérito de abordar, pela primeira vez, a problemática das sociedades fictícias.

Apesar da referida falta de correspondência entre a realidade e a prática, que esteve no centro das preocupações de muitos autores que, de um modo geral, se manifestam contra a permanência de um tal estado de coisas⁹¹, o legislador português manteve-se, durante muito tempo, relutante em reconhecer tal realidade e criar um mecanismo que permitisse o comerciante individual ver limitada a sua responsabilidade. Dentre as razões que estariam na base da relutância do legislador, estavam, de acordo com Maria Ângela Coelho⁹², a ênfase que alguma doutrina punha nas desvantagens de uma tal limitação da responsabilidade do comerciante individual e, por outra, a divergência doutrinária quanto às vias apontadas para concessão da responsabilidade limitada ao comerciante individual.

O manifesto divórcio entre o direito e a realidade, causado pela enorme difusão da sociedade fictícia, levou a que o legislador português adoptasse uma postura realista, manifestada pela publicação do Decreto-Lei nº 248/86 de 25 de Agosto (doravante Lei EIRL), que criou e regulamentou o Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada (EIRL). Importa referir que antes mesmo da aprovação do referido Decreto-Lei, existia um projecto de Lei sobre Sociedade unipessoais, inspirado na experiência Alemã, da autoria da Dr.^a Maria Ângela Coelho, mas que não chegou a ser aprovado. Em vez disso, o Legislador Português optou pela criação do Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada⁹³. Trata-se de um património autónomo, destacado do património do comerciante, exclusivamente afecto à exploração da actividade económica da Empresa e que responde pelas dívidas contraídas na sua exploração⁹⁴.

Alguns dias depois, o legislador, através do Decreto-Lei 262/86, que aprovou o Código das Sociedades Comerciais, doravante CSC, veio admitir a

90 COELHO, Maria Ângela, "A limitação da responsabilidade do comerciante individual", cit.

91 COELHO, Maria Ângela, "A limitação da responsabilidade do comerciante individual", cit. pág. 7.

92 *Ibidem*, pág. 7.

93 CORREIA, Luís Brito, *A Sociedade Unipessoal por Quotas*, op. cit., pág. 638 e ss.

94 ANTUNES, José Engrácia, *O estabelecimento individual...*, op. cit., pág. 406.

possibilidade da constituição de sociedade unipessoal, mediante a criação de um expediente societário. Tratava-se de uma sociedade anónima, inicial ou supervenientemente unipessoal, isto é, totalmente dominada por outra sociedade (art. 488 e 489 do CSC). Com a aprovação do CSC, o ordenamento português passou a contar também com a possibilidade de se constituírem sociedades unipessoais anónimas, porém, a constituição de tais sociedades estava reservada a outras sociedades. Na opinião do Professor Ascensão, este facto verificou-se em virtude de não se admitir que o EIRL fosse criado por pessoa colectiva.

Porém, foi em consequência da aprovação da 12^a Directiva do Conselho da CEE, de 21 de Dezembro de 1989, relativa à sociedade de responsabilidade limitada com um único sócio, que se admitiu, expressamente, a sociedade unipessoal, quer originária, quer superveniente. Dado que as sociedades unipessoais se generalizavam na Europa, o legislador português aproveitou a oportunidade, pela transposição da directiva, para⁹⁵ superar o drama do contratualismo na constituição das sociedades. Foi assim que, pelo Decreto-Lei n.º 257/96 de 31 de Dezembro, se introduziram no CSC os artigos 270. A a 270. G, sobre as sociedades unipessoais por quotas.

Constata-se, assim, a presença, no ordenamento português, de dois mecanismos tendentes a combater as distorções introduzidas pela necessidade de limitar a responsabilidade do comerciante individual: O EIRL e a Sociedade Unipessoal por Quotas.

Quanto às sociedades anónimas, a totalidade das participações sociais só poderá ser detida por outra sociedade⁹⁶, quer seja de forma originária ou superveniente.

A exemplo do legislador Alemão, e no espírito da 12^a Directiva, o legislador português considerou a unipessoalidade societária como factor de risco para os credores sociais e também adoptou mecanismos tendentes a controlar ou contornar os riscos associados à limitação da responsabilidade do comerciante

⁹⁵ Importa referir que a transposição da XII Directiva era facultativa para Portugal, uma vez que este país já contava com um expediente equivalente, o EIRL.

⁹⁶ Neste caso, poderão ser detidas por outra sociedade por quotas, anónima ou em comandita por acções (art. 481, n.º 1 do CSC).

individual, quer no âmbito do EIRL, quer da sociedade unipessoal por quotas. Nos dois diplomas, o legislador estabeleceu limites à constituição e preservação quer de EIRL (art. 1º, nº 3 e art. 21 nº 4 da Lei EIRL), quer de sociedade unipessoal por quotas (art. 270 - C do CSC). Quanto à sociedade unipessoal, o legislador estabeleceu, no art. 270 - F, regras apertadas sobre os contratos entre o sócio único e a sociedade cuja violação implica não só a nulidade do negócio como também a responsabilidade ilimitada do sócio único⁹⁷.

1.3.3 O Direito Espanhol

A consagração da sociedade unipessoal em Espanha está, sem sombra de dúvida, relacionada com a necessidade de transposição para o ordenamento jurídico interno da 12ª Directiva do CEE, sobre as sociedades de responsabilidade limitada com um único sócio⁹⁸. Procedeu-se à adaptação ao Ordenamento interno da Directiva comunitária mediante a aprovação da Lei das Sociedades de Responsabilidade Limitada, de 23 de Março de 1995, que no seu capítulo XI (art. 125 a 129) regulou a sociedade unipessoal. Importa ainda referir o contributo prestado ao processo de superação da tradicional resistência à unipessoalidade por alguma doutrina, bem como a importante resolução da Direção Nacional dos Registos e Notariado, de 21 de Junho de 1990⁹⁹, cuja doutrina contribuiu para a remoção dos obstáculos dogmáticos tradicionalmente opostos ao reconhecimento das sociedades unipessoais superveniente e para proporcionar as bases para uma admissão legislativa da unipessoalidade originária.

Antes da aprovação da Lei das Sociedades de Responsabilidade Limitada (LSRL), em 1995, a Lei das Sociedades Anónimas, de 1951, não admitia as

97 Cf. MONTEIRO, António Pinto / Pedro Maia, "Sociedades Anónimas Unipessoais e a Reforma de 2006", in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, Vol. I, Almedina, Coimbra, Janeiro de 2011, pág. 220.

98 URÍA, Rodrigo / Aurélio Menéndez e outros, *Curso de Derecho Mercantil I*, op. cit., pág. 1224.

99 Sobre a resolução de 21 de Junho de 1990, vide SATALALLA LÓPEZ, M^a. Cristina, "La Sociedad Unipersonal...", cit., pág. 183 e ss. ESTURILLO LOPEZ, António, *Estudio de la sociedad de responsabilidad limitada...*, op. cit., pág. 648 e ss.

sociedades constituídas com um único sócio, salvo nos casos em que a sociedade fosse constituída pelo Estado, ou entidades equiparadas, nem contemplava as sociedades supervenientemente unipessoais¹⁰⁰. Não obstante esta falta de regulação da unipessoalidade, o legislador, na exposição de motivos da referida Lei, mostrava-se conhecedor da existência de sociedades fictícias e da necessidade da concentração das acções de uma sociedade nas mãos de um só sócio não implicar a dissolução imediata da sociedade, enquanto subsistir a possibilidade de restabelecimento da pluralidade de sócios. Apesar de o legislador reconhecer a unipessoalidade como uma situação anómala e transitória, não fixou um prazo para reconstituição da pluralidade, nem sequer estabeleceu um regime especial de responsabilidade do sócio único para os casos em que a sociedade se vê reduzida a unipessoalidade¹⁰¹.

Do mesmo modo, as sucessivas reformas à Lei comercial espanhola, efectuadas em 1989, não lograram regular a unipessoalidade societária. Este facto, deveu-se, na perspectiva de SATAOLALLA LÓPEZ, à coincidência do momento de introdução de tais alterações no ordenamento jurídico-societário espanhol com o início dos estudos da proposta de directiva de Maio de 1988¹⁰² sobre a unipessoalidade societária, que culminou com a aprovação definitiva, em 21 de Dezembro de 1989, da 12ª Directiva da CEE em matéria de Direito das Sociedades. Por esta razão, o legislador espanhol, para não fazer declarações sobre a matéria que o legislador comunitário acabaria por uniformizar, decidiu aguardar pela futura Lei das Sociedade de Responsabilidade Limitada, para, de uma forma plena e definitiva, regular a sociedade unipessoal¹⁰³.

A aprovação da referida Lei representou o reconhecimento normativo da Sociedade Unipessoal no Direito espanhol como mecanismo adequado para

100 BOQUERA MATARREDONA, Josefina, *La concentración de acciones en un solo sócio en las sociedades anónimas*, Editorial Tecnos, Madrid, 1990, pág. 22 e ss. Vide ainda SATAOLALLA LÓPEZ, M^a. Cristina, “La Sociedad Unipersonal...”, *op. cit.*, pág. 178.

101 SATAOLALLA LÓPEZ, M^a. Cristina, *La Sociedad Unipersonal...*, *op. cit.*, pág. 179.

102 A XII Directiva assentou na proposta da Comissão de Maio de 1988, retomada com alterações em 20 de Junho de 1989. Esta proposta foi fortemente criticada pelos Alemães por ser demasiado restritiva, na medida em que proibia que as sociedades unipessoais a 100% dominadas por outras sociedades constituíssem, por seu turno, outras sociedades unipessoais. Cf. CORDEIRO, António Menezes, *Direito Europeu das Sociedades*, *op. cit.*, pág. 474.

103 SATAOLALLA LÓPEZ, M^a. Cristina, “La Sociedad Unipersonal...”, *op. cit.*, pág. 180.

limitar a responsabilidade do empresário individual. O legislador espanhol reconheceu a unipessoalidade, quer para as sociedades por quotas, quer para as sociedades anónimas. Pela disposição adicional do ponto 23, que alterou a Lei das sociedades anónimas, e mediante a adição de um novo capítulo XXI, intitulado “Sociedade anónima unipessoal”, regulou a unipessoalidade anónima (art. 311), remetendo a sua regulamentação para a aplicação do disposto no capítulo XI da LSRL¹⁰⁴, referente à sociedade de responsabilidade limitada unipessoal.

A regulação da Sociedade Unipessoal pelo legislador espanhol pode ser considerada, por um lado, flexível, na medida em que se admite que o sócio único seja titular de mais do que uma sociedade unipessoal, quer sejam sociedades de responsabilidade limitada ou sociedades anónimas e, por outro lado, rigorosa, considerando que impõe um regime apertado de publicidade da unipessoalidade superveniente, da mudança do sócio, bem como da extinção desta e dos negócios celebrados entre o sócio único e a sociedade^{105 - 106}.

O regime de publicidade da unipessoalidade superveniente, estabelecido pelo art. 126 da LSRL, vai em linha do que prescreve o art. 3º da XII Directiva. O referido artigo estabelece o dever de publicação da concentração das participações da sociedade nas mãos de um único sócio, bem como da identidade

104 Cf. URÍA, Rodrigo, Aurélio Menéndez *et alii*, *Curso de Derecho Mercantil I*, cit., pág. 1223 e ss, BROSETA PONT, Manuel, *Manual de Derecho Mercantil: Intruducción y Estatuto del Empresário Derecho de la Competencia y de la Propriedad Industrial Derecho de Sociedades*, Vol. I, 13ª Ed., Tecnos, Madrid, 2006, pág. 598.

105 Quanto ao regime de publicidade da unipessoalidade, impõe-se o registo comercial da unipessoalidade no prazo de 6 (seis) meses, contados a partir da data da concentração das participações sociais, sob pena de o sócio único responder solidária e ilimitadamente pelas dívidas da sociedade contraídas durante o período de concentração das participações sociais. Quanto aos contratos celebrados entre o sócio e a sociedade, a Lei espanhola exige que estes adoptem a forma escrita, ou outra que a Lei determinar. Devem ainda ser transcritos em livro de registos da sociedade, que deverá ser legalizado, nos mesmos termos que o livro de actas e, sobretudo, devem, estes contratos, constar no relatório anual, de forma individualizada, com a indicação da sua natureza e as respectivas condições. A penalização prevista da obrigatoriedade do registo e da referência ao relatório anual é a inoponibilidade dos mesmos à massa em caso de declaração de insolvência da sociedade ou do sócio único. Cf. VICENTE CHULIÁ, Francisco, *Introducción al Derecho Mercantil*, 8ª Ed., Tirant lo Blanch, Valencia, 1995.

106 SATAOLALLA LÓPEZ, Mª. Cristina, “La Sociedad Unipersonal...”, cit., pág. 186 e ss.

do sócio único¹⁰⁷. Nos termos do art. 29 da LSRL, após decorridos seis meses, a falta de publicidade da unipessoalidade superveniente gera a responsabilidade ilimitada do sócio único pelas dívidas sociais contraídas durante o período de concentração das participações sociais. Ainda nesta linha de ideias, a disposição transitória da LSRL estabelece, no seu art. 8º, nº 2, a mesma sanção para as sociedades que, no momento anterior à entrada em vigor da referida lei, já se encontravam em situação de unipessoalidade e que não apresentaram a declaração de unipessoalidade até ao dia 1 de Janeiro de 1996.

Esta regra de publicidade obrigatória não abrange a unipessoalidade originária, já que esta, por força das regras de formação das sociedades, estará sempre sujeita à publicidade registral.

1.3.4 O Direito Brasileiro

No Brasil, a necessidade de criação de um mecanismo tendente a limitar a responsabilidade do comerciante individual, imposta pelo desenvolvimento da realidade económica, deparou-se com alguma retracção inicial, motivada, por um lado, por fundamentos de natureza fiscal, no sentido em que a limitação da responsabilidade do comerciante individual poderia dificultar a cobrança do crédito tributário¹⁰⁸ e, por outro lado, pelo arraigado princípio do contratualismo na constituição da sociedade, representado pela inadmissível

107 Cf. BROSETA PONT, Manuel, *Manual de Derecho Mercantil*, cit., pág. 599, também CORDEIRO, António Menezes, *Direito Europeu das Sociedades*, cit., pág. 472.

108 As objecções colocadas pela Administração fiscal brasileira parecem ser o reflexo do que se verificou nos Estados Unidos da América (EUA) em 1996, quando o Serviço da Receita apresentou a nova e revolucionária classificação tributária pela sua “Check the box” e que o levou a declarar que a “Single Member Limited Liability Company (SMLLC) simply does not exist for Federal income tax propose”. Para mais desenvolvimento, vide Daniel S. Kleinberger / Carter G. Bishop, “*The Single Member Limited Liability Company as Disregarded Entity: Now You See it, Now You Don’t*”. Disponível em http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1559401 [acedido aos 25/02/2016], ainda JR., MARTIN/ J. MCMAHON, “Now You See It, Now You Don’t: The Comings and Goings of Disregarded Entities”, in *UF Law Faculty Publications: University of Florida Levin College of Law*, UF Law Scholarship Repository, Winter 2012. Disponível em <http://scholarship.law.ufl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1632&context=facultypub>. [acedido aos 08/09/2015]

ideia de contrato consigo mesmo associada a um tal instituto¹⁰⁹. Por essas razões, o legislador Brasileiro manteve-se resistente à consagração de um tal instituto.

A Lei brasileira das Sociedades anónimas, de 1976, admitiu, no seu art. 251 a *subsidiária integral*. Trata-se de uma sociedade anónima originariamente unipessoal, mas que só podia ser constituída por uma outra sociedade anónima brasileira¹¹⁰. Era assim admitida a sociedade unipessoal, mas limitada à sociedade por acções. A sociedade assim constituída não correspondia ao movimento de se encontrar um meio técnico-jurídico tendente a limitar a responsabilidade do comerciante individual.

Com a provação do Código Civil de Miguel Reale, em 2003, as sociedades reduzidas à unipessoalidade, em vez de serem objecto de dissolução imediata, tinham um prazo de 180 dias com vista ao restabelecimento da pluralidade de sócios. Esta alteração legislativa deu azo a interrogação sobre a possibilidade das sociedades persistirem unipessoais, já que, nos termos do art. 1033 IV do Cód. Civil, estas podem ter uma existência temporária¹¹¹. Esta questão esbarrou contra as razões, já apontadas, que suportavam a negação da admissibilidade de limitação da responsabilidade do comerciante individual mediante a constituição de uma sociedade em que este era o titular de todas as participações sociais. Porém, a flagrante realidade, cada vez mais evidente, das sociedades fictícias, constituídas com recurso a testas de ferro ou a sócios de favor, era algo que o legislador não se podia dar o privilégio de ignorar.

A verdade era que o legislador brasileiro comungava das objecções à limitação da responsabilidade do comerciante individual apresentadas quer pela Administração Fiscal, quer pela Doutrina, e este facto ficou claro com a aprovação da Lei 12.441 de 11 de Julho de 2011, que introduziu o artigo 980-A, ao Código Civil, que criou e regulou a figura da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada ou EIRELI.

109 COELHO, Fábio Uhoa, "A Sociedade Unipessoal no Direito Brasileiro", in *Questões de Direito Societário em Portugal e no Brasil* (coord. Maria de Fátima Ribeiro), Almedina, Coimbra, 2012, pág. 347.

110 É tida como brasileira a sociedade organizada nos termos da legislação brasileira cuja administração esteja situada em território brasileiro. Cf. Art. 1126 do Cód. Civil brasileiro.

111 COELHO, Fábio Uhoa, "A Sociedade Unipessoal no Direito Brasileiro", *op. cit.*, pág. 351.

A perfilhação do legislador das objecções apresentadas ficou marcada pela clara falta de referência expressa ao direito societário. Esta falta de referência visou, na opinião de Fábio Coelho, por um lado, afastar os receios da Administração Tributária e, por outro, fugir do “descabimento” da ideia de unipessoalidade originária¹¹².

O Diploma legal que introduziu a EIRELI no direito brasileiro também aditou um VI número (inciso) ao artigo 44 do Código Civil, acrescentando à categoria de pessoas colectivas, a par da sociedade, associação, fundação, igrejas e partidos políticos, a figura da EIRELI¹¹³. O legislador, pretendeu deixar clara a diferença entre a EIRELI e a sociedade, através da ideia de que aquela seria uma “nova” pessoa colectiva e, por isso, diferente da sociedade. Porém, este fez recurso ao direito societário para regular a EIRELI.

A questão que se discute no Brasil consiste em perceber qual a natureza jurídica do novo instituto, ou seja, se a EIRELI é uma sociedade ou, em vez disso, uma pessoa jurídica diferente da sociedade, como pretendeu demonstrar o legislador ao adicionar ao artigo 44 o inciso VI.

Este tema tem sido amplamente discutido na Doutrina Brasileira, existindo quem entenda tratar-se o EIRELI de uma sociedade unipessoal e quem entenda a figura como uma pessoa jurídica não societária.

Não obstante as divergências doutrinárias sobre a natureza jurídica do EIRELI, a verdade incontornável é a de que o Ordenamento Jurídico brasileiro conta, desde 2012, com o EIRELI como instrumento técnico-jurídico destinado a limitar a responsabilidade do comerciante individual.

1.3.5 O Direito de Cabo Verde

Vale ainda apontar a experiência de Cabo Verde no que se toca à necessidade de instituição de um meio técnico-jurídico tendente a limitar a responsabilidade do comerciante individual.

¹¹² COELHO, Fábio Uhoa, “A Sociedade Unipessoal no Direito Brasileiro”, cit., pág. 352.

¹¹³ Para mais desenvolvimentos, *vide* COELHO, Fábio Uhoa, “A Sociedade Unipessoal no Direito Brasileiro”, *op. cit.*, pág. 354 e ss. Sobre a problemática da enumeração das pessoas colectivas previstas no art. 44 do Cod. Civil brasileiro.

O legislador de Cabo Verde criou e regulou, através do Decreto Legislativo 3/99 de 29 de Março, que aprova o Código das Empresas Comerciais, doravante CEC, a Sociedade Unipessoal. A opção pelo expediente societário deveu-se ao facto de se tratar de uma figura já conhecida na realidade jurídica de Cabo Verde e com uma comprovação prática da sua eficácia, permitindo assim o tratamento coerente das questões que se levantam no âmbito da limitação da responsabilidade do comerciante individual, bem como no âmbito da unipessoalidade societária.

O legislador de Cabo Verde regulou através do citado diploma a Sociedade Unipessoal por Quotas e a Sociedade Unipessoal Anónima. A sociedade Unipessoal por Quotas encontra-se regulada no capítulo X do título III, referente à Sociedade por Quotas, artigos 336 a 341, já a Sociedade Unipessoal Anónima encontra-se regulada igualmente no capítulo X do título IV, referente à Sociedade Anónima, nos artigos 457 e 458. Esta arrumação representa uma vantagem, na medida em que deixa clara a questão que consiste em saber se a sociedade unipessoal é um novo tipo de sociedade ou um subtipo ou variante do tipo matriz (sociedade por quotas e anónima). Daqui se consegue perceber, de forma clara, que a Sociedade unipessoal é, no Ordenamento de Cabo Verde, um subtipo do tipo de Sociedade matriz (anónima ou por quotas) respectivo.

De acordo com o Código das Empresas Comerciais de Cabo Verde, a criação da Sociedade Unipessoal por Quotas está reservada a pessoas singulares, enquanto que a criação de Sociedades Unipessoais Anónimas está reservada exclusivamente a outras entidades.

O legislador de Cabo Verde, a exemplo do que vem acontecendo em outros ordenamentos, estabeleceu regras tendentes a contornar o melindre representado pela sociedade dominada por uma só pessoa. Neste sentido, estabeleceu, no art. 336, nº 2, limites à constituição e preservação da unipessoalidade, fixando a regra *uma pessoa, uma sociedade unipessoal*. A violação dos limites da constituição de sociedades unipessoais, no caso da unipessoalidade originária, ou seja, pela constituição originária de uma segunda sociedade unipessoal, é a nulidade do acto constitutivo da sociedade. No caso da

titularização superveniente de uma segunda sociedade unipessoal, para a sociedade unipessoal por quotas, a lei determina a dissolução da sociedade que adquirir tal posição em segundo lugar, após decorridos seis meses, destinados à reconstituição da pluralidade (art. 336, nº 3 do CEC). Para a unipessoalidade anónima, a lei determina a dissolução diferida, depois de decorrido um prazo de um ano, destinado à reconstituição da pluralidade ou a constituição, entre as duas sociedades, de uma relação de grupo por domínio total superveniente, nos termos do art. 458, nº 2 do CEC.

O legislador estabeleceu também regras aplicáveis aos negócios celebrados entre o sócio único, seja por si ou por interposta pessoa, e a sociedade cuja violação é sancionada com a nulidade do negócio celebrado. Exige-se que os referidos negócios constem sempre de documento escrito, se uma forma mais exigente não resultar da natureza do negócio. Estes devem ainda ser úteis, necessários ou convenientes para a prossecução do objecto social e devem ser sempre objecto de um relatório, previamente elaborado por um contabilista ou auditor certificado, no qual se declara a adequação do negócio às práticas normais do mercado.

O legislador afirma a limitação da responsabilidade deste, mas determina que ele será ilimitadamente responsável no caso de a sociedade ser declarada falida contanto que se prove que não foram observados os princípios da afectação do património da sociedade ao cumprimento das respectivas obrigações e da separação patrimonial (art. 339 do CEC).

A sociedade unipessoal, no ordenamento de Cabo Verde, teve um duplo propósito: limitar a responsabilidade do comerciante individual e, com isto, combater o fenómeno das sociedades fictícias, bem como criar um mecanismo de concentração de empresas.

1.3.6 O Direito da O.H.A.D.A

A O.H.A.D.A, *L'Organisation pour l'Harmonisation en Afrique du Droit des Affaires*, ou “Organização para a Harmonização em Africa do Direito dos Negócios”, foi criada pelo Tratado de Port-Luis de 17, de Outubro de 1993

(revisto em 17 de Outubro de 2008, em Quebec, Canada), e tem como membros o Benim, o Burkina Faso, os Camarões, as Ilhas Comores, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Guiné Bissau, Guiné, Guiné Equatorial, Mali, Níger, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Senegal, Chade e o Togo. Esta Organização visa o desenvolvimento das economias dos Estados membros através da modernização e harmonização das regras jurídicas, por intermédio de regras comuns, directamente aplicáveis aos Estados membros, de modo a garantir uma maior segurança jurídica e judiciária ao investidor¹¹⁴. Nesta perspectiva, a Organização adoptou, em Abril de 1997, através do seu Conselho de Ministros, o Acto Uniforme Relativo ao Direito das Sociedades Comerciais e ao Agrupamento de Interesse Económico (AUS), cuja ultima revisão conhecida foi realizada em 30 de Janeiro de 2014, no Burkina Faso, tendo as alterações entrado em vigor a partir do dia 05 de Maio de 2014. O principal objectivo da aprovação deste instrumento normativo foi o de ajustar o direito societário da organização, adaptando-o as actuais exigências da realidade económica africana¹¹⁵.

Nos termos do artigo 5º do referido Acto, pode a Sociedade Comercial ser constituída por uma só pessoa, denominada sócio único. Nesta mesma linha, o artigo 309, nº 2, prevê a unipessoalidade para a Sociedade de Responsabilidade Limitada e o nº 2 do artigo 385 prevê a unipessoalidade para as sociedades anónimas. No que se refere aos negócios celebrados entre o sócio e a sociedade o artigo 355 nº 3, impõe a obrigatoriedade de se mencionar no livro de actas os negócios concluídos entre o Sócio e a Sociedade.

No âmbito da O.H.A.D.A, podemos facilmente concluir que o legislador admitiu a unipessoalidade plena para os tipos societários por quotas e anónima. Qualquer um destas sociedades pode ser constituída quer por pessoas individuais, quer por pessoas colectivas.

114 MOULOUL, Alhousseini, *Compreender a Organização para Harmonização do Direito dos Negócios em Africa (O.H.A.D.A)*, 2º Ed.. pág. 21. Disponível em <http://docplayer.com.br/1793520-Compreender-a-organizacao-para-a-harmonizacao-do-direito-dos-negocios-em-africa-o-h-a-d-a-segunda-edicao.html> [acedido em 14/04/2016],

115 SAMPA, Samora Ilídio Delgado, *Os Negócios entre a Sociedade e os Sócios no Direito da OHADA*, Almedina, Coimbra, 2014, pág. 33.

Quanto à consagração da unipessoalidade na O.H.A.D.A, têm que se fazer algumas críticas, sobretudo pela fraca intervenção do Legislador em relação aos riscos associados à unipessoalidade¹¹⁶. O legislador da O.H.A.D.A não estabeleceu limites à constituição de sociedades unipessoais nem prescreveu sanções para a violação do preceituado no nº 3 do art. 355, como se verifica nos ordenamentos jurídicos dos países europeus, de Angola ou de Cabo Verde.

116 Cf. *Ibidem*, pág. 163 e ss. O Autor sugere, de *iure constituendo*, o estabelecimento de regras tendentes a limitar a possibilidade de ocorrência de abuso da personalidade jurídica da sociedade unipessoal, com vista à necessária tutela dos interesses legítimos de terceiros. Entende ser pertinente o estabelecimento, como requisito de validade dos negócios celebrados entre o sócio e a sociedade, a obrigatoriedade dos mesmos adoptarem a forma escrita e visarem a prossecução do interesse social. Consequentemente, a violação destas regras resultaria na responsabilização ilimitada do sócio perante os credores sociais.

CAPÍTULO II

2. - A sociedade unipessoal de direito angolano

2.1. Alguns problemas levantados no quadro geral da consagração da unipessoalidade societária em Angola pela Lei 19/12 de 11 de junho, Lei das Sociedades Unipessoais

Feito o enquadramento da sociedade unipessoal no universo Jurídico-societário, compreendida a sua origem histórica e a sua evolução no ordenamento angolano, vistos, ainda que de forma sumária, alguns dos seus traços essenciais do ponto de vista do Direito Comparado, é chegado o momento de proceder a uma análise concreta do instituto no Direito angolano, com vista a estabelecer algumas bases de compreensão do seu regime jurídico.

Após uma longa letargia ou resistência do legislador angolano em reconhecer a sociedade unipessoal, ela passou, desde o dia 11 de Junho de 2012, a fazer parte do ordenamento jurídico-societário angolano. A sociedade unipessoal é hoje uma realidade incontornável.

i. Tal como aconteceu em outros ordenamentos jurídicos, o legislador angolano recorreu ao expediente societário para dar resposta à problemática da limitação da responsabilidade do comerciante individual e, tal como em outros ordenamentos jurídicos, a consagração da sociedade unipessoal não é isenta de críticas nem despida de problemas dogmáticos. Neste capítulo, procederemos à selecção e análise de alguns problemas que se levantam no âmbito da consagração da sociedade unipessoal no direito angolano.

Uma primeira questão surge na perspectiva da pertinência e da razão subjacentes à opção pelo expediente societário para limitar a responsabilidade do comerciante individual. Dentre os instrumentos possíveis de limitação da responsabilidade do comerciante individual, o legislador angolano optou pela sociedade unipessoal. Quais serão as vantagens e as virtualidades das sociedades unipessoais que justificaram a escolha do legislador angolano?

ii. Uma outra questão que se levanta e que merecerá a nossa análise prende-se com o enquadramento da nova figura no quadro típico das sociedades comerciais. Nos termos do nº 1 do art. 2º da LSC, as sociedades comerciais estão sujeitas a um regime de tipicidade. Assim, pode-se questionar se a sociedade unipessoal representa um novo tipo de sociedade a acrescer na numeração típica do art. 2º nº 1 da LSC, ou se será ela um subtipo do tipo de sociedade *matriz* (sociedade por quotas e anónima). Esta questão ganha pujança quando se constata que o legislador angolano regulou a sociedade unipessoal num diploma autónomo e designou *transformação* a passagem de uma sociedade por quotas ou anónima pluripessoal para unipessoal e vice-versa.

iii. Como oportunamente nos referimos, a LSC contém um corpo normativo regulador da unipessoalidade, que designamos *unipessoalidade de facto*, e que se encontra submetida a uma regime de dissolução e responsabilidade praticamente inoperantes. Com a consagração da sociedade unipessoal, este regime regulador da unipessoalidade de facto manteve-se intocado e parece ser teleologicamente incompatível com o regime da unipessoalidade. Com a entrada em vigor da LSU, pensou-se que a redução do número de sócios à unidade, pelo menos no que à sociedade por quotas e anónima diz respeito, deveria deixar de constar entre as causas de dissolução da sociedade. Mas o legislador não alterou o regime de dissolução, que, como dissemos, é praticamente inoperante, mantendo com isso uma dualidade de regimes reguladores da unipessoalidade. Um regime consta da LSC, que é o regime da unipessoalidade de facto, e o outro, da LSU, que é o regime da unipessoalidade que optamos por chamar de *unipessoalidade de direito*. A possível harmonização destes corpos normativos deverá também ser objecto de apreciação no capítulo que agora curamos.

iv. Por outra, a LSU determina que a sociedade unipessoal é aquela em que a totalidade da participação social se encontra na titularidade de uma pessoa singular ou colectiva. Assim, parece que o critério apresentado pela lei para a unicidade é o da titularidade da totalidade da participação social. Neste sentido, parecem existirem determinadas situações em que a existência de um só sócio parece duvidosa. As situações em que mais do que uma pessoa tenha direitos

equivalentes sobre a totalidade do capital social de uma sociedade comercial levantam a questão de saber se ainda estaremos na presença do critério da unicidade da LSU. As situações como as que se verificam no caso da compropriedade, comunhão, usufruto e penhor, implicam uma reflexão sobre o conceito de sócio único, de forma a compreender a sua abrangência.

v. Um dos objectivos do presente trabalho é, de facto, avaliar a eficácia prática da *novatio legis* em concretizar os seus desígnios. Como referimos, a sociedade unipessoal surge como expediente técnico-jurídico apto para limitar a responsabilidade do comerciante individual. Um dos seus principais objectivos é o combate a sociedades fictícias que causavam uma clara situação de divórcio entre o direito e a realidade económica. Isto quer dizer que com ela também se pretende evitar que o comerciante individual continue a fazer recurso a testas de ferro ou subscritores de complacência, ou seja, a sociedades fictícias como meio de exercer a actividade comercial com limitação da responsabilidade aliada à aspiração de deter o total e efectivo controlo da actividade comercial. Na expectativa de compreender quais as virtualidades da sociedade unipessoal para alcançar os seus fins, faremos uma análise ao que o legislador designou de “Efeitos Directos da Unipessoalidade”, consagrados no artigo 20 da LSU. Neste artigo, o legislador estabeleceu aquilo a que podemos chamar de limites de constituição e preservação da unipessoalidade. Procuraremos perceber em que medida não se encontra consagrado neste artigo um incentivo à fuga da unipessoalidade para a sociedade de pluralidade fictícia.

vi. Por último, e não menos importante, merecerá também a nossa atenção o tratamento que a *novatio legis* dispensa ao fenómeno da *ficta societa*. Qual o mecanismo específico que ela oferece para o tratamento do problema e qual a eficácia do mesmo?

Estes são os problemas cujo tratamento ocupará as páginas referentes ao segundo capítulo da nossa investigação.

2.1.1 A sociedades unipessoais como expediente técnico-jurídico adequado para responder às necessidades económicas

O risco associado ao exercício do comércio a título individual levou a que o comerciante individual, com o objectivo de alcançar a tão almejada limitação da responsabilidade, fizesse recurso a sociedades de pluralidade fictícia, com recurso à sócios de favor ou subscritores de complacência. A proliferação de sociedades fictícias, manifestação da necessidade prática de criação de um expediente técnico-jurídico que permitisse ao comerciante individual ver limitada a sua responsabilidade, gerou, nos diversos ordenamentos jurídicos, a preocupação de se encontrar um mecanismo apto a responder a tal necessidade¹¹⁷.

A limitação da responsabilidade do comerciante individual pode então ser alcançada com recurso a dois expedientes, a saber: a *empresa individual de responsabilidade limitada*, que pode ou não ser dotada de personalidade jurídica, e a *sociedade unipessoal*¹¹⁸.

Uma primeira opção para a limitação da responsabilidade do comerciante individual é através do recurso à empresa individual de responsabilidade limitada, que pode consistir na mera autonomização de uma parte do património do comerciante, que ficará rigorosamente afecta à prossecução do fim da empresa e será, ao mesmo tempo, garantia dos credores. Esta poderá ser ou não elevada à categoria de “verdadeira pessoa jurídica”¹¹⁹, ou seja, ser dotada de personalidade jurídica.

Uma segunda forma é através da sociedade unipessoal, que se trata de uma verdadeira sociedade, com a diferença de contar com um substracto unipessoal, que pode ocorrer no momento inicial da sociedade ou em momento

117 Cf. CORREIA, Ferrer, “Sobre a Projectada Reforma da Legislação Comercial Portuguesa”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 44, Vol. I, Maio de 1984, pág. 13 e ss. Disponível em <https://www.oa.pt/Publicacoes/revista/default.aspx?idc=30777&idsc=2691&volumeID=56307&anoID=56306> [acedido em 22- 08-2015]

118 COELHO, Maria Ângela, “A limitação da responsabilidade do comerciante individual”, cit., págs. 7, 12 e ss.

119 CORREIA, Ferrer, “Sobre a Projectada Reforma da Legislação Comercial Portuguesa”, cit. pág. 18.

posterior à sua criação, mediante a concentração da totalidade das participações sociais nas mãos de um único sócio.

A sociedade unipessoal surge como um expediente técnico-jurídico que permite ao comerciante individual, por um lado, o exercício de actividade comercial sem colocar em risco a totalidade do seu património e, por outro lado, o impedimento de que os bens afectos ao exercício da actividade comercial sejam responsabilizados pelas dívidas pessoais do comerciante.

2.1.1.1. As vantagens da sociedade unipessoal face ao património autónomo

O Legislador angolano consagrou, com a aprovação da Lei 19/12 de 11 de Junho (Lei das Sociedades Unipessoais: LSU), a sociedade unipessoal como expediente técnico-jurídico apto para limitar a responsabilidade do comerciante individual. A este nível, cabe perguntar se a opção pelo expediente societário representa a melhor opção em face da necessidade de criação de um mecanismo de limitação da responsabilidade do comerciante individual, imposta pela natureza das coisas, bem como da promoção do empreendedorismo pelo enquadramento das micro, pequenas e médias empresas.

Pensamos que o mérito da opção do legislador deverá ser visto do ponto de vista das vantagens que a sociedade unipessoal apresenta em face do estabelecimento individual de responsabilidade limitada.

Podemos apontar as seguintes vantagens associadas ao recurso ao expediente societário para limitar a responsabilidade do comerciante individual:

(i) Maior facilidade na regulamentação da nova realidade, pelo recurso à regulamentação das sociedades *matrizes*, estabelecida pela LSC, adequando simplesmente aquelas características que pela sua peculiaridade exijam uma abordagem distinta¹²⁰;

(ii) Permite a conservação da Empresa para lá da vida do sócio único;

(iii) Facilita o processo de transmissão, quer seja *inter vivos* ou *mortis causa*;

¹²⁰ Neste sentido, vide SATAOLALLA LÓPEZ, M^a. Cristina, “La Sociedad Unipersonal”, *cit.*, pág. 177 e ALMEIDA, António Pereira de, *Sociedades Comerciais*, *op. cit.*, pág. 376.

(iv) Permite uma maior facilidade na modificação/transformação da mesma;

(v) Permite ao empresário individual concorrer no mercado em situação de igualdade com outros operadores económicos, isto é, com limitação da responsabilidade e com recurso a uma regulamentação de reconhecida funcionalidade.

Podemos também acrescentar a estas vantagens o facto da consagração da sociedade unipessoal representar o reconhecimento de uma realidade que já existia na prática (as sociedades de pluralidade fictícia, que são verdadeiras sociedades unipessoais), bem como o facto do recurso ao expediente societário facilitar a resposta a algumas questões surgidas no âmbito da unipessoalidade, com recurso às experiências da já sedimentada sociedade pluripessoal.

A estas vantagens objectivas, deve-se adicionar a experiência de países, como a Alemanha, onde o instituto conta com um desenvolvimento histórico impressionante. Na Alemanha, as sociedades dominadas por um único sócio existiam e eram aceites com normalidade, mesmo antes da sua consagração normativa¹²¹. Neste sentido, a opção pelo expediente societário traz consigo, nas palavras de Maria Ângela Coelho¹²², “a vantagem de se pisar em terreno conhecido”, considerando o percurso histórico do instituto nos ordenamentos jurídicos como o alemão e português.

Por outro lado, é sobejamente conhecido o fracasso que resultou da consagração, no ordenamento jurídico português, da figura do EIRL¹²³. Neste sentido, a opção pelo expediente societário acabou por trazer a vantagem de superar os inconvenientes daquele instituto¹²⁴ verificados no ordenamento

121 CORREIA, Ferrer, “Sobre a Projectada Reforma da Legislação Comercial Portuguesa”, cit., pág. 17.

122 COELHO, Maria Ângela, “A limitação da responsabilidade do comerciante individual”, cit., pág. 18.

123 Sobre a temática, vide ASCENSÃO, José de Oliveira, “O Estabelecimento Individual...”, cit., ANTUNES, José Engrácia, *O estabelecimento individual de responsabilidade limitada...*, op. cit., SERRA, Catarina, “As novas Sociedades Unipessoais”, *Scientia Iuridica Separata*, nºs 265/267, Janeiro-Junho 1997.

124 COELHO, Maria Ângela, “A limitação da responsabilidade do comerciante individual”, cit., pág. 18.

português (considerando que a Lei angolana, máxime no que à sociedade unipessoal por quotas diz respeito), teve como fonte de inspiração a regulamentação portuguesa sobre a unipessoalidade, estabelecida nos artigos 270-A a 270- F do CSC¹²⁵.

De outro ponto de vista, a sociedade unipessoal representa também a forma jurídico-societária de enquadramento da micro, pequena e média empresa. Ela vem permitir que o pequeno empreendedor intervenha na vida económica em igualdade de circunstâncias com outros agentes – as sociedades -, fomentando com isto o empreendedorismo e proporcionando um ambiente de concorrência, o que é vantajoso para a economia nacional.

Assim, a opção pelo expediente societário representa vantagens práticas para a economia e permite contornar os inconvenientes associados à figura do estabelecimento individual de responsabilidade limitada e, nesta medida, apresenta-se como o expediente técnico-jurídico adequado para responder às necessidades da vida económica.

A opção pelo expediente societário pelo Legislador angolano representa a superação do dogma contratualista na constituição da sociedade através da mudança na forma como se concebe a sociedade comercial. Ela deixou de ser vista como um acordo entre pessoas e passou a ser vista como uma técnica de organização da Empresa¹²⁶, podendo ser constituída quer por contrato, quer por acto unilateral¹²⁷.

125 ESPÍRITO SANTO, João, *in Sociedade Unipessoal de Direito angolano*, cit., pág. 36.

126 Neste sentido, COELHO, Maria Ângela, *A limitação da responsabilidade do comerciante individual*, cit., pág. 22 e CORDEIRO, Menezes, *In Direito das Sociedades I*, cit., pág. 291.

127 GALGANO, Francesco, *Trattato di Diritto Commerciale...*, cit., pág. 57.

2.1.2 A sociedade unipessoal: um novo tipo societário ou subtipo do tipo de sociedade respectivo?

2.1.2.1. A consagração da unipessoalidade para as sociedades anónimas

O Legislador angolano acolheu a sociedade unipessoal para as sociedades por quotas e anónima (art. 2º da LSU), podendo esta ser originária ou superveniente (art. 8º e 9º da LSU). A unipessoalidade originária é aquela que se verifica desde a criação da sociedade. A superveniente acontece em momento posterior ao surgimento desta, pela verificação da concentração da totalidade das participações sociais nas mãos de um único sócio¹²⁸.

Um aspecto que salta à vista, no âmbito da consagração da sociedade unipessoal pelo legislador angolano, é o facto de este ter previsto a unipessoalidade para as *sociedades de capitais*, incluindo a sociedade anónima. Esta realidade conta com o paralelo no ordenamento Espanhol [cf. art. 311 da Lei das sociedades anónimas (*texto refundido de la ley de sociedades anónimas*), reformulado pela disposição adicional da Lei das Sociedades de Responsabilidade Limitada de 23 e Março de 1995, tal como referido supra].

Pensamos que a opção do Legislador pela consagração da sociedade anónima unipessoal resultou da intenção de superação da inércia do Legislador português quanto à adopção da figura¹²⁹, optando, neste aspecto, por seguir o exemplo da Lei espanhola, dando assim um passo em frente.

Porém, nos termos preâmbulo da Lei que introduziu a sociedade unipessoal por quotas no ordenamento português, a unipessoalidade para as sociedades anónimas poderá ser adoptada num futuro próximo, dependendo da possibilidade imposta pela realidade prática¹³⁰, o que deixa em aberto a possibilidade de o ordenamento jurídico-societário português contar com a

128 Importa realçar, a este respeito, que a concentração das partes sociais na mão de um único sócio não é, *tout court*, motivo gerador da unipessoalidade para efeitos da LSU. Para tal é necessário que o sócio único emita uma declaração no sentido da unipessoalidade (art. 8º da LSU).

129 De referir que Portugal, não obstante o facto da XII Directiva não desconsiderar a hipótese de se admitir a sociedade anónima unipessoal, não a adoptou, como mecanismo de limitação da responsabilidade do comerciante individual, mas sim como mecanismo de concentração de empresas (art. 488 do CSC).

130 Cf. SERRA, Catarina, “As novas Sociedades Unipessoais”, cit., pág. 131.

sociedade anónima unipessoal como expediente técnico-jurídico de limitação a responsabilidade do comerciante individual.

Apesar de a sociedade anónima não ter sido desenhada para captar a poupanças dos pequenos comerciantes e ser um tipo societário organicamente mais complexo, de constituição e subsistência mais dispendiosa, pensamos que nada obsta à consagração da sociedade anónima unipessoal, de forma a cobrirem-se as necessidades máximas da economia nacional¹³¹, pondo à disposição do comerciante individual mais um meio a que este pode recorrer para exercer a sua actividade com todas as vantagens que este expediente societário oferece.

2.1.2.2. A sociedade unipessoal como subtipo ou espécie do tipo social respectivo

Verificada a realidade da sociedade unipessoal, mostra-se pertinente uma abordagem do enquadramento da mesma na descrição típica das sociedades comerciais. Isto é, em que medida a consagração das sociedades unipessoais altera a moldura típica das sociedades comerciais? Será a sociedade unipessoal um novo tipo de sociedade a adicionar aos tipos previstos na LSC, ou será um subtipo do tipo de sociedade matriz (por quotas e anónima)?

Relativamente a este tema, a doutrina portuguesa tem-se dividido entre, por um lado, os autores que consideram a sociedade unipessoal um novo tipo de sociedade e os que a entendem como sendo um subtipo ou uma variante do respectivo tipo de sociedade por quotas e anónima.

Dentre os autores filhados na primeira posição, encontramos o Professor Menezes Cordeiro¹³², segundo o qual as sociedades unipessoais correspondem a um tipo autónomo, considerando que muitas das regras aplicáveis às sociedades pluripessoais não têm aplicação à nova figura. Embora moldadas sobre a sociedade pluripessoal, a sociedade unipessoal conta com uma configuração

¹³¹ Cf. *Ibidem*, pág. 130.

¹³² *Manual de Direito das Sociedades II: Das sociedades em especial*, 2ª Ed., Almedina, Coimbra 2007, pág. 475.

própria muito marcada. Na posição oposta, encontramos autores como Pinto Furtado¹³³, João Espírito Santo¹³⁴, Cassiano Santos¹³⁵ e Ricardo Costa¹³⁶, que entendem que a sociedade unipessoal não é um tipo autónomo de sociedade, mas uma variante do tipo societário respectivo, isto é, um subtipo do tipo de sociedade por quotas e anónima.

O problema do enquadramento da sociedade unipessoal no quadro típico das sociedades comerciais implica uma prévia abordagem do princípio da tipicidade das sociedades comerciais. Assim, para a compreensão do princípio da tipicidade das sociedades comerciais, para a sua justificação e caracterização, mostra-se pertinente o processo de recondução da sociedade unipessoal ao quadro típico das sociedades comerciais. Faremos seguidamente uma breve abordagem ao princípio da tipicidade das sociedades comerciais.

2.1.2.2.1. A tipicidade das Sociedades Comerciais

As Sociedades Comerciais são pessoas colectivas com fim lucrativo. São sociedades comerciais aquelas que tenham por objecto a prática de actos de comércio que se constituam nos termos da Lei das Sociedades Comerciais e que adoptem um dos tipos nela previstos (art. 1º /2 e art. 2º nº 1 da LSC).

As sociedades com objecto comercial e constituídas nos termos da Lei das Sociedades Comerciais só podem adoptar um dos tipos previstos na Lei. Vigora,

133 Entende o Autor que “a melhor doutrina parece, pois, ver nesta nova categoria uma verdadeira espécie societária”. in *Curso de Direito das Sociedades...*, cit., pág. 65 (sublinhado como no original).

134 “Segundo cremos, as sociedades unipessoais por quotas ou anónima constituem espécies dos géneros sociedade por quotas e sociedade anónima, respectivamente...” in *Sociedade Unipessoal de Direito angolano...* cit. pág. 37.

135 “Os tipos de societários previstos no CSC, na linha da caracterização que classicamente assumem, identificam-se essencialmente pela configuração da participação social... ...pela responsabilidade que o sócio assume e pela estruturação orgânica que cada uma apresenta. Ora, ponderados esses aspectos, é fácil constatar que a nova sociedade não tem diferença relevantes em qualquer destes aspectos...” in *Sociedade unipessoal por quotas*, cit. pág. 48.

136 Para o Autor, a unipessoalidade da sociedade constitui uma *modalidade subjectiva* da composição pessoal da sociedade, com o conseqüente envio da respectiva disciplina para todas as normas que regulam o tipo utilizado para a abraçar. Sublinhado como no original. *Unipessoalidade Societária*, in *Miscelânea nº 1*, IDET, Almedina, Coimbra, Março de 2003, pág. 64.

quanto a esta matéria, uma tipicidade taxativa¹³⁷. Tal significa, antes de mais, que só podem ser criadas como e enquanto sociedades comerciais os tipos que estão previstos na própria lei. Portanto, se não se adoptar um dos tipos previstos na lei, poderá haver sociedade, mas não há sociedade comercial¹³⁸.

A tipicidade das sociedades comerciais impõe uma certa limitação à autonomia da vontade; o sujeito que queira constituir uma sociedade comercial ou civil sob a forma comercial, tem de optar por um dos tipos previstos na Lei. A Doutrina tem chamado a isto *tipicidade das Sociedades Comerciais*¹³⁹.

Esta tipicidade leva a que em alguns casos a Lei imponha certo ou certos tipos de sociedades para determinados tipos de actividade, v. g., as Instituições Financeiras Bancárias que só podem adoptar a forma de sociedade anónima (al. b) do art. 15 da Lei 12/15 Lei de Bases do Sistema Financeiro).

Embora, a este nível, as partes estejam condicionadas, continuam a gozar da liberdade de celebração e de alguma liberdade na escolha do tipo de sociedade, dentre os tipos disponibilizados pela Lei, e ainda de uma certa flexibilização na regulação de alguns aspectos da vida da sociedade.

Na verdade, dentro de cada tipo legal e ao abrigo ainda da autonomia privada, a Lei admite algumas interferências, desde que as regras a que se recorre e que moldarão a sociedade não ponham em causa as características essenciais do referido tipo¹⁴⁰. As pessoas dispõem, assim, de liberdade de selecção do tipo negocial – dentre os tipos que a Lei dispõe – embora não lhes seja possível criar uma espécie de sociedade diferente, com base em cláusulas por si imaginadas ou estruturadas, com referência a regras características de mais do que um tipo societário, devendo preservar os aspectos essenciais definidores e identificadores do tipo social por que se opta.

Contudo, isto não significa que, relativamente à escolha que se fez, com observância dos limites imperativos, não se possa regular, de acordo com os seus

137 VASCONCELOS, Pedro Pais de, *A Participação Social Nas Sociedades Comerciais*, 2ª Ed., Almedina, Coimbra, Setembro de 2006, pág. 45.

138 Cf. ASCENSÃO, José de Oliveira, *Direito Comercial: Sociedades Comerciais*, IV, pág. 39.

139 MAIA, Pedro, “Tipos de Sociedades Comerciais”, in *Estudos de Direito das Sociedades* (Coord. Coutinho de Abreu), 12ª Ed., Almedina, Coimbra, 2015, pág. 13.

140 Cf. BROSETA PONT, Manuel, *Manual de derecho mercantil...*, op. cit., pág. 278.

interesses, inúmeros aspectos da sociedade que constituiu, ao abrigo da liberdade de estipulação contratual que também lhe assiste¹⁴¹. Assim, nos espaços não ocupados por lei e nos espaços ocupados por lei dispositiva, há lugar para cláusulas atípicas. Deste modo, é hoje possível encontrar, no âmbito de um mesmo tipo societário, diversas Sociedades que, respeitando o núcleo essencial do tipo, se desviam num ou noutros aspectos das características do tipo¹⁴². Os tipos societários, estão, na verdade, dotados de alguma elasticidade que permite a estipulação de modificações no direito dispositivo do tipo.

2.1.2.2.1.1 A justificação da tipicidade

A tipicidade a que esta matéria se encontra submetida justifica-se por razões de segurança jurídica, dado que, deste modo, os credores sociais, o público em geral e até os sócios, mesmo desconhecendo os estatutos da Sociedade, sabem que sociedade de determinado tipo não pode deixar de obedecer a determinado quadro regulativo¹⁴³. Esta questão ganha contorno mais agudo naquelas sociedades em que os sócios têm responsabilidade limitada, considerando que a limitação do risco para os sócios corresponde a um aumento do risco para terceiros/credores. Por isso, compreende-se que o legislador conceda este benefício da limitação da responsabilidade mediante a observância pelos sócios de um dos tipos cujo regime se encontra prefixado na lei, sendo por isso do conhecimento de todos¹⁴⁴. A tipicidade das sociedades comerciais permite que a sociedade e as suas principais regras de funcionamento sejam de conhecimento

141 Apesar de restringida pela tipicidade, a liberdade de estipulação do conteúdo contratual não é de todo afastada pela Lei. Observando as normas de carácter imperativo que regulam o tipo e que garantem a manutenção das suas características essenciais, as partes podem conformar, livremente, o conteúdo do contrato de sociedades. *Vide* CUNHA, Paulo Olavo, *Direito das Sociedades Comerciais*, 5ª Ed. Almedina, Coimbra, Março de 2012, págs. 57 e 58; Pedro Maia, “Tipos de Sociedades Comerciais”, cit., pág. 14.

142 Aponta-se como exemplo a possibilidade de se determinar no contrato social a possibilidade de, na sociedades por quotas, que determinado sócio responderá até certo montante perante os credores sociais, ou que tal sociedade terá um conselho consultivo cuja competência não colida com a de outros órgão necessários. *Vide* ABREU Coutinho de, *Curso de Direito Comercial Vol. II: Das Sociedades*, 4ª Ed. Almedina, Coimbra 2013.

143 ABREU, Coutinho de, *Curso de Direito Comercial II*, cit., pág. 75.

144 MAIA, Pedro, “Tipos de Sociedades Comerciais” cit., pág. 15.

de todos, garantindo assim a segurança e reforçando a certeza jurídica na relação com a Sociedade.

Considerando que as sociedades representam um instrumento essencial para a economia dos nossos dias, a tipicidade das sociedades comerciais parece também identificar-se com o interesse público, na medida em que ela permite a intervenção da sociedade no comércio jurídico de uma forma mais estável e certa; neste sentido, parece poder falar-se, a este nível, de um benefício geral e difuso decorrente da consagração do princípio da tipicidade¹⁴⁵.

2.1.2.2.1.2 Caracterização dos tipos legais societários

O ordenamento jurídico-societário estabelece o princípio da tipicidade das sociedades comerciais, mas não nos fornece uma ideia do que seja o conteúdo ou a essência de cada um dos tipos societários.

A Lei das Sociedades Comerciais prevê vários tipos de sociedades comerciais, que se encontram reguladas nos Títulos II, III, IV e V do seu Capítulo XVI. A sociedade em nome colectivo encontra-se prevista e regulada pelos art. 176 e ss; as sociedades em comandita, nos art 203 e ss.; a sociedade por quotas, no art. 217 e ss.; e a sociedade anónima, no art 301 e ss.

Os referidos artigos têm como epígrafe *características* e aludem à natureza da responsabilidade assumida pelo sócios. Da leitura de cada um dos referidos artigos parece resultar que a caracterização dos diversos tipos de sociedades comerciais faz-se, em primeiro lugar, através da delimitação da responsabilidade dos sócios. O regime da *responsabilidade dos sócios* é característico de cada tipo de sociedade e constitui um elemento que não se encontra abrangido pela liberdade de conformação das partes. Contudo, parece que as notas referentes à natureza da responsabilidade dos sócios são insuficientes para caracterizar ou descrever os tipos societários, devendo-se por isso acrescentar uma *estrutura organizacional*, um *capital social mínimo* bem como uma *forma de representação da participação social*.

¹⁴⁵ *Ibidem*, pág. 16.

a) Responsabilidade do sócio perante a sociedade e credores sociais

Tal como fizemos referência, o regime da responsabilidade dos sócios perante a sociedade e perante os credores sociais é um elemento característico e diferenciador de cada um dos tipos sociais previstos pela LSC.

i. Assim, nas *sociedades em nome colectivo*, o sócio, além de responder individualmente pela sua entrada, responde subsidiariamente em relação à sociedade e solidariamente com outros sócios (art. 176 da LSC). Trata-se de uma *responsabilidade ilimitada* dos sócios, dado que, uma vez esgotado o património da sociedade, os credores sociais podem obter o pagamento dos seus créditos executando os bens de qualquer sócio¹⁴⁶. Assim, no que se refere ao regime da responsabilidade dos sócios, a sociedade em nome colectivo é caracterizada por uma responsabilidade ilimitada do sócio.

ii. Nas *sociedades em comanditas*, existem dois tipos de sócios: os comanditados, que têm *responsabilidade ilimitada* – em situação semelhante à dos sócios das sociedades em nome colectivo – e os comanditários, que tem a *responsabilidade limitada* ao valor da sua entrada (art. 201 da LSC). Neste tipo de sociedade, existe um sistema misto de responsabilidade, limitada e ilimitada, considerando a qualidade do sócio.

iii. Nas *sociedades por quotas*, o sócio apenas responde pela realização das prestações a que se obrigou, isto é, até ao valor da sua quota. Porém, cada um dos sócios responde solidariamente com os outros, por todas as entradas convencionadas no Contrato de Sociedade (art. 217, nº 1 da LSC). Nas sociedades por quotas, os sócios gozam de uma *responsabilidade limitada* perante os credores sociais e uma responsabilidade ilimitada perante os a sociedade relativamente à entrada convencionada.

iv. Nas *sociedades anónimas*, cada accionista tem a sua *responsabilidade limitada* ao valor das acções que subscreveu (art. 301 da LSC). Consequentemente, os credores sociais apenas podem obter o pagamento dos seus créditos executando o património da sociedade – estando incluso neste, o

146 CORREIA, Luís Brito, *Direito Comercial: Sociedades Comerciais*, Vol. 2, Associação Académica de Lisboa, Lisboa, 1989, pág. 97.

capital social e o seu património – e nada mais. Cada accionista é apenas obrigado a entrar para a sociedade com o valor das acções que subscreveu, não ficando o resto dos bens daquele responsável pelas dívidas da sociedade. Neste tipo de sociedade, o sócio goza de uma responsabilidade limitada.

b) Estrutura organizacional

Há também diferenças significativas no que se refere à estrutura organizacional das sociedades. Na verdade, as sociedades actuam através de órgãos cuja função é formar ou exprimir a vontade imputável à sociedade¹⁴⁷. Importa, deste ponto de vista, distinguir ente o Órgão de formação de vontade, ou deliberativo – interno – e os órgãos de gestão e representação. Cada um dos tipos sociais tem um órgão deliberativo interno, que tem o poder soberano de formar a vontade da sociedade e que é composto por todos os sócios ou sócio único – no caso das sociedades unipessoais –, que é habitualmente designado por assembleia geral ou *órgão de decisão* para as SU, e um órgão de gestão e representação, que é legalmente designado por Gerência ou Conselho de Administração, em atenção ao tipo de sociedade que se tem por referência.

i. Assim, nas Sociedades em nome colectivo, a gestão e a representação da sociedade cabe à Gerência, que é, por regra, composta por todos os sócios¹⁴⁸, o que não se verifica no caso do contrato de sociedade determinar de modo diverso ou no caso de algum dos sócios for pessoa colectiva, mas podem também os sócios, por deliberação unânime, designar um não sócio para o cargo de gerente da sociedade.

ii. Nas Sociedades em comandita – simples ou por acções – a Lei também designa o órgão de gestão e representação de Gerência (art. 205 da LSC). Por regra, são gerentes os sócios comanditados – os de responsabilidade ilimitada –,

¹⁴⁷ O professor COUTINHO DE ABREU define os Órgãos como centros institucionalizados de poderes funcionais a exercer por pessoa ou pessoas com o objectivo de formar e/ou exprimir a vontade juridicamente imputável à sociedade. Cf. *Curso de direito comercial...*, op. cit., pág. 57.

¹⁴⁸ Entende-se que assim seja, dada a responsabilidade ilimitada de cada um dos sócios perante os credores sociais.

porém, podem ser gerentes os sócios comanditários ou pessoas estranhas à sociedade se o contrato de sociedade permitir ou se for unanimemente deliberado pelos sócios.

iii. Também se chama Gerência o Órgão de gestão e representação das sociedades por quotas. Ela pode ser composta por um ou mais gerentes, pessoas singulares com capacidade jurídica plena e que podem ser ou não sócias (art. 281 da LSC).

iv. As sociedades anónimas, por seu turno, são geridas e representadas por um conselho de administração ou por um administrador único (art. 315, nº 2 da LSC). Este tem que ser uma pessoa singular ou colectiva, com plena capacidade jurídica (art. 410, nº 1 da LSC). No caso da Administração ter sido atribuída a uma pessoa colectiva, esta deve nomear uma pessoa singular para exercer o respectivo cargo, sendo as duas solidariamente responsáveis pelos actos praticados (art 410, nº 3 e 4 da LSC).

c) Capital social mínimo

Um outro elemento caracterizador dos tipos sociais é o capital social mínimo exigido para cada tipo de sociedade.

i. No que toca ao capital social, a LSC não impõe qualquer limite para o capital social mínimo das sociedades em nome colectivo. Entende-se que seja assim, considerando que a Lei permite que todos os sócios sejam sócios de indústria e que à entrada em indústria de cada sócio seja atribuído um valor para efeitos de quinhão lucros e participar das perdas da sociedade, mas não permite que a contribuição de indústria seja computada para o capital social¹⁴⁹ (art. 179 nº 1 da LSC). Acresce a isto o facto dos sócios serem ilimitadamente responsáveis.

ii. Para as sociedades por quotas, a Lei não exige nenhum capital social mínimo, pelo que este é livremente fixado pelos sócios. Porém, a Lei também determina que cada uma das quotas, ou a quota única, não tenha um valor nominal inferior a AOA 1,00 (um Kwanza), fixando assim de modo indirecto o

¹⁴⁹ VALE, Sofia, *As Empresas no Direito angolano: Lições de Direito Comercial*, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda 2015, pág. 399.

capital social mínimo a AOA 1,00 (um Kwanza), no caso de sociedade unipessoal ou a AOA 2,00 (dois Kwanzas), para a sociedade pluripessoal, art. 221, nº 1 e 2 da LSC, alteração introduzida pelo art. 19 da Lei Nº 10/15 de 17 de Junho, com alteração do artigo 221, importa a revogação tácita do nº 3 do art. 241 da LSC.

iii. Ao contrário, nas sociedades anónimas, a Lei estabelece um valor mínimo para o capital social. O mínimo exigido para a formação do capital social nas sociedades anónimas é o correspondente em Kwanzas a USD 20.000,00 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América). A lei exige ainda que cada título representativo do capital social – as acções – tenha um valor mínimo correspondente ao equivalente em Kwanzas a 5,00 (cinco dólares dos Estados Unidos da América), (art. 305 da LSC).

iv. No que se refere às sociedades em comanditas, tal como nas sociedades em nome colectivo, a LSC não determina um montante mínimo para o capital social. Os artigos 210 e 214 remetem a regulamentação da sociedade em comandita simples para as regras reguladoras das sociedades em nome colectivo, e a regulamentação das sociedades em comandita por acções às regras das sociedades anónimas. Aplicando os regimes previstos para estes tipos de sociedades, concluímos que, tal como acontece para as sociedades em nome colectivo, nas sociedades em comandita simples não existe qualquer exigência mínima de capital social¹⁵⁰. As sociedades em comandita por acções vêm-se reguladas pelas regras aplicáveis às sociedades anónimas e, neste sentido, para a sua constituição exige-se um capital social mínimo correspondente em Kwanzas a USD 20.000,00 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América). E, do mesmo modo, cada título representativo do capital social não poderá ter um valor nominal inferior ao equivalente em Kwanzas a 5,00 (cinco dólares dos Estados Unidos da América)¹⁵¹.

150 VALE, Sofia, *As Empresas no Direito angolano...*, cit., pág. 400.

151 *Ibidem*.

d) A representação da participação social

Quanto à composição e representação da participação social, também existem diferenças entre os diversos tipos de sociedades.

i. Na sociedade em nome colectivo a participação social denomina-se partes sociais, ele é constituída pela entrada dos sócios (art. 184, 185 da LSC), porém a lei proíbe a emissão de títulos representativo das mesmas (art. 177 da LSC).

ii. Nas sociedades em comandita, encontramos dois tipos de participações sociais. Para as sociedades em comandita simples, as participações sociais dos sócios comanditários e comanditados denominam-se partes sociais e, tal como nas sociedades em nome colectivo, não são representadas por qualquer título (art. 201, nº 1 al. b) e 210, ambos da LSC). Nas sociedades em comandita por acções. as participações sociais dos sócios comanditados são partes sociais e a participação dos sócios comanditários – que devem ser, no mínimo, 5 (art. 215 da LSC) – são acções, e estão sujeitas às regras previstas para o regime das Sociedades anónimas.

iii. Nas sociedades por quotas, as participações do sócio na sociedade denominam-se quotas e não podem ser emitidos títulos representativos (art. 241, nº 3 e 7 da LSC).

iv. Por último, nas sociedades anónimas, as participações sociais são acções, que constituem fracções do capital social. Estas podem ser nominativas ou ao portador.

Os traços gerais apresentados são característicos dos diferentes tipos de sociedades. Trata-se de traços fundamentais que nos permitem identificar o regime de responsabilidade dos sócios, a forma organizacional da sociedade e a composição / representação da participação social e consequentemente caracterizar os diferentes tipos de sociedades.

Nos termos do art. 2º da LSU, sociedade unipessoal pode ser por quotas ou anónimas. A questão a colocar a este nível, consiste em saber em que medida a regulamentação dos aspectos típicos caracterizadores da sociedade unipessoal por quotas ou anónima a afasta do tipo matriz de sociedade por quotas ou anónimas ao ponto de considerarmos estarmos em presença de um novo tipo societário, ou então em que medida é que a regulamentação dos aspectos característicos da sociedade unipessoal por quotas ou anónima se reconduz ao tipo matriz de sociedade por quotas ou anónima ao ponto de concluirmos que diante delas estarmos na presença de uma sociedade que se reconduz como um subtipo do tipo de sociedade *matriz*, por quotas ou anónima, respectivamente.

Vejamos agora como a sociedade unipessoal se caracteriza, tendo em conta os aspectos típicos das sociedades por quotas e anónima, de forma a percebermos em que medida é que ela se afasta do ou se assimila ao tipo de sociedade por quotas e anónima.

2.1.2.2.2 O enquadramento da sociedade unipessoal no quadro típico das sociedades comerciais

Olhando para cada um dos elementos típicos, característicos das sociedades comerciais, responsabilidade do sócio perante a sociedade e terceiros, estrutura orgânica, montante mínimo do capital social e a representação do capital social, na sociedade unipessoal, podemos constatar que:

i. Quanto à responsabilidade do sócio único: Nos termos do art. 3º da LSU, pelas dívidas da sociedade unipessoal responde apenas o património da sociedade. Isto significa que o sócio único não responde, em princípio, pelas dívidas sociais. Esta regra é seguidamente excepcionada pelo nº 1 do artigo 4º da LSU, que determina que o sócio único responde subsidiariamente a sociedade até ao limite do seu capital social.

A lei estabelece um desvio ao regime de responsabilidade do sócio na sociedade unipessoal. Trata-se de uma responsabilidade subsidiária, legal e

adicional do sócio único e que encontra fundamento na necessidade de tutelar o interesse dos credores, tendo em conta o carácter subjectivo da sociedade, alargando, deste modo a garantia patrimonial dos credores sociais.

De todo modo, entendemos que este pequeno desvio ao regime de responsabilidade do sócio único não é suficientemente expressivo ao ponto de se poder afirmar que ele altera o regime de responsabilidade do sócio na sociedade unipessoal¹⁵². Por isso, entendemos que o sócio único da sociedade unipessoal, tal como o que se verifica nos tipos matrizes, conta com uma *responsabilidade limitada perante os credores sociais*.

ii. Quanto à estrutura organizacional, o órgão de representação da sociedade unipessoal designa-se gerência e administração, para as sociedades por quotas e anónimas unipessoais, respectivamente, tal como nos tipos matrizes. Nota-se que não há só coincidência na designação do órgão, as atribuições também são idênticas (por força da remissão feita pelo nº 1 do art. 28). Não há, no âmbito das sociedades unipessoais, qualquer distorção desta característica.

iii. Quanto ao capital social mínimo, a LSU não exige para as sociedades unipessoais por quotas um capital social mínimo, tal como o estabelecido pela LSC. Porém, determina que o valor da quota indivisa não seja inferior a AOA 1,00 (um Kwanza), art. 16 nº 1 da LSU, alteração introduzida pelo art. 20 da Lei Nº 10/15 de 17 de Junho.

Para as sociedades unipessoais anónimas, a LSU estabelece o valor correspondente em Kwanzas a USD 20.000,00 (vinte mil dólares dos Estados Unidos da América) como valor mínimo do capital social. Diferentemente do que se verifica na regulamentação das sociedades anónimas na LSC, a LSU estabelece o valor mínimo correspondente em Kwanzas a USD 100,00 (cem dólares dos Estados Unidos da América) para os títulos representativos do capital social (art. 16 nº 2 da LSU). Esta determinação adequa-se ao estado subjectivo da sociedade – unipessoal –, considerando que, se o valor mínimo exigido para cada título

¹⁵² E tudo isto quando se admite a constituição de sociedades por quotas unipessoais como capital social de AOA 1,00 (um Kwanza). Cf. art. 16 nº 1 da LSU, alteração introduzida pelo art. 20 da Lei Nº 10/15 de 17 de Junho.

A redução do capital social ao nível da insignificância resulta da perda do seu papel garantístico, em detrimento da situação líquida da sociedade.

representativo do capital social for o mesmo da sociedade anónima pluripessoal, se poderia verificar a proliferação desnecessária de títulos representativos do capital social de uma sociedade que se apresenta unipessoal. Não há aqui também qualquer distorção quanto ao capital social mínimo exigido para cada tipo de sociedade.

iv. Por último, a participação social da sociedade por quotas unipessoal designa-se quota e a participação social na sociedade anónima unipessoal designa-se acção (art. 16 da LSU).

Não obstante o facto da sociedade unipessoal, por quota e anónimas, implicar a adopção de algumas cautelas resultantes do estado subjectivo, pensamos que ela se enquadra claramente no quadro da sociedade anónima e por quotas, uma vez que não existem diferenças relevantes entre estas sociedades e os tipos previstos pela LSC.

Desde já porque a designação das sociedades indica que estamos em face de sociedades por quotas e anónima que se apresentam com a característica adicional de serem unipessoais¹⁵³. Não obstante o facto do Legislador as ter regulado em diploma autónomo, em vez de as introduzir na LSC, elas encontram neste o seu tronco comum de regulamentação. Com a introdução das sociedades unipessoais manteve-se intocado o elenco dos tipos societários constante do art. 2º da LSC¹⁵⁴, isto mesmo é confirmado pelo artigo 2º da LSU que afirma que as sociedades unipessoais podem, nos termos do a al. b) e c) do art. 2º da LSC, ser por quotas ou anónima.

As sociedades unipessoais constituem, tal como ensina o Professor JOÃO ESPIRITO SANTO, “espécies dos géneros de sociedades por quotas e sociedade anónima, respectivamente, que comportam, como segundas espécies, as sociedades por quotas e anónimas pluripessoais”¹⁵⁵.

A sociedade unipessoal apresenta-se, assim, como a primeira espécie ou subtipo do tipo da sociedade matriz (por quotas ou anónimas). Contudo, por força da sua especificidade, não se lhe aplica o conjunto de regras que pressupõe

153 DOS SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág. 47.

154 ESPÍRITO SANTO, João, in *Sociedade Unipessoal de Direito angolano*, cit., pág. 37.

155 *Ibidem*.

a pluralidade e que acrescentaria à sua regulamentação um conjunto de regras especial constante da LSU, que visa a regulamentação de questões que só em relação a elas são suscitadas ou que só nelas são colocadas com mais acuidade¹⁵⁶.

Ergo, as sociedades por quotas e anónima tanto podem ser pluripessoais ou encontrarem-se em situação de unipessoalidade, que pode ser originária ou, a partir de certo momento, definitivamente ou durante um certo período¹⁵⁷.

2.1.3 A unipessoalidade de facto e a unipessoalidade de direito

2.1.3.1 A Dualidade de corpos normativos

A sociedade unipessoal é aquela cujo substrato pessoal é composto por um único sócio (art. 7º da LSU). Porém, o substrato unipessoal de uma sociedade não é, em todos os casos, critério suficiente para a identificação da unipessoalidade societária, para efeitos da LSU. Existirão casos em que numa sociedade comercial, apesar de contar com uma base pessoal composta por um único sócio, este facto não se mostre relevante para a sua qualificação como sociedade unipessoal, nos termos da LSU. É neste sentido que se distingue a unipessoalidade de facto da unipessoalidade de direito¹⁵⁸. Assim, será de facto a unipessoalidade que não se mostre relevante nos termos e para efeitos da LSU; será de direito a unipessoalidade que se mostre relevante nos termos e para efeitos da LSU.

Nos termos do art. 8º da LSU, a unipessoalidade pode resultar da concentração das participações sociais nas mãos de um único sócio – unipessoalidade superveniente –, independentemente da causa da concentração¹⁵⁹. Deve notar-se que a redução do substrato pessoal à unidade não é *tout court* causa geradora da unipessoalidade, nos termos e para efeitos da

156 *Ibidem*, pág. 38.

157 RIBEIRO, Maria de Fátima, “O âmbito de aplicação do artigo 270.º - F, nº 4 do CSC e a responsabilidade “ilimitada” do sócio único”, in *Direito das Sociedades em Revista*, ano I, Vol. 2, Almedina, Coimbra, Outubro de 2009, pág. 226.

158 ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedades Unipessoais de Direito angolano*, cit., pág. 34.

159 A concentração das participações sociais nas mãos de um único sócio pode resultar de várias causas, dentre elas podemos apontar a aquisição voluntária *inter vivos*, aquisição *mortis causa*, a exoneração e a exclusão de sócio.

LSU. A passagem do estatuto da pluripessoalidade estabelecido pela LSC para o estatuto da unipessoalidade traçado pela LSU, faz-se, no caso das sociedades por quotas, mediante declaração do sócio único, na qual este manifesta a vontade de *converter*¹⁶⁰ a sociedade em unipessoal, podendo esta declaração constar do mesmo documento que titule a cessão de quotas (art. 8º nº 2 da LSU).

No que toca às sociedades anónimas, para além da verificação da concentração das acções nas mãos de um único sócio, a passagem faz-se pela conversão das acções ao portador em acções nominativas¹⁶¹. Parece-nos que a este procedimento dever-se-á associar, do mesmo modo, a exigência de uma declaração do sócio para converter a sociedade em unipessoal. Esta solução mostra-se coerente, como resultado da interpretação sistemática do art. 8º, com o art. 12, ambos da LSU. Na verdade, o artigo 12 da LSU, ao exigir a redução a escrito do *acto de conversão/trans formação*¹⁶² da sociedade unipessoal superveniente, quer esta seja uma sociedade por quotas ou anónima, está a impor a necessidade do sócio único emitir uma declaração de vontade no sentido da *conversão/trans formação* da sociedade pluripessoal para unipessoal.

Assim, parece que podem ser apontados os seguintes requisitos para a passagem da pluripessoalidade para a unipessoalidade: (i) concentração das

160 Usamos a expressão conversão, ao contrário da expressão legal “transformação”, pelo facto de considerarmos que a passagem de um estado subjectivo para o outro (de pluripessoal para unipessoal) não configura uma transformação, atendendo ao facto de que se verifica dentro do mesmo tipo social. Aproveitamos, neste sentido, a expressão “conversão”, proposta por João Espírito Santo in *Sociedades Unipessoais de Direito angolano*, cit., pág. 66.

161 Será também necessária a alteração do valor nominal dos títulos representativos do capital social, no caso do valor de alguns destes ou de todos ser inferior ao equivalente em Kwanzas de USD 100,00 (cem dólares dos Estados Unidos da América). Isto deve-se ao facto da LSU exigir que os títulos representativos do capital social tenham um valor mínimo em Kwanzas correspondente a USD 100,00 (cem dólares dos Estados Unidos da América) e a LSC estabelecer um valor mínimo em Kwanzas correspondente a USD 5,00 (cinco dólares dos Estados Unidos da América).

162 O legislador, ao utilizar a terminologia “acto constitutivo”, parece ter pretendido referir-se ao acto do qual resulta a unipessoal de direito, que pode ser um acto de constituição, no caso da unipessoalidade originária, de conversão ou transformação, no caso da unipessoalidade superveniente. A unipessoalidade pode resultar de transformação, no caso da passagem de um estado subjectivo para outro, se se verificarem extra-tipos (art. 130 e ss. da LSC).

participações sociais na titularidade de um único sócio; (ii) manifestação da vontade do sócio único no sentido de converter a sociedade em unipessoal¹⁶³.

Verificados estes requisitos, isto é, a concentração das participações sociais na titularidade de um único sócio e a declaração de vontade deste, no sentido de converter a sociedade em unipessoal, podemos afirmar que estamos diante de uma sociedade unipessoal, nos termos e para efeitos da LSU, isto é, uma *unipessoalidade de direito*.

Uma situação diferente desta verifica-se quando o sócio remanescente, titular da totalidade das participações sociais, não emite a declaração no sentido da unipessoalidade societária.

Nos termos da al. a) do art. 142 da LSC, a redução dos sócios a número inferior ao permitido por Lei, ou seja, a concentração das participações sociais na titularidade de um único sócio, por período superior a um ano, é causa de dissolução da sociedade¹⁶⁴. Trata-se porém de um sistema de dissolução judicial diferida (art. 144º da LSC). Oportunamente já nos referimos às potencialidades desta sociedade unipessoal para se eternizar¹⁶⁵.

Por seu turno, o art. 89 da LSC vem estabelecer um regime de responsabilidade do *sócio único* para os casos em que o número de sócios se encontra reduzido abaixo do limite permitido por Lei. Este artigo estabelece a responsabilidade ilimitada do sócio único no caso da sociedade vir a ser declarada falida e se provar que não foram observados os preceitos legais que estabelecem a afectação do património social ao cumprimento das obrigações. O sistema de dissolução diferida e o regime de responsabilidade ilimitada do sócio

163 Esta construção é a que melhor assegura a harmonização entre as regras dos nºs 1, 2 e 3 do art. 8º com o art. 12, todos da LSU. Neste sentido, *vide* ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedades Unipessoais de Direito angolano*, cit., pág. 68.

164 Neste caso, há que fazer a distinção entre as situações em que o sócio remanescente é uma sociedade por quotas, anónima ou em comandita por acções, e as situações em que este está um sujeito diferente. Na eventualidade de se tratar de uma daquelas entidades, dar-se-á *ope legis* a formação de um grupo por domínio total superveniente, se no prazo de um ano a sócia única não dissolver a sociedade nem reconstituir a pluralidade (art. 477, nº 3). Neste sentido, *vide* DOS SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas*, cit., pág. 63.

165 Com mais desenvolvimentos, o tema é tratado por PINTO, Carlos Ferraz, *A potencialmente eterna Unipessoalidade... op. cit.*

único apresentam-se como meios de dissuasão da unipessoalidade. Porém, a eficácia persuasiva desta norma é meramente relativa.

A dissolução judicial poderá não ter lugar se esta não for requerida dentro dos prazos prescritos pela Lei e o estatuto de responsabilidade do sócio único poderá não ser alterado se a sociedade funcionar bem, isto é, se não for declarada falida.

Na verdade, a LSC tolera a situação de uma sociedade que se encontre unipessoal, nos termos em que concluímos que se estabelece neste diploma um regime da unipessoalidade, porém *de facto*, pela simples razão de não se mostrar relevante, nos termos e para efeitos da LSU. É óbvio que se trata de uma sociedade unipessoal, mas não se lhe aplica o regime da unipessoalidade.

Consequentemente, constata-se que o ordenamento jurídico angolano conta com dois corpos distintos reguladores da unipessoalidade societária. Um destes corpos normativos é regulado pela LSC e o outro pela LSU. Esta cumulação de estatutos da unipessoalidade levanta vários problemas e, dentre esses, ocupa posição central o que consiste em saber qual a compatibilização possível destes dois corpos normativos.

2.1.3.2. O confronto entre os dois regimes

Com a entrada em vigor da LSU chegou-se a pensar que a al. a) do art. 142 e 89 da LSC seriam objecto de revogação ou de reformulação, isto é, que a redução do elemento pessoal das sociedades (anónimas e por quotas) deixaria de ser causa de dissolução e que o regime de responsabilidade do sócio único desenhado pelo art. 89 deixaria de fazer sentido¹⁶⁶. Na verdade, esta tolerância com a unipessoalidade é teleologicamente incompatível com admissão da sociedade unipessoal¹⁶⁷.

166 Vide TAVARES, Catarina Sofia, *Sociedades Unipessoais por Quotas: Da Tolerância ao Reconhecimento*, Relatório de Mestrado apresentado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001, pág. 1.

167 Neste sentido, cf. ASCENSÃO, José de Oliveira, *Direito Comercial: Sociedades Comerciais*, IV, pág. 345.

Na LSU, a passagem do estatuto de sociedade pluripessoal para o estatuto da sociedade unipessoal é facultativa e não injuntiva. O sócio único (remanescente) tem de, necessariamente, emitir uma declaração neste sentido (art. 8º da LSU). Este pode também evitar a unipessoalidade pelo restabelecimento da pluralidade de sócios dentro do prazo de um ano (art. 27, nº 4 da LSU e art. 142, nº 1, al a) da LSC). No caso de o sócio único remanescente não emitir a declaração de conversão, nem reconstituir a pluralidade no prazo legal, a sociedade pode continuar a funcionar normalmente, não obstante ao estado jurídico-subjectivo.

Esta duplicação de estatutos de unipessoalidade permite a convivência de sociedades unipessoais encapotadas pela pluripessoalidade. Tal situação seria evitável se, com a aprovação da LSU, se procedesse a uma harmonização de estatutos.

Como referimos supra, a unipessoalidade tolerada surge em 2004, com a aprovação de LSC. Após a aprovação deste Diploma Legal, o ordenamento jurídico societário passou a admitir uma unipessoalidade transitória, porém, com grandes potencialidades para se eternizar. Com a aprovação da LSU, o Legislador angolano perdeu a *golden opportunity* de harmonizar o regime da unipessoalidade no Direito angolano. Mas a verdade é que, neste aspecto, os dois diplomas simplesmente ignoraram-se um ao outro.

As sociedades não podem deixar de transparecer uma imagem mais ou menos intensa entre elas e o seu titular. Devem deixar transparecer a terceiros os aspectos importantes da configuração da empresa. Semelhante tarefa de publicitação é também desempenhada pela firma¹⁶⁸. Quando um terceiro contrata com uma sociedade e percebe que na firma desta não consta a expressão unipessoal – tal como resulta da exigência imposta pelo art. 13 da LSU – (ressalvando os casos dos grupos de sociedades, art. 477, nº 3, o “domínio total superveniente”), pressupõe-se que a referida sociedade tem, pelo menos, dois ou cinco sócios, conforme se trate de sociedade por quotas ou anónima,

168 Cf. SCHMDIT, Karsten, *Handelsrecht*, München, 1987, tradução espanhola de Frederico E. G. Werner, Astrea, Buenos Aires, 1997, pág. 357.

respectivamente. Isto não acontece nas situações de unipessoalidade de facto. Nestas situações em que a sociedade persiste com um único sócio, sob o estatuto da pluripessoalidade, não se verifica a necessária correspondência entre a firma e um dos traços importantes da sociedade, que é a sua situação subjectiva. O legislador, reconhecendo esta realidade, traçou no art. 89 da LSC, um regime de responsabilidade ilimitada do sócio único, e já se demonstrou em que sentido “a eficácia *persuasiva* do art...” [89 da LSC] “...tem uma importância *relativa*”, parafraseando RICARDO COSTA¹⁶⁹.

Em nosso entender, a situação de redução do substracto pessoal das sociedades pluripessoais à unidade deve ser objecto de publicidade. A falta de correspondência entre a firma de uma sociedade que se pretende ter um substracto plural e o seu real estado jurídico-subjectivo deve ser levada ao conhecimento de terceiros.

É este mesmo o sentido que se retira do artigo 3º da Décima Segunda Directiva 89/667/CEE do Conselho, de 21 de Dezembro de 1989. De acordo com o referido artigo, a concentração das partes sociais nas mãos de um único sócio deve ser objecto de um registo acessível ao público. Exige-se, neste sentido, que os Estados membros adoptem condições de publicitação da ocorrência da reunião das partes sociais nas mãos de um único sócio, de forma a informar e a proteger terceiros que contactem com a sociedade¹⁷⁰. Pretende-se com isto informar que uma sociedade que havia sido constituída com uma pluralidade de sócios se encontra agora reduzida a um único sócio.

O Legislador angolano inspirou-se na regulamentação portuguesa sobre as sociedades unipessoais por quotas (art. 270-A e ss. do CSC), porém, tendo aquele consagrado o instituto dezasseis anos após a sua consagração no Direito português, e tendo, neste sentido, a oportunidade de superar alguns problemas já verificados na realidade jurídica portuguesa, não o fez.

Soluções diversas foram adoptadas pelo Legislador Francês e Espanhol.

169 “Unipessoalidade Societária”, in *Miscelânea nº 1*, IDET, Almedina, Coimbra, Março de 2003, pág. 77 (sublinhado como no original).

170 TAVARES, Catarina Sofia, *Sociedades Unipessoais por Quotas...*, cit., pág. 22.

O Legislador Francês introduziu a sociedade unipessoal de responsabilidade limitada através da Lei 85/697 de 11 de Julho, que veio introduzir alterações à Lei de 24 de Julho de 1966. O art. 36-1 da referida Lei afastou a concentração da totalidade do capital social nas mãos de um único sócio das causas de dissolução da sociedade, operando, neste caso, à transformação directa em sociedade unipessoal, sendo para tal, suficiente o registo da concentração de quotas (art. 34).

Já o Legislador espanhol, por seu turno, traçou um regime apertado de publicidade da unipessoalidade. A concentração das partes sociais na titularidade de um único sócio – a unipessoalidade superveniente – tem que ser reduzida a escritura pública e inscrita no registo comercial (art. 126 nº 1 da LSRL)¹⁷¹. Como consequência da violação do dever de publicitação da unipessoalidade, ou seja, na eventualidade de o sócio não fazer a publicitação no prazo de seis meses, é estabelecida a responsabilidade ilimitada solidária do sócio único (art. 129 da LSRL).

No caso francês, optou-se por afastar das causas de dissolução a redução do número de sócios e, em Espanha, sanciona-se a falta de publicidade da unipessoalidade com a responsabilidade ilimitada do sócio depois de decorridos seis meses.

Da nossa parte, pensamos que, de *iure condendo*, se deverá retirar a redução do número de sócios à unidade das causas de dissolução da sociedade, para as sociedades anónimas e por quotas, estabelecendo-se o prazo de um ano para o sócio único, em alternativa, recompor a pluralidade ou converter a sociedade em unipessoal; poder-se-á, ainda, no caso do sócio único ser outra sociedade, estabelecer entre as duas sociedades uma relação de grupo por domínio total superveniente, nos termos do art. 477 da LSC. Caso este, no prazo indicado, não opte por nenhuma das soluções apontadas, a exemplo do direito espanhol, fica ilimitadamente responsável pelas dívidas contraídas durante o período de concentração.

171 A concentração de acções na mão de um único sócio não é, no ordenamento espanhol, causa de dissolução automática da sociedade, mas o sócio, caso não pretenda publicitar a unipessoalidade, poderá, verificados os requisitos legais, dissolver a sociedade, se assim quiser. ESTURILLO LOPEZ, António, *Estudio de la sociedad de responsabilidad limitada*, cit., pág. 666.

Esta solução mostra-se coerente, na medida em que permite harmonizar o regime da unipessoalidade, traçado pela LSU, com as disposições da LSC. Ela evita que se verifiquem situações em que um sócio, em virtude da concentração das participações sociais, emita uma declaração no sentido de converter a sociedade em unipessoal e fique sujeito às regras da LSU e que, no caso de não emitir, fique sujeito a um regime de dissolução e responsabilização inoperantes.

A solução avançada pode ainda fundamentar-se na necessidade de tutela da aparência. Esta tutela da aparência fundamenta-se na anulação da diferença entre o que parece e aquilo que tem existência efectiva como realidade jurídica¹⁷². “Na verdade, cabe a qualquer ordem jurídica a missão indeclinável de garantir a confiança dos sujeitos, porque ela constitui um pressuposto fundamental de qualquer coexistência pacífica, isto é, da paz jurídica”¹⁷³. A confiança mostrar-se-á protegida pela disposição legal específica que determina a responsabilidade ilimitada, que, para além de sancionar a conduta do sócio único violadora da lei, serve para tutelar as expectativas das pessoas que acreditaram tratar-se de uma sociedade com determinadas características, isto é, pluripessoal¹⁷⁴.

Até se alcançar a propugnada harmonização de estatutos de unipessoalidade, a verdade incontornável é a de que o ordenamento jurídico angolano conta com uma cumulação desnecessária de estatutos da unipessoalidade societária.

2.1.4. O substracto pessoal composto por um único sócio

2.1.4.1. O critério formal de unicidade

O art. 7º da LSU define a sociedade unipessoal como aquela que “é constituída por um único sócio, pessoa singular ou colectiva, que é o titular da totalidade do capital social e subscritor do acto constitutivo da sociedade.”. Deste

172 Vide FRADA, Manuel António Portugal Carneiro da, *Teoria da Confiança e Responsabilidade Civil*, Reimpressão da Ed. de Fevereiro de 2004, Almedina, Coimbra, Outubro de 2007, pág. 45.

173 *Ibidem*, pág. 19.

174 Em relação ao tema da tutela da confiança por normas específicas, vide CORDEIRO, António Menezes, *Tratado de Direito Civil Português I*, Parte Geral, Tomo I, 3ª Ed., Almedina, Coimbra, 2009, pág. 409 e ss.

modo, a titularidade unitária da totalidade do capital social apresenta-se como critério da unicidade¹⁷⁵. De facto, uma das funções indicadas do capital social é a de quantificação dos direitos ou *poderes* (na linguagem do Professor PAIS DE VASCONCELOS¹⁷⁶) e dos deveres dos sócios¹⁷⁷ sobre a parte social e, neste sentido, podemos afirmar que ele corresponde à participação social. Assim, podemos afirmar que o critério legal da unicidade é o da titularidade da totalidade das participações sociais.

A participação social, independentemente da orientação que se adopta quanto à sua natureza jurídica, é objecto de direitos e, portanto, uma *res jurídica*¹⁷⁸.

Estando a sociedade unipessoal dotada de personalidade jurídica, ela representa uma subjectividade diferente da do sócio único, não podendo, por esta razão, os direitos do sócio incidirem sobre o património ou sobre o estabelecimento, mas sim sobre a participação social, que na sociedade unipessoal corresponde à totalidade da sociedade¹⁷⁹, isto é, sobre a totalidade da quota ou das acções da sociedade¹⁸⁰.

O critério apresentado pelo legislador – titularidade da totalidade da participação social – apresenta-se puramente objectivo e formal¹⁸¹. Sendo assim, algumas situações suscitam dúvidas sobre a adequação do critério legal a

175 ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedades Unipessoais de Direito angolano*, cit., pág. 58.

176 Cf. VASCONCELOS, Pedro Pais de, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., pág. 69 e ss.

177 ALMEIDA, António Pereira de, *Sociedades Comerciais*, 4ª Ed., cit., pág. 65 e ss.

178 ANDRADE, Margarida Costa, *Código das Sociedades em Comentário*, Vol. I., cit., pág. 375.

179 Esta conclusão levanta a objecção relacionada com a possibilidade de um ente personalizado, como é a sociedade unipessoal, ser objecto de direito, quando a dogmática subjacente à personificação a coloca no centro da relação jurídica, isto é, como sujeito e não já como objecto de relação jurídica. Porém, esta indagação perde toda a sua pujança se analisada à luz do fundamento ontico da personalização. Só as pessoas singulares têm dignidade e, por esta razão, só elas são o fundamento do direito. As pessoas colectivas não têm a dignidade das pessoas singulares, nem o seu estatuto ético-ontologicamente fundante. As pessoas colectivas estão ao serviço de interesses humanos, mas são também centro de imputação jurídica. Vide VASCONCELOS, Pedro Pais de, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., pág. 371.

180 Cf. VASCONCELOS, Pedro Pais de, *A Participação Social nas Sociedades Comerciais*, cit., pág. 370 e ss.

181 Neste sentido, vide ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedades Unipessoais de Direito angolano*, cit., pág. 58 e ss, e ainda COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, cit., pág. 403.

situações fora daquelas em que sobre a parte social incide apenas a esfera de interesses de uma só pessoa¹⁸².

Diante disto, cabe questionar se a mera presença de uma pluralidade declarada de sujeitos impedirá a qualificação da sociedade como unipessoal. O que dizer daquelas situações em que, sobre uma mesma participação social, concorrem diversas esferas de interesses, quer sejam homogêneos, como o que se verifica nas situações de contitularidade, quer sejam heterogêneos, como nos casos de penhor e usufruto?

Como enquadrar, dentro do critério legal de unicidade, as situações jurídicas complexas ou as posições jurídicas correspondentes à contitularidade, comunhão conjugal, usufruto e penhor? Neste sentido, afigura-se útil estabelecer o exacto significado a atribuir à fórmula legal, para que possamos então determinar em que circunstância a sociedade pode ser considerada unipessoal, como pressuposto da aplicação da disciplina da LSU¹⁸³.

2.1.4.2. A Contitularidade da participação social

É claramente possível que a totalidade da participação social seja pertença, de forma indivisa, a vários titulares. Neste sentido, pergunta-se se são sócios todos os sujeitos em comunhão ou se existe um só sócio, de forma a definir se a sociedade se encontra também configurada em termos de unipessoalidade¹⁸⁴.

A LSC estabelece o regime aplicável a situações de contitularidade da participação social¹⁸⁵. Este regime encontra sede legal nos artigos 8º, nº 3, e 244 a 246 e 334, da LSC, aplicáveis às SU por força da remissão feita pelo art. 28 nº 1 da LSU.

Nos termos do artigo 8º, nº 3, quando mais de uma pessoa adquire uma participação social em regime de contitularidade, as participações contam como

182 ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedades Unipessoais de Direito angolano*, cit., pág. 59.

183 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, op. cit., pág. 402 e ss.

184 *Ibidem*, pág. 427.

185 Importa para nós a regulamentação referente às sociedades anónimas e por quotas.

uma só parte. Os artigos 244 a 246 da LSC regulam o exercício dos direitos inerentes à participação social, nos termos dos quais esses direitos devem ser exercidos mediante um representante comum, que, quando não for designado por lei ou disposição testamentária, pode ser qualquer dos contitulares ou o cônjuge de qualquer deles, devendo este ser legitimado perante a sociedade. Porém, no que respeita a actos que impliquem o aumento das obrigações dos sócios, a redução de direitos, a oneração, a alienação ou a extinção da participação social, estes só poderão ser praticados pelo representante comum se lhe forem atribuídos poderes especiais. As partes também podem nomear um representante especial, sem prejuízo do exercício dos referidos actos pelos contitulares¹⁸⁶.

A questão controvertida quanto à contitularidade da participação ou das participações consiste em saber se cada um dos contitulares ostenta a condição de sócio, não obstante o modo de exercício dos direitos inerentes à participação, ao ponto de uma resposta afirmativa negar o carácter unipessoal da sociedade.

Quanto a esta questão, a doutrina tem trilhado caminhos deferentes. RICARDO COSTA, por exemplo, entende não ser a unipessoalidade compatível com a com a titularidade comum que recai sobre a totalidade da participação ou participações, mesmo quando a actuação dos titulares se preenche junto da sociedade através da actuação de uma só pessoa: o representante comum¹⁸⁷. Em sentido oposto, trilham JOÃO ESPÍRITO SANTO¹⁸⁸ e CASSIANO SANTOS¹⁸⁹, que entendem que, neste caso, o exercício da participação é unitário, através do representante comum. Mesmo nas situações em que os contitulares tenham que deliberar sobre o sentido do exercício, a participação exerce-se sob orientação

186 É a esta conclusão que chega Raúl Ventura, que entende que a lei não exclui a possibilidade da actuação conjunta dos contitulares, em vez da nomeação de um representante comum. In *Sociedades por quotas: Comentários ao Código das Sociedades Comerciais*, vol. I – art. 197 a 239, 4ª Reimpressão da 2ª Ed. de 1989, Almedina, Coimbra Outubro de 2007. No mesmo sentido, ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedade Unipessoal por Quotas: Introdução e comentários aos artigos 270 -A a 270 - G Do Código das Sociedades Comerciais*, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2014, cit., pág. 55.

187 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, op. cit., pág. 428.

188 *Sociedade Unipessoal por Quota: Introdução*, cit., pág. 55-56.

189 Cf. *Ibidem*, pág. 62.

única. Esta orientação única com base na qual os direitos são exercidos não corresponde à vontade individual de cada um dos contitulares.

De facto, parece-nos mais convincente a posição doutrinária que enquadra as situações de contitularidade no critério formal de sócio único estabelecido pela LSU. Na verdade, o exercício dos direitos inerentes à participação social é sempre feito de forma unitária. Esta situação é clara na actuação relativa aos actos que se inscrevem na esfera do representante comum. Porém, este tipo de actuação não deixa de se verificar quanto à prática de actos que não se inscrevem na esfera do representante comum. Nesta situação, a Lei estabelece sempre critérios que permitem a redução da pluralidade em unidade através da conformação da vontade dos contitulares numa vontade única imputada colectivamente a todos¹⁹⁰. Nos artigos 244 a 246, o legislador teve a preocupação de conferir legitimidade singular para o exercício dos direitos sociais inerentes a participações detidas por diversos titulares¹⁹¹. Mais, a própria LSC determinou a existência de um único sócio para o caso de contitularidade da participação social, quando afirma que, nestes casos, conta como “uma só parte” (art. 8º, nº3 da LSC)¹⁹². Nota-se que não se nega a qualidade de sócio de cada um dos comproprietários, mas, para efeitos de exercício dos direitos inerentes à participação social, eles contam como uma só parte¹⁹³.

Este entendimento tem uma consequência muito importante para o regime da unipessoalidade. Dele resulta que a titularidade da totalidade da participação social de uma sociedade unipessoal em regime de contitularidade, não obstante o facto de pressupor uma relação jurídica complexa, se enquadra no conceito formal de unicidade estabelecido pelo artigo 7º da LSU.

¹⁹⁰ Cf. *Ibidem*, pág. 56.

¹⁹¹ DUARTE, José Miguel, “A Comunhão dos Cônjuges em Participação Social”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 65, vol. II, Setembro de 2005. Disponível em http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=31559&idsc=45582&ida=45607 [consultado aos 12/02/ 2016]

¹⁹² RAMOS, Maria Elisabete, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. I, cit. pág. 133, em referência ao art. 7º, nº 3 do CSC.

¹⁹³ Também ESTURILLO LOPEZ, António, *Estudio de la sociedad de responsabilidade limitada*, cit., pág. 651.

2.1.4.3 A Comunhão conjugal

O Código de Família angolano estabelece dois regimes económicos para o casamento. O regime de comunhão de adquiridos e o regime de separação de bens, sendo o primeiro o regime regra, ou regime supletivo geral¹⁹⁴(art. 49 do Código da Família, adiante CF). A comunhão conjugal, ou o património comum, resulta da aplicação do regime supletivo geral, segundo o qual fazem parte do património comum os bens adquiridos por qualquer um dos cônjuges, a título oneroso, durante a constância do casamento, desde que não sejam, por força da Lei, excluídos da comunhão por serem bens próprios¹⁹⁵.

Assim, é claramente possível que a participação social, por força da comunhão conjugal, pertença a ambos os cônjuges. Neste caso, há que analisar se o regime patrimonial a que se encontra sujeita a totalidade da participação social determina a consideração de ambos os cônjuges como sócios.

a) A participação que ingressa na comunhão pela intervenção de um dos cônjuges

A sujeição da participação social ao regime da comunhão resulta, na maioria das situações, da aquisição da participação social por apenas um dos cônjuges ao longo da relação matrimonial. Neste situação, a LSC parece ser clara quando determina que, no caso em que a participação social, por força do regime patrimonial do casamento, pertença à comunhão conjugal, é considerado sócio o cônjuge que celebrou o acto constitutivo ou que tenha adquirido a participação ou participações (art. 9º, nº 2 da LSC).

Daqui resulta que, não obstante o facto da participação social ser bem comum dos cônjuges, na relação com a sociedade, é sócio o que interveio directamente na celebração do acto constitutivo da sociedade ou do acto

194 MEDINA, Maria do Carmo, *Direito de Família*, 2ª Ed., Revista e Atualizada, Coleção FDUAN (Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto), Luanda, 2005, pág. 171.

195 *Ibidem*, pág. 177.

aquisitivo da participação ou participações sociais¹⁹⁶. Porém, a lei não impede que o exercício dos poderes de administração possa ser realizado pelo outro cônjuge, no caso do cônjuge *sócio* se encontrar impossibilitado de os exercer.

A *ratio* desta solução reside no facto de que, embora a participação social esteja sujeita ao regime da comunhão, a qualidade de meeiro não atribui, consequentemente, a qualidade de sócio ao cônjuge de quem adquiriu a totalidade da participação social. Assim, será sócio aquele a quem se imputa o ingresso da participação social no património do casal¹⁹⁷.

A referida disposição legal não ignora a disciplina matrimonial, na verdade, ambos os cônjuges têm direitos sobre a participação social e a comunhão conjugal é oponível à sociedade¹⁹⁸. Da lei apenas decorre que, para determinados efeitos (na relação com a sociedade), apenas um deles é tido como sócio. Pretende-se com isso retirar legitimidade ao cônjuge do sócio para exercer os direitos inerentes à participação social, pelo que, em princípio, os preceitos legais e contratuais que se referem ao sócio se aplicam exclusivamente àquele que interveio no acto constitutivo da sociedade ou que participou no negócio aquisitivo da participação social¹⁹⁹.

O legislador pretendeu consagrar uma solução simples para os casos mais comuns em que a participação social integra o património comum, estipulando imperativamente que as relações com a sociedade sejam validamente estabelecidas pelo cônjuge mais próximo da sociedade²⁰⁰.

196 Alguns autores distinguem, a este propósito, o valor patrimonial da quota e a qualidade de sócio, sendo o primeiro transmissível ao outro cônjuge, e o segundo intransmissível, *vide* XAVIER, Rita Lobo, "Participação social em sociedade por quota integrada na comunhão conjugal e tutela dos direitos do cônjuge e ex-cônjuge do "sócio", in *Nos 20 anos do código das sociedades comerciais*, Vol. III, Homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pág. 997 e COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, cit., pág. 433.

197 Cf. COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, cit., pág. 433.

198 A oponibilidade do regime matrimonial à sociedade é claramente espelhada no nº 3 do art. 9º da LSC. Este preceito admite que o cônjuge do sócio exerça os direitos inerentes à participação social quando o cônjuge "sócio" estiver, por qualquer causa, impossibilitado de os exercer e de reafirmar os seus direitos no caso de morte daquele que figura como sócio.

199 Cf. XAVIER, Rita Lobo, "Participação social em sociedade por quotas...", cit., pág. 999.

200 Cf. DUARTE, José Miguel, "A Comunhão dos Cônjuges em Participação Social...", cit.

Daqui fica clara a ideia de que, no caso de a totalidade da participação social integrar a comunhão conjugal, ainda estaremos perante o conceito formal de unicidade. Neste caso, a lei também estabelece um critério de legitimidade singular para o exercício dos direitos inerentes à participação social.

b) A participação que ingressa na comunhão pela intervenção conjunta de ambos os cônjuges

A situação apresentada anteriormente representa o caso mais recorrente, o da aquisição da totalidade de participações por apenas um dos cônjuges. Porém, nem sempre as coisas são assim. Por vezes, acontece que a totalidade da participação social é adquirida por ambos os cônjuges, ingressando na comunhão conjugal através da intervenção conjunta dos dois, ou que a totalidade da participação social é a eles deferida.

Tal como referimos supra, fazem parte da comunhão todos os bens adquiridos a título oneroso, pelos cônjuges, durante o período de vigência da relação matrimonial (art. 51, nº 1, al *a*)). Assim, para que um bem faça parte da comunhão patrimonial, é necessário que seja adquirido por *um ou por ambos os cônjuges*. É também necessário que a aquisição seja *a título oneroso* e que seja feita na *constância da relação matrimonial*²⁰¹. Estão assim excluídos da comunhão conjugal os bens e direitos adquiridos a título gratuito (art. 52, al b) do CF).

A regra do art. 9º, nº 2 da LSC demonstra claramente que a participação social se comporta, relativamente à comunhão, como qualquer outro bem²⁰².

Parece clara a aplicação do regime da compropriedade à aquisição conjunta a título gratuito da totalidade da participação social por ambos os cônjuges. Isto resulta do facto de que, por força da lei, a aquisição a título gratuito não faz parte do património comum, isto é, não integra a comunhão conjugal. Assim, tal aquisição será comum, por força do regime da compropriedade e sujeita ao regime estabelecido pelos arts. 244 a 246 e 334 da LSC, com os efeitos e

201 MEDINA, Maria do Carmo, *Direito de Família*, cit., pág. 176.

202 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, cit., pág. 433.

consequências anteriormente apontadas, quanto ao seu enquadramento ao conceito formal de unicidade estabelecido pela LSU.

Uma questão que pode levantar dúvidas sobre o regime aplicável está relacionada com a aquisição conjunta da totalidade da participação social a título oneroso. Uma tal aquisição é, por força do regime matrimonial, património comum, porém, é antes e também pertencente aos dois por força do regime de aquisição, uma vez que foi adquirida de forma conjunta por ambos os cônjuges. Questiona-se sobre o regime aplicável a esta situação. Será a ela aplicável o regime estabelecido no art. 9º, nºs 1 e 2, ou o regime estabelecido nos artigos 244 a 246 e 334 da LSC, ou seja, aplica-se o regime sobre as participações detidas em comunhão ou o regime das participações detidas em contitularidade?

Importa notar que o art. 9º, nºs 1 e 2 da LSC é apenas aplicável àquela situação mais recorrente, em que a integração da participação ao regime de comunhão de bens resulta da intervenção de apenas um dos cônjuges²⁰³.

Esta constatação conduz à inaplicabilidade deste regime à situação em análise. Em ambas as situações, os sócios são contitulares da participação social. Não se pode, em circunstância alguma, negar os direitos do cônjuge do sócio sobre a participação social. Porém, há que delimitar o regime aplicável a cada uma das situações.

A delimitação dos dois regimes é feita, de acordo com JOÃO ESPÍRITO SANTO²⁰⁴, em atenção à massa patrimonial própria ou comum em que a participação social se integra e o modo dessa integração. Ora, tratando-se de participação comum e se ambos intervieram no processo aquisitivo, a matéria estará subordinada às regras especialmente previstas para as situações de contitularidade²⁰⁵ (art. 244 a 246 e 334 da LSC). Esta solução apresenta a

203 Esta parece ser a doutrina prevalente na literatura jurídica portuguesa. Neste sentido, vide VENTURA, Raul, *Sociedades por quotas I*, cit., pág. 517 e ss; VASCONCELOS, Pedro Pais de, *A Participação Social*, cit., pág. 376 e ss; XAVIER, Rita Lobo, "Participação social em sociedade por quotas...", cit., pág. 998, ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedade Unipessoal por Quota: Introdução...*, pág. 54, nota 87 e ainda COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, cit., pág. 432, nota 477.

204 "Sociedade e Cônjuges", in *Estudos em Memória do Professor Doutor João de Castro Mendes*, LEX, Lisboa, pág. 404.

205 XAVIER, Rita Lobo, "Participação social em sociedade por quotas...", cit., pág. 998.

vantagem de resolver a questão de legitimidade perante o costume de encabeçar a participação ou participações em apenas um dos cônjuges, por regra o cônjuge marido²⁰⁶.

Assim, à aquisição conjunta da totalidade da participação social a título gratuito ou oneroso, é aplicável o regime da compropriedade. A aplicação deste regime é excepcional, uma vez que a participação social é comum aos cônjuges, não por força da comunhão matrimonial, mas por força do regime de aquisição conjunta (contitularidade). A excepção funda-se no facto de que, por regra, os bens da relação conjugais são comuns por força do regime patrimonial do casamento.

Quanto à questão sobre a verificação do critério legal de unicidade, pensamos que este continua a verificar-se. Perante tais situações, não se poderá negar o carácter unipessoal da sociedade, devendo aplicar-se o correspondente regime normativo²⁰⁷.

Nas duas situações – no caso em que a participação é comum por força do regime patrimonial e no caso da comunhão resultar da contitularidade –, o legislador teve a preocupação de conferir legitimidade singular para o exercício dos direitos sociais inerentes a participação detida por diversos titulares. A diferença entre os dois regimes prende-se com a forma de designação do representante comum dos contitulares e quanto à administração da participação social.

No caso da contitularidade, o representante é nomeado pelos contitulares ou pelo Tribunal, nos termos do art. 245 da LSC. Havendo comunhão por força do regime patrimonial, o representante é designado por lei, segundo o art. 9, n.º 2 da LSC²⁰⁸.

206 VASCONCELOS, Pedro Pais de, *A Participação Social...*, cit., pág. 376.

207 ESTURILLO LOPEZ, António, *Estudio de la sociedad de responsabilidade limitada*, cit., pág. 652.

208 Cf. ESPÍRITO SANTO, João, “Sociedade e Cônjuges...”, cit., pág. 405.

2.1.4.4 O usufruto e penhor de participação social

A participação social comunga do conceito de coisa, sendo assim, pode ser objecto de relação jurídica (art. 202, nº 2 do Cód. Civ.). Sendo uma coisa, sobre a qual se exercem direitos reais, então, também é possível que sobre ela se constitua um direito possessório. Na verdade, “*donde la propiedad es posible, la posesión también lo es*”²⁰⁹. Assim, sobre as participações sociais podem incidir, na sua generalidade, direitos reais de gozo ou de garantia²¹⁰.

Sendo o sócio o titular da participação social, ele pode livremente, no âmbito da autonomia privada e em conformidade com os seus interesses, onerá-la, com atenção às limitações impostas por lei (art. 25, nº 1 e 3).

A elasticidade é uma das características fundamentais dos direitos reais e consiste na capacidade destes direitos se comprimirem ou estenderem-se consoante exista um outro direito real (direito real menor), cuja existência determina a paralisação dos poderes com ele incompatíveis.

Esta situação verifica-se nos casos em que um terceiro aparece exercendo os direitos inerentes à participação social, como se de sócio se tratasse, isto é, nos casos de constituição de usufruto ou penhor – neste último, com a inclusão de cláusula expressa que atribui o exercício de direitos sociais, no instrumento constitutivo do penhor – sobre a participação social²¹¹. As situações de usufruto e penhor reconduzem-se a situações em que se verifica a existência de mais do que um direito subjetivo real sobre a participação social.

Perante esta situação, questiona-se se a *legitimação* mediante o exercício de direitos sociais é susceptível de atribuir ao sujeito legitimado ao exercício de tais direitos a qualidade de sócio, ao ponto de se rejeitar o enquadramento de uma tal situação no critério formal de unicidade da LSU.

209 IHERING, Rudolph Von, *La teoria de la posesión: El fundamento de la protección posesoria*, trad. Espanhola, Reus, Madrid 2004, pág. 157.

210 ARNAUT, António Miguel, “A coisificação de participações sociais: breve reflexão”, in *Direito das Sociedades em revista*, Ano 8, Vol. 15, Almedina, Coimbra, Março de 2016, pág. 250 e ss.

211 De facto, o credor pignoratício poderá vir a exercer os direitos inerentes à participação social, caso assim seja acordado. O usufrutuário exercerá direitos sociais, sem dependência de um acordo específico das partes.

2.1.4.4.1 O caso de usufruto de participações sociais

Sobre as participações sociais, como dissemos, é susceptível a constituição de usufruto. Este direito real menor consiste no direito de gozar temporária e plenamente dos direitos inerentes às participações sociais, sem alterar a sua forma ou substância (art. 1439, 1466 e 1467 do Cód. Civ.)²¹².

Este direito real limitado permite que o seu titular exerça todos os direitos do sócio que não alterem a forma ou substância da participação social. Assim, no caso de ser constituído um direito de usufruto sobre a totalidade da participação social, verifica-se uma paralisação do exercício destes direitos pelo proprietário. Nos termos do art. 25, nº 2, da LSC, os direitos do usufrutuário são os indicados nos artigos 1466 e 1467 do Cód. Civ., com as modificações previstas na LSC, mais os direitos que nesta lhe são atribuídos, tal como o direito a informação (art. 325 da LSC). Estamos, neste caso, perante a ocorrência de direitos incompatíveis sobre a participação social. Este conflito é resolvido pela lei, dando precedência ao direito real limitado, cujo exercício importa à paralisação do exercício de idênticos poderes pelo proprietário de raiz, mas não a perda dos mesmos²¹³. Emerge, neste sentido, a situação em que o proprietário da totalidade da participação social não coincide com o sujeito legitimado para recolher os benefícios e participar das assembleias gerais²¹⁴⁻²¹⁵.

Na verdade, o proprietário não perde, nem mesmo temporariamente, quando o direito real é limitado, nenhuma parte do seu direito de propriedade. Ele sofre, porém, uma paralisia ou suspensão do exercício destes direitos. O facto de não exercer os poderes não pode levar a concluir que o nú proprietário deixou

212 CORREIA, Luís Brito, *Direito Comercial*, Vol. 2, cit., pág. 360.

213 VENTURA, Raul, *Sociedades por quotas I*, cit., pág. 399.

214 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, op. cit., pág. 423.

215 Nas deliberações que importem a alteração dos estatutos ou a dissolução da sociedade o voto pertence conjuntamente ao usufrutuário e ao proprietário de raiz. (art. 1467, nº 2 do Cod. Civ.)

de os ter, embora temporariamente²¹⁶. Após a cessação desta paralisação, mediante a extinção do usufruto, a propriedade retoma o seu vigor normal²¹⁷.

Verifica-se, de forma clara, que o proprietário de raiz é, na verdade, o sócio²¹⁸. O facto dos seus poderes se encontrarem paralisados pela constituição de usufruto não altera a sua posição na sociedade. Olhando para a natureza do usufruto, não há como reconhecer a este direito real limitado capacidade para destruir a ligação entre o proprietário da coisa e a coisa. Mais, constata-se que é o nú proprietário o obrigado, na óptica da sociedade, ao inadimplemento dos deveres sociais e é ainda este que surge como titular da participação social, não obstante o exercício dos direitos estar restringido²¹⁹.

Por tudo o que foi dito, deve-se concluir que é o proprietário de raiz, não obstante o facto do usufruto atribuir ao usufrutuário o exercício de alguns direitos, como o direito de voto e de receber os lucros distribuídos, que ostenta a qualidade de sócio. Sendo assim, a legitimação para o exercício de direitos sociais não atribui a qualidade de sócio à pessoa legitimada.

Ergo, a sociedade continua a ser unipessoal, nos termos e para efeitos do art. 7º da LSU, não obstante a constituição de usufruto sobre a totalidade da participação ou participações sociais.

2.1.4.4.2 O penhor de participações sociais

Observando a forma exigida, e dentro das limitações estabelecidas para a transmissão entre vivos, a participação social é susceptível de ser objeto de um direito de garantia: o penhor de participações sociais (art. 25, nºs 3 e 4 da LSC). O

216 VENTURA, Raul, *Sociedades por quotas I*, cit., pág. 398 e ss.

217 *Ibidem*.

218 Esta questão não é de todo pacífica na Doutrina. Existem autores que entendem que o usufrutuário é sócio, tal como o proprietário de raiz. *Vide* CORDEIRO, António Menezes, *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, (Coord. Menezes Cordeiro), 2ª Ed., Almedina, Coimbra, 2014, pág. 149. Outros entendem que a atribuição ou a negação da qualidade de sócio ao usufrutuário deve resultar da interpretação da norma legal ou da cláusula contratual reportada ao sócio. Só o resultado desta interpretação permitirá, ou não, excluir o usufrutuário desse âmbito. Cf. ESPÍRITO SANTO, João, *Exoneração do sócio no direito societário-mercantil português*, Almedina, Coimbra, Junho de 2014, pág. 807.

219 ANDRADE, Margarida Costa, *Código das Sociedades em Comentários*, Vol. I. (coord. Coutinho de Abreu), cit., pág. 395.

penhor de participações sociais oferece ao credor pignoratício fundamentalmente o direito de se pagar pelo valor de transmissão ou de liquidação da participação social. Só quando for convencionado entre o credor e o devedor é que o credor pignoratício poderá exercer os direitos inerentes à participação social, tais como o direito de voto e o direito aos lucros (art. 25, n^{os} 3 e 4). No caso do instrumento que constitui o penhor sobre as participações sociais ser acompanhado da convenção pela qual se autoriza ao credor pignoratício ao exercício dos direitos sociais, verificar-se-á também a mesma falta de coincidência entre o proprietário da participação social e a pessoa legitimada para o exercício dos poderes sociais, já constatada a propósito do usufruto. No mesmo sentido, entendemos que só o titular do direito de propriedade sobre a participação social deve ser tido e tratado como sócio, ainda que existam outras pessoas legitimadas para o exercício de alguns direitos correspondentes à socialidade, detida pelo único sócio proprietário de todas as participações²²⁰.

Chegados aqui, podemos concluir que os diversos estados subjectivos que se podem apresentar à sociedade unipessoal, como nos casos apontados, não são suficientes para afastar a aplicação do critério formal de unicidade do art. 7^o da LSU. O texto do preceito não impede, por isso, uma leitura menos formalística do problema, que pode abrir-se a uma compreensão mais lata²²¹.

2.1.5 Limites à titularidade e constituição de sociedades unipessoais e à participação das sociedades unipessoais em outras sociedades

É dado assente que a Sociedade Unipessoal conta hoje com um lugar inegável no ordenamento jurídico-societário angolano. Ela conta, hoje, com reconhecimento normativo (Lei 19/12 de 11 de Junho, Lei das Sociedades Unipessoais). Não obstante tal reconhecimento normativo, esta novíssima figura tem sido vista como uma realidade estranha e como fonte de possíveis riscos e de instabilidade.

220 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, op. cit., pág. 425.

221 *Ibidem*, pág. 403.

Esta constatação parece encontrar suporte na cláusula limitativa da titularidade, constituição de sociedades unipessoais e a constituição e participação das sociedades unipessoais em outras sociedades, constante do artigo 20 da LSU. Este artigo, com a epígrafe “Efeitos da unipessoalidade”, estabelece os limites à titularidade de sociedade unipessoal e de participação das sociedades unipessoais em outras sociedades. Da leitura do referido artigo, podemos extrair as seguintes regras limitativas:

- a) A regra “Uma pessoa singular, uma Sociedade Unipessoal” (art. 20, nº 1 da LSU);
- b) A regra de que a Sociedade unipessoal não pode ser sócia única de outras sociedades ou fazer parte de outras sociedades (art. 20, nº 2, 3 e 4 da LSU).

O facto curioso é que a lei estabeleceu as referidas limitações, mas sem estabelecer as sanções resultantes da sua inobservância. Diante disto, questiona-se qual seria a consequência, por exemplo, da titularidade por parte de uma pessoa singular de mais do que uma SU?

A limitação prevista pelo art. 20 da LSU conta com o precedente no Decreto-Lei nº 248/86, que introduziu o EIRL em Portugal (art. 1º, nº 3 da Lei do EIRL). Este artigo estabelecia a regra “uma pessoa singular, um EIRL”, por seu turno, os artigos 21, nº 4, e 23, nº 4, do mesmo Diploma Legal, estabeleciam as consequências jurídicas a aplicar no caso de se constatar que uma pessoa seja titular de mais de um EIRL. De acordo com os referidos artigos, a titularidade de múltiplos EIRL, por parte de uma pessoa singular, gera a nulidade da aquisição, ou a obrigatoriedade de alienar ou de transmitir a respectiva exploração.

O Código das Sociedades Comerciais português conta, na regulamentação da Sociedade unipessoal por quotas, com uma norma que estabelece limitações da mesma natureza (art. 270-C do CSC). Esta norma, que estabelece limitações à livre constituição de sociedades unipessoais, surge no seguimento da faculdade estabelecida pelo art. 2º, nº 2 da 12ª Directiva, que habilitava os Estados

membros a preverem disposições ou sanções aplicáveis para os casos em que uma pessoa singular ou colectiva é sócia única de uma sociedade unipessoal²²².

O legislador angolano, inspirado pela regulamentação portuguesa, estabeleceu, com algumas diferenças, as mesmas restrições à titularidade de sociedade unipessoal e de participação das sociedades unipessoais em outras sociedades.

2.1.5.1 O Fundamento das limitações

O legislador parece ter entendido que, sendo a sociedade unipessoal um mecanismo de limitação da responsabilidade, isto é, que permite a separação da vida pessoal do comerciante da sua actividade empresarial, a utilização da mesma deve ser objecto de limitações. Assim, com estas limitações visa-se impedir que um mesmo património seja fragmentado por mais do que uma vez, isto é, a possibilidade do comerciante individual de limitar a sua responsabilidade deve ser dada numa única oportunidade de cada vez, através de uma só sociedade²²³.

Esta norma limitativa surge assim, como um meio de protecção abstrata dos credores pessoais e sociais, atendendo a que ela visa evitar situações extremas e ilegítimas de prolongamento ao limite da limitação da responsabilidade do sócio único²²⁴.

Daí que uma pessoa singular não possa ser, originária ou supervenientemente, sócia de mais do que uma sociedade unipessoal e que uma sociedade unipessoal não possa constituir outras sociedades (unipessoais ou pluripessoais) ou participar em outras sociedades comerciais ou civis. Impede-se assim a limitação da responsabilidade em cadeia²²⁵.

222 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *Código das Sociedades em Comentário*, Vol. IV, coord. Coutinho de Abreu, Almedina, Coimbra, 2012, pág. 297.

223 *Ibidem*, pág. 298.

224 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *código das Sociedades em Comentários*, IV (coord. Coutinho de Abreu), cit. pág. 298.

225 DOS SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág. 83.

Não obstante o facto da proliferação de sociedades unipessoais com o mesmo sócio colocar em causa os interesses dos credores e do tráfico em geral, pensamos que a solução apresentada pelo legislador pode ser fonte geradora de situações de ineficácia económica e motivadora de situações de fraude à Lei²²⁶.

De facto as sociedades comerciais, como é o caso da sociedade unipessoal, podem perseguir a realização de mais do que uma actividade (art. 13, nº 2 da LSC, aplicável às SU por remissão do art. 28, nº 1 da LSU), porém, os riscos associados à prossecução de mais do que uma actividade por uma sociedade podem ser minimizados pela prossecução das várias actividades por intermédio de várias sociedades consoante o número de actividades que se pretende desenvolver.

Perante tal proibição, pode o sujeito, por um lado, sentir-se dissuadido de actuar em novos ciclos, ficando assim ferida a liberdade de iniciativa económica privada na criação e escolha da empresa. Este facto gera uma situação de desincentivo ao investimento, com todas as suas consequências possíveis.

Por outro lado, pode também o sujeito contornar a proibição estabelecida, pelo recurso a sociedades fictícias, com sócios de favor ou a testas de ferro, para, através destas, se dedicar à exploração de outras actividades mediante a constituição de várias sociedades unipessoais, constituídas através da sociedade fictícia²²⁷.

O referido artigo proíbe também a constituição e a participação da sociedade unipessoal em outras sociedades, quer sejam unipessoais ou pluripessoais, quer sejam comerciais ou civis. Esta regra estabelece uma excepção à regra geral da capacidade das sociedades unipessoais. Estas, apesar de terem o mesmo círculo de direitos que todas as sociedades, não podem ser sócios únicos de outras sociedades, nem participar em outras sociedades. Não é possível a constituição de *holdings* unipessoais²²⁸.

226 ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedade Unipessoal de Direito angolano...*, cit., pág. 97.

227 Este cenário é bem possível de se verificar, atendendo ao facto de que a regra *uma pessoa, uma Sociedade Unipessoal* é apenas aplicável às pessoas singulares e à sociedade unipessoal. Nada impede que uma sociedade plural seja sócia única de mais do que uma sociedade unipessoal.

228 VALE, Sofia, *As Empresas do Direito angolano...*, op. cit., págs. 140-141.

É questionável a bondade do art. 20 da LSU. Receamos que a *cura* prevista pelo legislador para reduzir os perigos associados à unipessoalidade, cuja existência se reconhece, cause consequências mais drásticas do que a *doença* que se propõe combater. Nas palavras de RICARDO COSTA:

“Não se pode racionalmente condicionar, todavia, o aproveitamento do recurso unipessoal: se se criou, não se pode depois restringir quase ao limite da liberdade negocial que se conferiu, uma vez que não é a multiplicação de...” [Sociedades Unipessoais]” ... *em si mesma* que agrava a situação decorrente da unipessoalidade”²²⁹.

Na verdade, a sociedade unipessoal surge para incentivar o investimento, o empreendedorismo, facilitar e impulsionar a constituição de novas empresas pelo enquadramento das micro, pequenas e médias empresas, de forma a se promover a tão apregoada diversidade económica. Ela visa também o desincentivo ao recurso, por parte do comerciante individual, a sociedades de pluralidade fictícia, com o objectivo de se restabelecer a normal correspondência entre a realidade económica e o direito.

Porém, os limites legais à titularidade e participação em sociedades unipessoais parecem vir em contra-mão desses desideratos. As possíveis consequências serão efectivamente a motivação de praticas e realidades que ela se propôs contornar²³⁰.

A LSU representa a intervenção do legislador no sentido de pôr fim a uma situação de divórcio entre a realidade económica e o direito. Assim, não pode ela colocar entraves a esta intervenção sob pena de se ver revigorada a realidade que se visou combater. Sempre que o empresário pretenda estender ou cumular actividades e minimizar o risco, pela realização das mesmas actividades por intermédio de diversas sociedades, ver-se-á obrigado a recorrer a sociedades de pluralidade fictícias para então conseguir alcançar o desiderato. Segundo este ponto de vista, parece ser ilusório o objectivo do legislador em combater as sociedades de pluralidade fictícia e fomentar a diversidade económica, quando

229 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *Código das Sociedades em Comentários, IV*, (coord. Coutinho de Abreu), cit., pág. 299.

230 Vide o preâmbulo e o artigo 1º da LSU.

estabelece tal ordem de limites. Fica a impressão de que o objectivo do legislador não foi realmente conseguido.

Pensamos ser mais prático e coerente o contorno dos possíveis riscos mediante a regulamentação unitária destas matérias no âmbito dos negócios entre o sócio único e a sociedade, o que garantiria uma ponderação equilibrada dos interesses em jogo²³¹, uma vez que não é pelo facto da sociedade se encontrar unipessoal que advêm riscos para terceiros e para o comércio em geral. Esse risco está associado às condutas objectivas do sócio único, advindas de este controlar a sociedade²³².

Uma outra solução seria o afastamento definitivo de tais limitações, a exemplo do que se verifica no ordenamento espanhol. A Lei espanhola não consagrou qualquer tipo de limite à constituição de sociedade unipessoal, porém, esta ausência foi compensada pelo estabelecimento de um regime rigoroso de publicidade da unipessoalidade e dos negócios celebrados entre o sócio e a sociedade. Esta opção parece ser eficaz, na medida em que parece conciliar o propósito da SU com a garantia dos credores e do comércio.

De facto, se a sociedade unipessoal se apresenta como um esquema útil, nada deveria impedir que um indivíduo fosse titular de mais do que uma sociedade unipessoal, consoante o objecto²³³.

De todo o modo, a incontornável realidade é que a titularidade de sociedade unipessoal, a participação das sociedades unipessoais em outras sociedades, no ordenamento angolano, se depara com tais limitações, existindo, em nossa

231 DOS SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág. 84.

232 Há ainda quem entenda que, se a *ratio* da proibição consiste em impedir a *clonagem* da responsabilidade limitada, cuja verificação daria lugar à situação em que uma pessoa usufruiria mais do que uma vez do benefício da limitação da responsabilidade proporcionada pelo expediente societário, faria sentido que tal privilégio fosse atribuído apenas na primeira vez, sendo que a segunda actividade seria exercida sem tal benefício. Neste caso, não se impediria o indivíduo de exercer mais do que uma actividade através de várias sociedades unipessoais, aconteceria que, em apenas uma, a primeira, se beneficiaria do privilégio da limitação da responsabilidade. Neste sentido, *vide* COSTA, Ricardo Alberto Santos, *Código das Sociedades em Comentário*, IV (coord. Coutinho de Abreu), cit., pág. 300.

233 *Vide* ASCENSÃO, José de Oliveira, *O Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada...*, *op. cit.*, pág. 21, a propósito da limitação contida no art. 3º do Decreto-Lei nº 248/86, que instituiu o EIRL.

opinião, razões suficientes para uma mudança legislativa que as altere ou elimine mesmo. E perante o anunciado estado da arte, resta ao intérprete aplicador lidar com a realidade de tais limitações.

2.1.5.2 Consequências associadas à violação das limitação à titularidade constituição e à participação de sociedades unipessoais em outras sociedades

i. A Lei angolana estabelece as referidas prescrições à titularidade e participação de sociedade unipessoal, porém não estabelece as consequências para o caso da não obediência das mesmas. Assim, torna-se legítimo questionarmo-nos sobre quais serão as consequências jurídicas associadas à violação das prescrições estabelecidas pela norma do art. 20 da LSU.

O Código das Sociedades Comerciais de Portugal, que foi a principal fonte inspiradora do legislador angolano, também estabelece, com algumas diferenças, regras limitativas de constituição de sociedades unipessoais. Os números 1 e 2 do at. 270 –C do CSC estabelecem duas regras. A primeira, constante do número 1 do referido artigo, determina que uma pessoa singular só pode ser titular de uma sociedade unipessoal por quota e a segunda, constante do número 2, proíbe a sociedade unipessoal de ser sócia única de outra sociedade unipessoal por quota. Por seu turno, o número 3 do referido artigo prescreve a cominação associada à violação das regras dos números 1 e 2, nos termos do qual a não observância das referidas regras implica a dissolução administrativa da sociedade, que pode ser requerida por qualquer interessado. O sócio único tem, nos termos do número 4 do referido artigo 270-C, um prazo de 30 dias para a regularização da sociedade, prazo que pode ser prorrogado até 90 dias.

A Lei portuguesa estabelece como sanção da violação dos limites a constituição e titularidade de sociedades unipessoais a dissolução administrativa da sociedade em que se adquiriu a qualidade de sócio em segundo lugar. Dissolução que pode ser paralisada e não desembocar na extinção da sociedade, se no prazo de 30 ou 90 dias a contar da data de notificação do requerimento de

dissolução, a situação for regularizada. Tal regularização deverá consistir na extinção do ou dos factos violadores das referidas limitações²³⁴.

Por seu turno, o CEC de Cabo Verde, aprovado pelo Decreto Legislativo 3/99 de 29 de Março, estabelece, no nº 3 do art. 336 a regra que limita a constituição ou a titularidade de sociedade unipessoal por pessoas singulares, nos termos da qual uma pessoa singular não pode ser titular de mais de uma sociedade unipessoal. O mesmo artigo e número estabelece ainda, para os casos de violação da referida prescrição, o dever do sócio único reconstituir, no prazo de seis meses, a pluralidade da sociedade em que vier a adquirir a posição de sócio único em último lugar, sob pena de dissolução automática da mesma.

Por seu turno, o art. 458, que regula a sociedade anónima unipessoal, prescreve para o caso de violação dos limites à constituição de sociedades unipessoais por parte das pessoas colectivas²³⁵, o dever da sócia única, no prazo de um ano, regularizar a situação. Esta regularização pode consistir na (re)constituição da pluralidade ou na constituição, entre as duas sociedades, de uma relação de domínio total superveniente, nos termos do art. 517 do CEC, sob pena de ser requerida a dissolução judicial.

O Direito português e o de Cabo Verde estabelecem, com alguns contornos diferentes, como consequência última, a dissolução diferida da sociedade constituída ou titulada em contradição com os limites impostos por lei à constituição ou titularidade de sociedade unipessoal.

ii. Após aprovação da LSU, Lei 19/12 adoptada em 11 de Junho de 2012, a sua aplicação ficou dependente, nos termos do artigo 30, da sua regulamentação. Foi neste sentido que foi criado, por despacho do Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos (Despacho 1349/13 de 27 de Maio de 2013), o grupo de trabalho encarregue de apresentar, num prazo de 30 dias o Projecto de Regulamento para da LSU. Porém, consta-nos que até ao presente o diploma regulamentar da LSU não se encontra ainda aprovado.

234 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *Código das Sociedades em Comentário*, IV (coord. Coutinho de Abreu), cit., pág. 310.

235 Importa realçar que, no ordenamento jurídico de Cabo Verde, as sociedades anónimas unipessoais só podem ser construídas ou tituladas por outras sociedades.

Não tendo sido aprovado o regulamento, e ante da necessidade urgente de se concretizar a constituição de sociedades unipessoais, o Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos exarou o Ofício Circular nº 4268/GMJDH/2013, de 29 de Agosto de 2013, adiante Ofício Circular ou OC, que estabeleceu um regime provisório de aplicação da LSU e que tem aplicação até à aprovação do Diploma Regulamentar da LSU.

Neste ponto, importa o estabelecido no articulado 2º do referido Ofício Circular. Nos termos do mesmo, tratando-se da constituição de sociedade unipessoal por uma pessoa singular, esta deve declarar sob juramento, no acto constitutivo, que não é titular de outra sociedade Unipessoal. Entendemos que esta disposição deve ser interpretada extensivamente, de forma a abranger, não só a unipessoalidade originária, mas também a unipessoalidade superveniente²³⁶.

iii. A constituição de uma sociedade unipessoal, originária ou superveniente, é um acto que se enquadra no âmbito do exercício da autonomia privada, mas esta deve ser exercida dentro dos limites impostos por Lei. As imposições legais limitativas da autonomia privada fundamentam-se na subsistência do referido princípio e em razões de ordem ideológica, filosófica e económico-política. Estas razões implicam medidas preventivas contra o uso ilimitado da autonomia da vontade, com vista à subsistência de tal princípio²³⁷.

A limitação do nº 1 do art. 20 da LSU representa isto mesmo, um limite à autonomia privada. Por seu turno, as limitações que constam dos nºs 2, 3 e 4 do art. 20 da LSU representam limitações à capacidade de gozo das sociedades comerciais. A titularidade e a participação em outras sociedades comerciais são actos que se encontram vedados por lei (art. 20, nºs 1, 2 e 3 da LSU e 6º, nº 1 da LSC) à capacidade de gozo da sociedade unipessoal. Trata-se, porém, de limitações injuntivas.

²³⁶ No caso de o sócio único emitir uma declaração que não corresponda à verdade, ou seja, se for já titular de uma sociedade unipessoal e, no momento de constituição ou conversão (em) de outra(s) sociedade(s) unipessoal(is), e declarar não ser titular de uma sociedade unipessoal, estará a prestar sob juramento uma falsa declaração. Tal conduta parece preencher os elementos constitutivos do crime de falsas declarações perante a autoridade pública, previsto e punível pelo artigo 242 do Código Penal.

²³⁷ HÖSTER, Ewald Heinrich, *A Parte Geral do Código Civil Português: Teoria Geral do Direito Civil*, 6ª Reimpressão da Ed. de 1992, Almedina, Coimbra, Outubro de 2012, pág. 519.

A consequência resultante da violação de disposições legais injuntivas é, salvo nos casos em que outra solução resulte da lei, a nulidade. Esta solução parece resultar claramente do enunciado normativo do art. 294 do Cód. Civ., aplicável às sociedades unipessoais por força da remissão do art. 6º da LSU.

Assim, tudo parece indicar que a violação do preceituado no art. 20 da LSU implica a nulidade do acto do qual decorre a unicidade de *direito* ou de *facto* – no caso da limitação prevista no nº 2 do art. 20²³⁸ – da titularidade da totalidade das participações sociais²³⁹, ou ainda do acto aquisitivo ou constitutivo da segunda sociedade unipessoal. De facto, quando uma norma imperativa, como a é a do art. 20 da LSU, não determina ela própria a consequência para o caso da sua violação, nem consagra outra sanção, a nulidade pode resultar da aplicação do art. 294 do Cód. Civ., depois de feita a devida interpretação do preceito em causa.

A nulidade seria ainda justificada no vício causal (causa-motivo), na medida em que os desígnios do sócio em ser titular de mais do que uma sociedade ou da sociedade unipessoal em participar ou constituir outras sociedades contraria a Lei (art. 280 do Cód. Civ.)²⁴⁰.

Na situação prevista pelo nº1 do art. 20 da LSU, tratando-se de unipessoalidade originária e estando esta já registada²⁴¹, isto é, se a sociedade constituída em contravenção a essa limitação já se encontrar registada, não será possível invocar a nulidade para obstar o facto ilegítimo. Isto porque as causas de nulidade do acto constitutivo de sociedades por quotas, anónimas e em comandita por acções depois do registo, se encontram taxativamente descritas no

238 Como referimos, a unipessoalidade de facto é aquela que resulta irrelevante para a aplicação do regime da LSU. Estando as sociedades unipessoais impedidas de serem sócias únicas de outras sociedades comerciais, nos termos do nº 2 do art. 20, o acto que gera a unipessoalidade de facto, no caso da sócia única ser uma sociedade unipessoal de direito, é também nulo por força da proibição do nº2 do art. 20.

239 Pela nulidade, também, ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedade Unipessoal de Direito angolano...*, cit., pág. 100.

240 *Apud* CORREIA, Miguel J. A. Pupo, *Direito Comercial: Direito da Empresa*, 12ª Ed., revista e actualizada, Ediforum, Lisboa, Setembro de 2011, págs. 164-175.

241 Sobre o regime de invalidade do acto constitutivo de sociedades comerciais, vide MONTEIRO, António Pinto, "Negócio Jurídico e Contrato de Sociedade Comercial", in *Nos 20 anos do Código das Sociedades Comerciais*, Homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier, Vol. I, Congresso Empresa e Sociedades, Coimbra Editora, Coimbra, 2007, pág. 91 e ss. RAMOS, Maria Elizabete, "Constituição de Sociedades Comerciais", in *Estudos de Direito das Sociedades*, 12ª Ed. (coord. Coutinho de Abreu), Almedina Coimbra, 2015.

art. 44 da LSC. Neste elenco taxativo dos vícios que determinam essa consequência, não se enquadram as situações previstas no nº 1 do art. 20 da LSU.

No caso de a sociedade unipessoal originária ser constituída por outra sociedade, em contravenção com o estatuído no nº 3 do art. 20 da LSU, o acto constitutivo da unicidade originária de direito ainda será nulo, não obstante o facto da sociedade já se encontrar registada. Como dissemos, esta norma impõe uma limitação à capacidade de gozo da sociedade unipessoal e, neste sentido, está fora do âmbito da capacidade de gozo da sociedade unipessoal a constituição de outras sociedades unipessoais. Ela é incapaz em relação a prática deste acto. Nos termos da al. f) do nº 1 do art. 44, da LSC, depois de efectuado o registo do acto constitutivo da sociedade, este poderá ser declarado nulo com fundamento na incapacidade do sócio fundador.

A LSC e, por conseguinte, a LSU atribuem relevância, em sede do direito societário, aos vícios reconhecidos pelo direito comum (art. 43 da LSC), porém quanto às consequências, a lei comercial determina consequências próprias. Quanto a este aspecto, o legislador afastou significativamente o regime do direito civil²⁴². Assim, a consequência da invalidade do acto do acto nulo, por violação do estatuído no art. 20 da LSU, será a prevista no art. 55 da LSC, ou seja, a liquidação da sociedade, nos termos do art. 165 da mesma Lei.

Assim, a declaração de nulidade dá lugar à liquidação da sociedade. A liquidação da sociedade deverá ser feita no prazo de dois anos a contar da data em que foi proferida a decisão de nulidade. Trata-se de uma liquidação extrajudicial e, em ordem a assegurar que, declarada a nulidade, esta entra em liquidação, o legislador conferiu legitimidade a qualquer sócio, credores sociais e credores de sócio de responsabilidade ilimitada para requererem a liquidação extrajudicial. Com isto se pretende evitar as consequências inerentes à eventual inércia do sócio. A liquidação efectuada nos termos do art 165 da LSC assegura a

²⁴² Nos termos do art. 289 do Cód. Civ., tanto a declaração de nulidade como a anulação de um negócio jurídico têm eficácia retroactiva, devendo ser restituído tudo o que tiver sido prestado.

satisfação dos credores da sociedade antes do activo social ser partilhado pelo (s) sócio(s).

iv. A nulidade, como consequência da violação do preceituado no art. 20 da LSU, resulta da interpretação sistemática das normas da LSU, LSC e do Cód. Civ. Como referimos, quando uma norma imperativa, tal como é a norma do art. 20 da LSU, não prevê as consequências da sua violação, a nulidade resulta da aplicação do art. 294 do Cód. Civ. Porém, a aplicação da nulidade como consequência da violação de uma norma imperativa que não prescreve ela mesma as consequências da sua violação, deve ser precedida da interpretação do seu escopo, com vista à decisão a tomar, ao abrigo da aplicação do art. 294, relativamente à nulidade ou não do negócio. Deve-se previamente questionar sobre o alvo da lei.

Será que a lei, ao proibir a titularidade de mais do que uma sociedade unipessoal, ou ao proibir que a sociedade unipessoal seja sócia ou participe em outras sociedades comerciais ou civis, pretende atingir o próprio negócio do qual resulta a titularidade da segunda ou sucessiva sociedade unipessoal ou negócio aquisitivo de participação em outras sociedades ou pretende alcançar fins ulteriores e não coincidentes com ele²⁴³?

Julgamos que o legislador, ao estabelecer tais limitações, procurou impedir que um mesmo património fosse fragmentado por mais do que uma vez, estabelecendo-se através delas um meio de protecção abstracta dos credores pessoais e sociais, atendendo a que ela visa evitar situações extremas e ilegítimas de prolongamento do limite da limitação da responsabilidade do sócio único.

Daí que uma pessoa singular não possa ser, originária ou supervenientemente, sócia de mais do que uma sociedade unipessoal, e que uma sociedade unipessoal não possa constituir outras sociedades (unipessoais ou pluripessoais) ou participar em outras sociedades comerciais ou civis. O preceito visa impedir, na verdade, a limitação da responsabilidade em cadeia.

Parece que o legislador não pretendeu atingir o próprio negócio, mas alcançar outros fins fora dele.

243 HÖSTER, Ewald Heinrich, *A Parte Geral do Código Civil Português...*, cit., pág. 520-521.

A opção pela via da nulidade resultaria, como também referimos, na dissolução e liquidação da sociedade, isto é, na extinção do ente societário constituído em contravenção às limitações legais.

Claramente se vê que a solução pela nulidade se mostra desalinhada dos interesses em jogo, e também com o escopo da proibição, que não é, pelo menos não em primeira linha, a extinção da sociedade constituída em contravenção aos seus ditames, mas sim a tutela de interesses de terceiros e do tráfego económico em si.

Em muitos casos, nem ao comércio, nem aos credores interessaria, isto é, a ninguém interessaria a dissolução de uma sociedade que funciona bem, pelo simples facto de ter sido constituída em contravenção de uma norma imperativa. Em tais situações, a nulidade parece não ser o melhor meio de tutela dos interesses em jogo, muito menos o é nas situações em que a segunda sociedade unipessoal é deferida por negócio jurídico *mortis causa*.

Assim, não obstante o facto de se tratar de uma norma imperativa, entendemos que a sua violação não deve conduzir à nulidade por esta se mostrar como a sanção menos adequada, por se entender que a *ratio* da injunção da norma do art. 20 não se dirige contra o próprio negócio, mas visa outro fim que, neste caso, é impedir a limitação da responsabilidade em cadeia.

Sobre estes aspectos importa referir as palavras do Professor MANUEL DE ANDRADE, citado pelo Professor HEINRICH EWALD HÖSTER²⁴⁴:

“Nesta ordem de ideias, é claro que reveste particular importância a consideração dos interesses em presença e do escopo visado pelo legislador... deverá julgar-se excluída. Os negócios contrários a uma proibição legal poderão, portanto, deixar de ser nulos, mesmo sem texto que assim declare”.

Afastada que está a aplicabilidade da nulidade aos actos violadores das prescrições do art. 20 da LSU, resta procurar a solução que melhor se adequa aos interesses em jogo. Ponderando os interesses em jogo, à luz do escopo da proibição, pensamos que a solução que melhor se adequa é a dissolução diferida

²⁴⁴ *Ibidem*, pág. 520.

da sociedade, ou seja, precedida de um período de carência destinado a regularização da situação.

Assim, é concedido um prazo, que pode ser de um ano, aplicando analogicamente o prazo estabelecido pelo art. 142, al. a) da LSC, para regularizar a situação. Tal regularização deverá consistir na eliminação do facto violador da prescrição do art. 20 da LSU. Decorrido o prazo, não tendo sido a situação regularizada, a sociedade é dissolvida.

Reconhecemos que esta via poderá gerar alguma dificuldade, como, por exemplo, nos casos em que a sociedade unipessoal adquire participações em outras sociedades, como são os casos de acções não tituladas. Neste caso, parece ser mais eficaz a via da nulidade.

De qualquer modo, importa reiterar que, em nossa opinião, esta não é a melhor via para reprimir os perigos associados a unipessoalidade.

2.1.6 O tratamento da sociedade de pluralidade fictícia: a exclusão unilateral de sócio

A sociedade unipessoal surge como modelo tipológico de decisão do caso concreto. Ela resulta da influência limitativa não absoluta da natureza das coisas, relativa à necessidade prática de se encontrar um mecanismo que permite a limitação da responsabilidade do comerciante individual. A necessidade de o comerciante individual limitar a sua responsabilidade e a ausência de um instrumento jurídico que lhe permitisse alcançar, dentro dos parâmetros normativos, a tão almejada limitação da responsabilidade levou a que ele fizesse recurso a meios pouco ortodoxos, como a sociedade de pluralidade fictícia, para ver satisfeita a sua aspiração.

Este estado de coisas conduziu à alteração da realidade jurídica, passando esta a permitir, não obstante as construções dogmáticas adversas, que o comerciante individual pudesse exercer a sua actividade com limitação da

responsabilidade, com vista a se encontrar a necessária aproximação entre a facticidade real e facticidade possível, ou seja, entre o direito e a realidade. Assim, torna-se possível o recurso, por parte do comerciante individual, ao expediente societário, como técnica de organização empresarial, com vista a exercer a sua actividade com recurso à organização societária e com a tão almejada limitação da responsabilidade. A sociedade comercial titulada por uma só pessoa é hoje uma realidade incontornável.

Em Angola, a sociedade fictícia é uma realidade muito comum. É corrente o recurso a subscritores de complacência ou a testas de ferro, com o único objectivo de formar o substracto necessário para a constituição de sociedades comerciais. Não poucas vezes, o empreendedor, imbuído da vontade de conjugar o controlo totalitário da empresa e a limitação da responsabilidade, viu-se obrigado a recorrer à constituição de sociedade em que apenas este tinha a *affetio societatis*, por não existir um mecanismo que lhe permitisse exercer a actividade comercial com limitação da responsabilidade e com o controlo total e efectivo da actividade.

A consagração da sociedade unipessoal em Angola, pela aprovação da Lei 19/12 de 11 de Junho LSU, não obstante o facto de não se encontrar nela qualquer referência expressa à realidade das sociedades fictícias, veio representar a resposta legal no sentido do reconhecimento da necessidade de combate a essa realidade.

Esta constatação resulta da interpretação do artigo 29 da LSU, que estabelece o direito potestativo do sócio maioritário da sociedade por quotas, constituída por apenas duas pessoas, sem qualquer vínculo matrimonial ou de parentesco, de excluir o sócio minoritário, desde que a participação deste na sociedade seja inferior a 15% (quinze por cento) do capital social²⁴⁵, pela mera

²⁴⁵ Uma das principais características da sociedade fictícia é a atribuição ao sócio *de favor*, *subscritor de complacência* ou *testa de ferro*, de uma singela participação no capital social que, na maioria dos casos, nunca é superior a 25% do capital social. Normalmente, ela adopta o tipo de sociedades por quotas.

conversão da sociedade em sociedade por quota unipessoal, nos termos do art. 8º da LSU²⁴⁶.

A norma do art. 29 é uma norma transitória, que estabelece uma causa legal e específica de exclusão. A *ratio* do preceito consiste em permitir a *conversão* de sociedades pluripessoais constituídas com recurso a subscritores de complacência, as sociedades fictícias, em sociedades unipessoais de direito. É com atenção a esta restrição que a norma deve ser interpretada, unicamente nas situações em que o sócio maioritário esteja ligado com o outro sócio por uma relação fiduciária²⁴⁷.

Como referimos, o direito potestativo de exclusão atribuído ao sócio maioritário, está sujeito a caducidade. Ele só poderá ser exercitado dentro do período de um ano a contar da entrada em vigor da LSU.

Na verdade, tudo indica que o direito potestativo de exclusão atribuído pela LSU ao sócio titular de uma participação social superior a 85% (oitenta e cinco por cento), caducou antes mesmo que se pudesse dele recorrer. Vejamos porquê:

A Lei das Sociedades Unipessoais entrou em vigor no dia 11 de Junho de 2012. Assim, o prazo de exercício do direito potestativo de exclusão, que tinha o período de duração de um ano a contar da data de entrada em vigor da LSU, caducou no dia 10 de Junho de 2013.

Acontece que a constituição de sociedade unipessoal apenas se tornou possível a partir do dia 29 de Agosto de 2013, com a entrada em vigor do Ofício Circular nº 4268/GMJDH/2013, de 29 de Agosto, que estabeleceu um regime provisório de aplicação da LSU, isto é, 79 dias após a caducidade do referido direito.

O direito potestativo de exclusão unilateral, previsto pelo artigo 29 da LSU representa, em nossa opinião, a *pedra-de-toque* do regime jurídico da

²⁴⁶ Nos termos do artigo 29 da LSU, a exclusão resulta da “conversão” da sociedade em sociedade unipessoal. Nos termos do artigo 8º, a “conversão da sociedade pluripessoal em unipessoal pressupõe a concentração das participações sociais. Isto não acontece no artigo 29; neste caso, a concentração resulta da exclusão. Assim, pensamos que a conversão do artigo 29 se reporta, não já à concentração da totalidade das participações sociais, mas da emissão da declaração na qual o sócio que detém 85% (oitenta e cinco por cento) ou mais do capital social manifesta a sua vontade em “converter” a sociedade em unipessoal. Neste sentido, *vide* ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedade Unipessoal de Direito angolano...*, cit., págs. 128-129.

²⁴⁷ Neste Sentido, *vide* VALE, Sofia, *As Empresas no Direito angolano...*, cit., págs. 139-140.

unipessoalidade em Angola, isto considerando a necessidade prática de se resolver o problema das sociedades fictícias. Porém uma das disposições mais importantes da *novela* unipessoal resultou em letra morta (autêntico “*nado morto*”), perdendo-se assim a oportunidade de se verificar a *conversão ope legis* das sociedades de pluralidades fictícias em sociedades unipessoais.

De forma a se dar um eficaz aproveitamento daquela disposição, melhor seria a determinação da sua aplicabilidade a partir do momento em que se tornou efectivamente possível a constituição de sociedades unipessoais e que o período transitório da sua aplicabilidade fosse mais longo, ou seja, de, pelo menos, 3 (três) anos, dada a necessidade de divulgação da *novidade unipessoal*. Esta solução corresponderia cabalmente à necessidade de excluir do comércio jurídico as sociedades de pluralidade aparente, ou da unipessoalidade material.

Constatada a ineficácia da *pedra-de-toque* do regime da unipessoalidade no direito angolano, que, como referimos, resultou em letra morta, resta-nos tentar perceber então qual será hoje, com a consagração das sociedades unipessoais, o tratamento jurídico que se pode prever para as sociedades de pluralidade aparente.

As sociedades fictícias são sociedades materialmente unipessoais, uma vez que elas se encontram dominadas por um único indivíduo – o *único* e verdadeiro sócio –, ou seja, o único entre todos os outros que detém o *animus societatis*.

A sociedade fictícia é assim um meio a que se tem, não poucas vezes, recorrido com o propósito de proporcionar ao *único* e verdadeiro sócio o privilégio da responsabilidade limitada associado ao controlo total da empresa ou, até, para com ela contornar a aplicação do regime da unipessoalidade.

É verdade que a sociedade fictícia representa, para o comércio e para os credores sociais, os mesmos riscos e desconfiança que a sociedade unipessoal. Esta realidade leva a que se possa considerar a possibilidade de extensão do regime da unipessoalidade às sociedades de pluralidade fictícia, permitindo assim a sindicância do regime específico da unipessoalidade às situações em que a pluralidade é meramente aparente, ou formal, isto é, quando todos os outros sócios, com excepção de um, se encontram desprovidos da vontade de assumir a

qualidade e a responsabilidade de sócios e do interesse de desenvolver a actividade social²⁴⁸.

Um tal entendimento não pretenderia a aplicação de todo o regime da unipessoalidade de direito às sociedades de pluralidade fictícia (unipessoalidade material), mas apenas a aplicação do regime referente à auto-contratação, bem como o regime referente à responsabilidade *(i)limitada* do sócio único. Pretende-se, assim, prescrever, para os casos de comportamentos abusivos ou fraudulentos do sócio que se comporta como se fosse único, as mesmas consequências previstas para a sociedade unipessoal.

Assim, para efeitos de individualização do sócio único e de aplicação do regime da LSU, a mínima participação dos subscritores de complacência ou fiduciários devia pertencer ao titular efectivo da sociedade e não ao titular aparente, ainda que aquele não fosse proprietário de todas as participações sociais²⁴⁹.

Deste modo, o conceito formal de sócio único ganha um alcance mais amplo, apto a compreender também situações em que se pode afirmar que a totalidade do capital social, não obstante o facto de ser parcialmente entregue a sócios de favor, é expressão de único centro de interesses identificado com um sujeito a quem realmente pertence a totalidade das participações sociais.

De facto, as situações de unipessoalidade material representam o mesmo risco, para terceiros e para o comércio, que a unipessoalidade de direito, considerando que a sociedade, em ambos os casos, se encontra totalmente dominada pela vontade de um único indivíduo. Este facto implica a busca de soluções com vista a mitigarem-se tais riscos, no âmbito das sociedades de pluralidade fictícia.

Porém, uma tal necessidade não deve implicar que nos afastemos da realidade, e ela é esta: independentemente do facto da sociedade fictícia se encontrar dominada por um único indivíduo, tal como a sociedade unipessoal, ela é uma sociedade comercial pluripessoal. Por esta razão lhe são aplicáveis todas as

²⁴⁸ *Apud* COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, *op. cit.*, págs. 403-404.

²⁴⁹ *Ibidem*.

normas reguladoras deste subtipo de sociedade, isto é, as normas da LSC. Consequentemente, a busca de uma solução tendente a acautelar ou a dar tratamento adequado à situação da sociedade fictícia tem que resultar da mobilização de preceitos da LSC, reguladores das sociedades pluripessoais.

O regime traçado pela LSU está orientado para regular as situações que para ele se mostram relevantes, ou seja, situações de unipessoalidade de direito e não qualquer situação em que o sócio de uma sociedade se comporta como se fosse único.

Entendemos que o regime de responsabilidade do sócio único e dos negócios entre o sócio e a sociedade traçados pela LSU tem aplicabilidade, unicamente, nas sociedades unipessoais constituídas ou convertidas como tais (unipessoalidade de direito).

Reconhecemos o facto de a necessidade de se evitarem as sociedades fictícias implicar a adopção de medidas interpretativas tendentes a responsabilizar o sócio que se comporta como se fosse único. Neste sentido, entendemos que, não obstante tal não resultar expressamente do texto legal, a melhor solução passaria pela aplicação a sociedades de pluralidade fictícia a prescrição do art- 89 da LSC²⁵⁰, sem que, com esta conclusão, se desconsidere as disposições da LSC sancionatórias das actuações abusivas. Assim, declarada falida a sociedade de pluralidade fictícia, e verificados os pressupostos legais, o sócio que se comporta como se fosse único responde ilimitadamente pelas obrigações sociais.

Esta solução proporcionaria a possibilidade de aplicação do regime *mais adequado* ao estado material da sociedade e seria mais coerente com a regulamentação das sociedades unipessoais, com vista a afrontar uma falta de transparência das operações e práticas sociais menos correctas. A extensão do artigo 89 da LSC para os casos de unipessoalidade fictícia apresenta-se como a solução encontrada no âmbito da regulamentação das sociedades pluripessoais para evitar o recuso à regulamentação das sociedades uniepssoais.

²⁵⁰ *Apud* RIBEIRO, Maria de Fátima, “O âmbito de aplicação do artigo 270.º - F, nº 4 do CSC”, *op. cit.*, pág. 228 e ss.

CAPÍTULO III

3. - A posição jurídica do sócio único (Responsabilidade)

3.1 – O controlo da sociedade comercial por uma só pessoa

O fenómeno da limitação da responsabilidade nas sociedades comerciais está intimamente ligada ao desenvolvimento das economias. Ela é um dos principais pilares do desenvolvimento económico. A partir do momento em que as relações comerciais começaram a implicar elevados investimentos de capitais, e não estando nas mãos dos investidores a direcção da actividade, a limitação da responsabilidade tornou-se pressuposto para o desenvolvimento. A ideia inicial era de que quem exercia o comércio, directamente ou através da sociedade, tinha de suportar ilimitadamente os riscos da actividade²⁵¹. Isto é, como os investidores não tinham intervenção nenhuma na gestão da actividade empresarial, era justo que estes não respondessem pelas dívidas resultantes do desenvolvimento da actividade e, por seu turno, era também justo que quem dirigisse a actividade empresarial por conta própria respondesse ilimitadamente pelas dívidas resultantes do exercício de tal actividade, fazendo assim sentido o entendimento de que “if unlimited power entails unlimited liability, *limited power should also entail a limited liability*”²⁵². Esta era a ideia subjacente ao fenómeno da limitação da responsabilidade nas sociedades comerciais.

A primeira manifestação conhecida da limitação da responsabilidade nas sociedades comerciais surgiu com as sociedades em comandita²⁵³, onde os sócios

251 ALMEIDA, António Pereira de, *Direito angolano das Sociedades Comerciais*, 1ª Ed., Wolters Kluwer / Coimbra Editora, Coimbra, 2010, pág. 27. *Idem*, ANTUNES, José Engrácia, “Enterprise forms and enterprise liability: is there a paradox in modern corporation law?”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, ano 2, 2005, pág. 190.

252 Cf. ANTUNES, José Engrácia, “Enterprise forms and enterprise liability...”, cit. pág. 192 (sublinhado como no original).

253 A origem deste tipo de sociedade é geralmente ligada ao contrato de comenda. Neste sentido, vide, SCALZILLI, João Pedro, “Anotações sobre as Origens das Sociedades Comerciais”, in *Revista do Ministério Público do RS*, nº 62, Porto Alegre, Novembro 2008 a Abril de 2009. Porém, a ideia de que o contrato de comenda, bastante utilizado na Idade Média, tenha sido a semente que fez brotar esse tipo societário não é unanime. Alguns entendem que a sociedade em comandita tem a sua génese na sociedade em nome colectivo, com a diferença de que na sociedade em comandita se admite a consagração da limitação da responsabilidade de alguns sócios perante terceiros. Vide ESPÍRITO SANTO, João, *Sociedade Unipessoal por Quota: Introdução...*, op. cit., pág., nota 16 *in fine*.

comanditários beneficiavam do privilégio da responsabilidade limitada e os sócios comanditados, por seu turno, não beneficiavam de tal privilégio, por serem estes quem dirigiam a actividade comercial e tendo, consequentemente, o dever de responder pelas dívidas sociais, nos mesmos termos em que fazem os sócios da sociedade em nome colectivo.

A evolução económica trouxe consigo várias mudanças que conduziram à extensão do benefício da responsabilidade limitada fora dos casos inicialmente configurados, como as sociedades anónimas em 1807, as sociedades por quotas em 1892 e hoje as sociedades unipessoais, que trouxeram consigo novos problemas.

A limitação da responsabilidade é também correlativa da personificação da sociedade comercial. A responsabilidade desta, enquanto pessoa jurídica, é ilimitada e, ao contrário a responsabilidade do sócio, encontra-se limitada ao montante da sua participação na sociedade. Aquela responde pelas suas dívidas nos termos gerais prescritos pelo art. 601 do Cód. Civ. A responsabilidade do sócio perante a sociedade e credores sociais é a que se encontra limitada ao valor da sua entrada²⁵⁴ (art. 217, nº 3, e art. 301 da LSC e art 3º da LSU). O oposto também não deixa de ser verdadeiro, isto é, a sociedade não responde pelas dívidas individuais do sócio. De todo o modo, importa notar que existem sociedades em que a responsabilidade dos sócios ou de alguns deles perante a sociedade e os credores sociais é ilimitada: as sociedades em nome colectivo e as sociedades em comandita.

A limitação da responsabilidade nas sociedades comerciais tem a vantagem de permitir que o património pessoal do sócio não seja afectado pelas dívidas da sociedade, nem que o património da sociedade seja afectado pelas dívidas pessoais do sócio.

Não obstante o seu reconhecido mérito, a limitação da responsabilidade é também fonte de muitos problemas que assolam, nos nossos dias, a realidade jurídico-empresarial. Ela é hoje um privilégio conferido fora dos casos em que se

254 ALMEIDA, António Pereira de, *Direito angolano das Sociedades Comerciais*, cit., pág. 25. KAHAN, Daniel R., "Shareholder Liability for Corporate Torts: A Historical Perspective", in *The Georgetown Law Journal*, Vol. 97, Georgetown University, 2009, pág. 1090.

verifica a relação dicotómica entre direcção do negócio e responsabilidades pelas dívidas do negócio. É o que se constata com o reconhecimento das sociedades unipessoais, onde uma só pessoa controla total e efectivamente a empresa, dirige a actividade e conta com a sua responsabilidade pelas dívidas do exercício da actividade empresarial limitada à sua participação na sociedade.

A sociedade unipessoal surge como resultado da necessidade prática de se encontrar um mecanismo técnico-jurídico que permitisse ao comerciante individual limitar a sua responsabilidade e cuja inexistência motivou o recurso a sociedades que só aparentemente eram pluripessoais: as sociedades fictícias. O comerciante individual fez recurso à sociedade de pluralidade fictícia com o propósito de conjugar a limitação da responsabilidade e o controlo totalitária da empresa. A sociedade fictícia era assim um meio a que o comerciante individual fazia recurso para beneficiar do privilégio da limitação da responsabilidade, visto que esta apenas era possível através do recurso ao expediente societário. A existência de sociedades de pluralidade fictícia representa uma realidade que manifesta a falta de correspondência entre o direito e a realidade económica²⁵⁵.

Esta falta de correspondência entre o direito e a realidade não foi indiferente ao legislador, que, após um prolongado período de retracção, começou por tolerar, acabando finalmente por consagrar a sociedade unipessoal no direito angolano como meio técnico-jurídico de limitação da responsabilidade do comerciante individual²⁵⁶. Um dos objectivos da sua consagração consiste em tornar inútil o recurso às sociedades fictícias, e com isto restabelecer a situação de necessária correspondência entre o direito e a realidade económica. A sociedade unipessoal permite assim que o comerciante individual consiga satisfazer o propósito de conjugar a limitação da responsabilidade com o domínio total e efectivo da actividade empresarial e, a par das outras vantagens já apontadas, proporciona a necessária correspondência entre o direito e a realidade económica.

255 SERRA, Catarina, “As novas Sociedades Unipessoais”, cit., pág. 120.

256 Sobre a pertinência e as vantagens da opção do legislador, *vide supra* 2.1.1.

Apesar da Sociedade unipessoal contar hoje com reconhecimento normativo, ela continua a ser vista como uma realidade estranha da qual podem resultar vários riscos, dentre esses, os possíveis abusos da personalidade colectiva e o desrespeito do princípio da separação patrimonial. Afirma-se que a unipessoalidade societária não é a situação ideal nem algo desejável nas sociedades comerciais e que só a pluralidade de sócios garante o equilíbrio natural dos interesses e impede o abuso societário²⁵⁷⁻²⁵⁸.

A análise da unipessoalidade societária deve ser presidida pela normalidade derivada da sua integração no corpo normativo regulador das sociedades comerciais baseada na remissão do seu regime para a aplicação da regulamentação da congénere pluripessoal, atendendo às suas características específicas, que impedem a aplicabilidade do conjunto de normas que pressupõem pluralidade de sócios. A sociedade unipessoal é, como resulta claramente dos dados normativos e dogmáticos, uma verdadeira sociedade comercial.

Porém, este reconhecimento não pode fazer perder de vista a necessária transparência, de forma a deixar intacta a posição de terceiros que com a sociedade unipessoal se relacionam²⁵⁹. De todo modo, o necessário cuidado, resultante da preocupação de tutela dos interesses de terceiros, não pode levar a uma visão discriminatória da sociedade unipessoal ao ponto de justificar medidas sancionatórias, pelo simples facto da sociedade se encontrar unipessoal ou por se

257 SERRA, Catarina, *Direito Comercial: Noções Fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, Outubro de 2009, pág. 37.

258 Temos algumas dúvidas sobre a existência de um maior interesse no bom funcionamento da empresa societária nas sociedades pluripessoais do que o que se pode verificar nas sociedades unipessoais. Parece-nos que o sócio único tem todo o interesse em que o negócio prospere e dê lucros, interessa-lhe que a empresa funcione bem de forma a poder satisfazer os seus propósitos, o que, de certo modo, e numa lógica económica, se conjuga com o propósito dos credores sociais e da sociedade. O sócio único tem todo o interesse em que a empresa prospere, dê lucros, em que o volume do negócio aumente, e claro que isto implica ter boas relações com os credores, mas também implica um normal funcionamento da empresa dentro da conjuntura económica. Não parece ser seguro afirmar que o facto de a sociedade ser inteiramente dominada por uma só pessoa é, por si só, gerador de situações menos desejáveis, tal como não parece ser rigoroso afirmar que a sociedade pluripessoal é garantia do equilíbrio natural dos interesses e impede o abuso do instituto societário.

259 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, cit., pág. 641.

entender que esta é uma realidade anómala facilmente utilizada para encobrir situações de fraude. Quer-se dizer que o facto da sociedade se encontrar dominada por uma só pessoa não coloca em causa os interesses de terceiros e, por isso, não pode justificar medidas sancionatórias, mas sim o facto de um sócio, por controlar a sociedade, adoptar comportamentos que põem em causa os interesses de terceiros. Recusam-se assim os argumentos que conduzem a uma discriminação penalizadora da unipessoalidade em detrimento da sua congénere pluripessoal, até porque, em primeiro lugar, os riscos que se associam à unipessoalidade societária estão também presentes nas sociedades plurais²⁶⁰ e, em segundo lugar, ainda está por provar que a unipessoalidade é uma fonte incontornável de abusos e fraudes²⁶¹.

3.2. Os perigos associados à unipessoalidade

Depois de reconhecida, a sociedade unipessoal não pode ser vista de forma diferente da sua congénere pluripessoal. Todavia, este entendimento não pode ignorar a necessidade de adopção de algumas medidas tendentes a promover a transparência nas sociedades unipessoais e garantir a necessária tutela dos interesses de terceiros.

Nos termos do art. 1º da LSU, a sociedade unipessoal surge com vista ao enquadramento de uma das formas de constituição de micro, pequenas e médias empresas. Na prática corrente destas, o único sócio e fundador daquela não se tem precipitado em separar o património, facto que a constituição da sociedade de um só sócio propicia, ainda que isto não possa ser literalmente configurado sob o ponto de vista jurídico²⁶². Esta tendência poderá dar lugar à oneração ou delapidação do património social, destinado a servir como fundo para o exercício da actividade e também como garantia dos credores sociais. Assim, a sociedade unipessoal apresenta uma maior propensão para situações de abuso da

260 VERÓN, Alberto Victor, *Nueva Empresa e Derecho Societario*, Astrea, Buenos Aires, 1996, págs. 25-26.

261 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, cit., pág. 642

262 *Ibidem*, pág. 643.

personalidade colectiva e de confusão patrimonial, derivadas da possível promiscuidade de negócios e instrumentalização da sociedade unipessoal para alcançar os desígnios do sócio.

De facto, mesmo nas situações em que o sócio único não exerce os poderes de gestão, neste tipo de sociedade estão reunidas as condições para promover todo um quadro de identidade patrimonial entre a esfera da sociedade e a esfera privada do sócio único, propício para que as consequências das perdas e ganhos de uma se repercutem, de facto, na outra.

Tal situação resulta, claramente, do facto de a sociedade se encontrar totalmente dominada por uma única vontade: a vontade do sócio único, que aproveitando da forma personalizadora e da autonomia patrimonial da sociedade se aproveitar dela.

Este maior perigo de ocorrência de situações abusivas está em conexão com a ideia de se estabelecer medidas legais tendentes a evitá-lo, de forma a se proteger os interesses dos credores sociais e mesmo do tráfego económico em si. Porém, e como dissemos, a necessidade de tutela dos credores da sociedade dominada por uma só pessoa não pode levar ao sacrifício pontual da limitação da responsabilidade do sócio único²⁶³. Deverá sempre resultar de um elemento ulterior de qualificação, capaz de conduzir ao rompimento do escudo da limitação da responsabilidade do sócio e à agressão directa dos bens deste²⁶⁴. Qualquer medida tem de ser *ext post*, isto é, tem de resultar de uma utilização antijurídica do instituto societário.

3.3. Os mecanismos de protecção dos credores contra os riscos associados a unipessoalidade societária

O aspecto apontado da sociedade unipessoal fundamenta a adopção de medidas tendentes a reduzir a possibilidade de ocorrência de situações que se consubstanciam no abuso da personalidade colectiva e na violação do princípio

263 RIBEIRO, Maria de Fátima, *Sociedades Comerciais...*, cit., pág. 40.

264 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português...*, cit., pág. 643.

da separação patrimonial e sancionar o sócio único pelos danos causados a sociedade ou aos credores sociais. Dada a maior propensão destas situações se verificarem no âmbito da sociedade unipessoal, em função do seu estado jurídico-subjectivo, as medidas a serem adoptadas devem atender a esta característica específica, precisamente para se estabelecer uma melhor vigilância perante a actuação do sócio, de forma a se garantir a um maior desdobramento de personalidade entre o sócio único e a sociedade unipessoal²⁶⁵.

Tais medidas visam impedir ou reprimir as possíveis manifestações abusivas em prejuízo de terceiros mediante o estabelecimento que um quadro normativo de repressão eficaz dos actos abusivos da autonomia patrimonial da sociedade unipessoal e, consequentemente o estabelecimento de consequências daí advinentes para o sócio único.

Tais meios, como temos vindo a frisar, não devem, em circunstância nenhuma, levar à inanição do instituto, na medida em que tal circunstância levaria à utilização de meios pouco ortodoxos ou até o recurso à indesejável sociedade fictícia. A desconfiança não pode levar a que se corra o risco de não ter valido a pena a consagração do instituto.

Vejamos, por ora, alguns meios de tutela dos direitos dos credores da sociedade unipessoal contra as possíveis actuações do sócio único. Estes meios de tutela fundamentam-se na necessidade de conciliar o interesse em atribuir um meio eficaz de limitação da responsabilidade do comerciante individual com a protecção de terceiros.

3.3.1. A responsabilidade patrimonial do sócio único: a responsabilidade directa, subsidiária e adicional

A constituição de uma sociedade comercial, por quotas ou anónima, proporciona ao sócio os benefícios decorrentes da personalidade colectiva, como é o benefício da limitação da responsabilidade pelas dívidas da sociedade. Sendo

²⁶⁵ *Ibidem*, pág. 646.

a sociedade unipessoal uma espécie do tipo matriz de sociedade por quotas ou anónima, a situação não podia ser diferente, não obstante o facto de lhe faltar pluralidade.

A LSU, no que a responsabilidade do sócio único diz respeito, começa por afirmar que ela é limitada, ou seja, pelas dívidas da sociedade responde, em princípio, apenas o património da sociedade, estando a responsabilidade do sócio único limitada ao montante da sua participação social. Isto quer dizer, que tal como o que acontece no *tipo matriz*, a responsabilidade do sócio único também é limitada, ou seja, o sócio único não responde pelas dívidas da entidade societária (art. 3º da LSU). Porém, ao contrário do que acontece nos tipos matrizes, nas sociedades unipessoais verifica-se uma mais ampla responsabilidade patrimonial do sócio único, já que este responde subsidiariamente com a sociedade até ao limite do capital social, podendo ainda responder solidária, conjunta ou subsidiariamente, com a sociedade até um determinado montante a estabelecer no estatuto da sociedade, a efectivar apenas em fase de liquidação da sociedade, não podendo ser inferior a metade do capital social (art. 4º, da LSU)²⁶⁶.

266 Estamos em presença de uma responsabilidade legal e *adicional* do sócio único e que parece justificar-se apenas na *ratio* do alargamento da garantia dos credores. A ideia de que esta responsabilidade adicional do sócio único, em montante igual ao capital social, resultará no alargamento da garantia dos credores, tal como parece resultar da leitura teleológica do referido preceito, é apenas aparente, pelo menos no que à sociedade por quotas diz respeito, considerando o montante mínimo do capital social exigido para estas sociedades. Nos termos do art. 16 nº 1 da LSU, alteração introduzida pelo art. 20 da Lei Nº 10/15 de 17 de Junho, o capital social da sociedade unipessoal por quotas é livremente fixado, mas o valor da quota não pode ser inferior a AOA 1,00 (um Kwanza). A lei permite a constituição de sociedades por quotas unipessoais com o capital social de AOA 1,00 (um Kwanza), ou seja, não existe a obrigação do sócio dotar a sociedade por quota unipessoal de um capital social mínimo, permitindo-se com isto a existência de sociedades originariamente subcapitalizadas. Assim, dificilmente este desvio à autonomia patrimonial da sociedade unipessoal irá representar um maior alargamento da garantia patrimonial dos credores da sociedade por quota unipessoal, pelo que se poder afirmar que se trata de uma distorção do regime de responsabilidade do sócio, considerando a possibilidade de se constituírem sociedades unipessoais por quotas com o capital social de AOA 1, 00(um Kwanza). Acresce a isto o facto do capital social ter perdido o seu papel *garantístico*, em detrimento da situação líquida da sociedade.

Trata-se de uma responsabilidade subsidiária relativamente à responsabilidade própria da sociedade, ou seja, o sócio único só responderá se o património da sociedade se mostrar insuficiente para resolver os seus débitos²⁶⁷.

Importa realçar que a responsabilidade legal adicional e subsidiária do sócio único em relação aos credores sociais não tem expressão bastante para beliscar a natureza da responsabilidade do sócio único da sociedade unipessoal, que continua a ser limitada.

De qualquer modo, trata-se de uma norma que conta com eficácia persuasiva apenas nas situações em que a sociedade unipessoal se encontra dotada de capital social elevado. Neste caso, os actos do sócio violadores da distinção subjectiva entre o sócio e a sociedade é sancionado com a obrigação de responder pelas dívidas da sociedade como o seu património pessoal até metade do valor do capital social.

3.3.2. Os negócios jurídicos concluídos entre o sócio único e a sociedade unipessoal

A possibilidade legal de uma só pessoa utilizar o mecanismo tipicamente reservado para as actuações colectivas tem por base o pressuposto de que, tal como nas sociedades pluripessoais, deve haver uma rigorosa separação patrimonial entre o sócio único e a sociedade. A ausência de separação entre o património do sócio e da sociedade poderá resultar na lesão de interesses de terceiros.

Os riscos de confusão patrimonial associados a unipessoalidade levaram a que o legislador estabelecesse um regime rigoroso para os negócios jurídicos celebrados entre o sócio e a sociedade (regulados pelo art. 22 da LSU), em atenção à necessária tutela dos credores sociais. Este artigo tem subjacente a regra da separação patrimonial, inspirada na necessidade de protecção daqueles que dão crédito à sociedade²⁶⁸. A sua *ratio* reside no facto de que o principal meio

267 ESPÍRITO SANTO, João, *in Sociedade Unipessoal de Direito angolano, cit.*, pág. 48.

268 SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, *cit.*, págs. 109-110.

de que o sócio dispõe para distorcer a separação entre o seu património e o património da sociedade são os negócios jurídicos que celebra com a sociedade, daí a necessidade de uma regulação específica, contendo um regime especial para os negócios concluídos entre a sociedade e o sócio, com exigências que se fundamentam na promoção da separação patrimonial e na transparência.

A lei sujeitou os negócios entre o sócio e a sociedade a condições especiais – formal, material e de publicidade – previstas no referido artigo. Materialmente, a lei exige que os negócios celebrados entre a sociedade unipessoal e o sócio único sejam aptos para a prossecução do objecto social. Formalmente, exige-se que estes observem sempre a forma escrita, caso outra forma mais exigente não resulte da natureza do negócio. Ao nível de publicidade, exige-se que estes sejam patenteados conjuntamente com o relatório de gestão e com os documentos de prestação de contas, para que qualquer interessado possa consultá-los na sede da sociedade. Quanto ao acesso por terceiros aos documentos em que constem os contratos celebrados entre o sócio único e a sociedade, o Ofício Circular nº 4268/GMJDH/2013, que, como dissemos, estabeleceu um regime provisório de aplicação da LSU, determina que estes poderão consultar tais documentos desde que se façam acompanhar de mandado ou ordem judicial para o efeito.

A dimensão proibitiva da celebração de certos negócios entre o sócio e a sociedade fundamenta-se na possível instrumentalização da sociedade em benefício próprio do sócio em prejuízo de terceiro e que a ausência de uma contraposição de interesses entre vários sócios facilita²⁶⁹.

Em nossa opinião, faz todo o sentido que esta proibição seja compreendida de modo a abranger os contratos celebrados entre a sociedade unipessoal e aquelas pessoas que, nos termos do art. 579, nº 2 do Cód. Civ., se possam considerar interpostas pessoas do sócio único. Tal interpretação permite o controlo da atitude do sócio que, com o objectivo de contornar a aplicação das regras relativas aos negócios entre o sócio e a sociedade, recorre a pessoas que podem ser consideradas como sua *longa manus*.

269 ESPÍRITO SANTO, João, in *Sociedade Unipessoal de Direito angolano*, cit., págs. 109-110.

3.3.2.1. A relação do negócio concluído entre o sócio único e a sociedade com o objecto social

A segunda parte do nº 1 do artigo 22 determina a ilicitude dos negócios jurídicos concluídos entre o sócio único e a sociedade unipessoal se estes não servirem a prossecução do objecto da sociedade. A sanção da ilicitude do negócio celebrado em contradição com o estatuído é, nos termos do nº 3 do art. 22 da LSU, a nulidade.

Em regra, o objecto da sociedade comercial não limita a sua capacidade de gozo, ao contrário do que sucede com o fim da sociedade, isto é, o escopo lucrativo da sociedade (art. 6º da LSC). Ao contrário, nas sociedades unipessoais, o objecto social limita a sua capacidade de gozo no que respeita aos negócios celebrados com o sócio único. Estes, além de terem que respeitar o intuito lucrativo, devem servir à prossecução do objecto social. A sociedade não pode concluir negócios com o sócio único que não sejam orientados a prossecução do objecto social. Trata-se de uma restrição adicional à capacidade de gozo das sociedades unipessoais²⁷⁰.

Neste sentido, o problema pode surgir na necessária recondução do negócio ao objecto social, ou seja, em estabelecer um critério que nos permita saber se o negócio serve a prossecução do objecto social.

Subjacente a esta proibição está a necessidade de tutelar interesses de terceiros. A lesão de tais interesses é presumida se os negócios não estiverem no âmbito de actuação fixado à sociedade pelo próprio sócio. Porém, não se pode esquecer que também estão presentes os interesses da sociedade e do tráfico em geral e que não podem ser sacrificados pelo estabelecimento de uma actuação social limitada por critérios excessivamente restritos²⁷¹. A devida ponderação dos interesses em jogo leva ao entendimento segundo o qual o servir o objecto significa que o negócio deve ser necessário, útil ou conveniente à prossecução das actividades inscritas nos estatutos como objecto da sociedade (art. 13, nº 2 da

270 SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág. 111.

271 Neste sentido, vide SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág. 111

LSC). Valem aqui aqueles actos que correspondem ao núcleo do objecto social, mas também os que são instrumentais a ele. O enquadramento de tais actos ao objecto social deve ser feito por intermédio de um critério objectivo, uma vez que estão envolvidos interesses de terceiros.

O artigo 22 também se aplica àquelas situações em que o negócio tem um escopo lucrativo, mas a sua relação com o objecto social se questiona. É a este propósito irrelevante o escopo lucrativo se o acto não poder ser integrado no objecto social através do juízo objectivo. Se o acto passar pelo crivo do critério geral da conveniência ao objecto social, sob o ponto de vista de um gestor diligente, tem de ser considerado válido²⁷².

3.3.2.2 A forma e publicidade dos negócios concluídos entre o sócio e a sociedade

A lei estabelece também que os negócios concluídos entre o sócio e a sociedade devem constar sempre de documento escrito, ao contrário do que prescreve o artigo 219 do Cód. Civ. A exigência de documento escrito é uma exigência mínima, já que o negócio deverá revestir forma mais exigente se isto resultar da natureza do negócio em causa. É o que estabelece o art. 22, nº1, primeira parte.

O número 2 do artigo 22 da LSU estabelece um requisito adicional, impondo uma certa publicitação do negócio. Este deve ser patentado conjuntamente com o relatório de gestão e com os documentos de prestação de contas. Trata-se de uma formalidade posterior que só pode cumprir-se depois da celebração do negócio, nunca antes da sua celebração ou no momento da sua conclusão²⁷³.

Nos termos do nº 2 do art 22 da LSU, conjugado com o nº 2 do art. 8º do Ofício Circular nº 4268/GMJDH/2013, os documentos em que constem os contratos concluídos entre o sócio único e a sociedade devem ser patentados em conjunto com o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas,

272 SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág. 112.

273 ESPÍRITO SANTO, João, *in Sociedade Unipessoal de Direito angolano*, cit., pág. 113.

podendo ser consultados a todo tempo por qualquer terceiro, desde que este se faça acompanhar de mandado ou ordem judicial.

Com esta exigência de publicidade, pretende-se, em benefício de terceiros, garantir uma certa transparência nas relações negociais entre o sócio e a sociedade. Apesar de favorável, a necessidade de se estabelecerem mecanismos tendentes a contornar as possíveis situações de falta de clareza nestes negócios, parece-nos que a medida da lei não alcançou o necessário equilíbrio entre a conveniente transparência e a devida protecção dos interesses do sócio e da sociedade²⁷⁴. É também importante proteger a sociedade, de forma a se evitar que qualquer terceiro perpetre uma *agressão gratuita* dos interesses da sociedade unipessoal e do sócio único de reserva sobre determinados assuntos²⁷⁵.

Em nosso entender, o termo *terceiros* deve ser interpretado de forma restrita, no sentido de abranger apenas os terceiros detentores de *comprovado interesse* juridicamente atendível em face do regime societário. Dentre estes terceiros interessados estariam todos aqueles que tenham crédito sobre a sociedade ou que estejam em uma relação pré-negocial da qual possa vir a resultar um crédito ou responsabilidade da sociedade²⁷⁶, como é o caso da responsabilidade fundada na *culpa in contrahendo*²⁷⁷⁻²⁷⁸.

O Ofício Circular, ao estabelecer a exigência de mandado ou ordem judicial, veio onerar o exercício de uma faculdade legalmente conferida. Parece-nos excessiva a exigência de mandado ou decisão judicial para aceder a informação da sociedade, por parte de quem tem um justificado interesse. Seria, porém, mais aceitável se a exigência daquele instrumento fosse reservada a terceiros que não fossem detentores de justificado interesse, mas como último recurso, depois destes requererem o acesso aos mesmos junto da sociedade. Esta interpretação ganha vigor, uma vez que se compreende que as sociedades não estejam

274 Cf. URÍA, Rodrigo / Aurélio Menéndez e outros, *Curso de Derecho Mercantil I...*, cit., pág. 1232.

275 *Ibidem*, pág. 114.

276 SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág. 113.

277 ESPÍRITO SANTO, João, *in Sociedade Unipessoal de Direito angolano*, cit., pág. 114.

278 Sobre a construção dogmática da culpa *in contrahendo*, vide, por todos, CORDEIRO, António Menezes, *Tratado de Direito Civil Português I*, parte geral, tomo I, Almedina, Coimbra, 1999, pág. 331 e ss.

dispostas a permitir que as suas concorrentes tenham acesso aos negócios celebrados entre a aquela e o seu sócio único. De outro modo, resultaria que esta abster-se ia de realizar negócios com o sócio único, ou, pior do que isso, para se furtar a tais imposições recorreria a outros expedientes que vão em contramão da lógica que guiou a consagração da sociedade unipessoal²⁷⁹.

3.3.2.3. Os negócios concluídos com o sócio único. Negócio consigo mesmo?

Da leitura do artigo 22 pode parecer estar subjacente uma manifestação do princípio da proibição dos negócios consigo mesmo. Ou seja, pode-se interrogar se o facto do sócio de uma sociedade unipessoal participar em um contrato ao mesmo tempo enquanto representante da sociedade e em nome individual não representa a celebração de negócio consigo mesmo.

O art. 261 do Cód. Civ., ao prescrever a anulabilidade do negócio celebrado pelo representante consigo mesmo, poderia levar a concluir que o negócio celebrado entre o sócio único em representação da sociedade e em nome próprio seria um negócio inválido. A norma do art. 261 dirige-se à tutela do interesse próprio do representado, cujo consentimento na realização do negócio afasta a invalidade do acto. Esta prescrição aplica-se em todas as situações onde este perigo existe, incluindo na denominada representação orgânica, onde o perigo é exatamente o mesmo²⁸⁰.

Para enquadrar o negócio celebrado entre o sócio único e a sociedade como negócio consigo mesmo teríamos que decifrar dois pressupostos fundamentais: (i) a actuação do sócio em nome próprio e em representação da sociedade; (ii) a existência de conflito de interesse entre o sócio e a sociedade²⁸¹.

279 SERRA, Catarina, “*As novas Sociedades Unipessoais*”, cit., pág. 138.

280 Neste sentido, ASCENSÃO, José de Oliveira, *Direito Civil, Teoria Geral*, Vol. II, Acções e factos jurídicos, Coimbra Editora, Coimbra, Março de 1999, pág. 249.

281 RIBEIRO, Maria de Fátima, “O âmbito de aplicação do artigo 270.º - F, nº 4 do CSC...”, cit. págs. 206-207.

Quanto ao primeiro pressuposto, salvo nas situações em que o sócio único figura como representante da sociedade unipessoal, não se pode afirmar que ele actua em nome próprio e em representação da sociedade.

No que se refere ao segundo pressuposto, também não se pode afirmar com clareza que o sócio único seja portador de um interesse coincidente com o interesse da sociedade. Em princípio, parece que o interesse do sócio único enquanto sócio coincide como o interesse da sociedade, mas os interesses do sócio podem ser uns na sociedade e outros fora dela, ou seja, pode ter interesses enquanto sócio e enquanto contraente da sociedade²⁸².

Assim, nos casos em que o sócio figura como representante da sociedade e nos casos em que se pode determinar que este seja portador de interesses extra-sociais e que podem conflitar com os interesses da sociedade e com os seus interesses enquanto sócio, poder-se-ia afirmar que se encontram preenchidos os pressupostos para a proibição de celebração de negócios entre o sócio e a sociedade, uma vez que nesta situação estarão presentes os elementos de perigosidade que estão subjacentes a proibição do negócio consigo mesmo.

De todo modo, resulta claramente da disciplina do art. 22 da LSU que o legislador pretendeu afastar a aplicação do regime da proibição do negócio consigo mesmo aos negócios celebrados entre o sócio único e a sociedade unipessoal²⁸³.

O legislador, ao admitir de forma expressa a possibilidade destes negócios serem celebrados, desde que respeitando um conjunto de requisitos, que funcionam como verdadeiros mecanismos de segurança²⁸⁴, afastou a aplicabilidade do art. 261 do Cód. Civ. Os negócios entre o sócio único e a sociedade estão geralmente autorizados pela própria lei e a validade dos mesmo não esta dependente do facto da sociedade ter prestado o seu consentimento na sua realização. A não aplicação do art. 261 Cód. Civ. aos negócios celebrados entre

282 SAMPA, Samora Ilídio Delgado, *Os Negócios entre a Sociedade e os Sócios no Direito da OHADA...*, cit., pág. 159.

283 RIBEIRO, Maria de Fátima, "O âmbito de aplicação do artigo 270.º - F, nº 4 do CSC...", cit., pág. 209, SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág. 109 e ainda COSTA, Ricardo Alberto Santos, *Código das Sociedades em Comentário*, Vol. IV (Coord. Coutinho de Abreu), pág. 343, SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág.

284 RIBEIRO, Maria de Fátima, "O âmbito de aplicação do artigo 270.º - F, nº 4 do CSC...", cit., pág. 208.

o sócio único e a sociedade também seria fundamentada no desajustamento do regime estatuído pelo preceito do Cód. Civ. com a protecção do interesse dos credores sociais. A falta de adequação é patente a nível da consequência jurídica prevista pelo artigo 261 do Cód. Civ., a anulabilidade, cuja invocação esta apenas legitimidade a pessoa no interesse da qual a anulabilidade é estabelecida pela lei, isto é, o representado, portanto, a sociedade²⁸⁵. Ao prescrever a nulidade do negócio, o legislador entendeu que não estão apenas em jogo os interesses da sociedade, mas também de terceiros.

Conclui-se, assim, pela inaplicabilidade do art. 261 do Cód. Civ. aos negócios celebrados entre o sócio único e a sociedade.

3.3.2.4 As sanções pela violação das regras relativas aos negócios concluídos entre o sócio único e a sociedade

O número 3 do artigo 22 da LSU estabelece como consequências da violação das regras respeitantes aos negócios celebrados entre o sócio único e a sociedade a nulidade dos mesmos e a responsabilidade ilimitada do sócio único.

a) A nulidade do negócio celebrado entre o sócio único e a sociedade unipessoal

A primeira consequência estabelecida pelo nº 3 do artigo 22 da LSU, para o caso de violação das regras estabelecidas, nos números 1 e 2 do referido artigo, é a nulidade do negócio celebrado. A lei parece sancionar, de forma unitária, com a nulidade a violação dos requisitos dos negócios celebrados entre o sócio único e a sociedade unipessoal, a não integração no objecto, a falta de forma e a não patenteação com o relatório de gestão e com o documento de prestação de contas. Assim, tendo o sócio violado qualquer desses deveres, o negócio será nulo.

²⁸⁵ ALMEIDA, Margarida Azevedo, *O problema da responsabilidade do sócio único perante os credores da sociedade por quotas unipessoal*, Instituto Politécnico do Porto, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, 2005, pág. 76. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.22.2459> [consultado em 23/08/2015].

A publicidade do negócio é uma formalidade, ou seja, um acto acessório ao negócio que está funcionalmente ligado e que acompanha o negócio, mas não se identifica com ele, nem é por ele englobado²⁸⁶.

No caso em análise, tal como a falta de forma, a preterição desta formalidade exigida por lei – patenteamento dos negócios com o relatório de gestão e os documentos de prestação de conta –, implica a nulidade, considerando que o negócio celebrado violou uma formalidade injuntivamente exigida por lei e, por este motivo, é nulo o negócio²⁸⁷.

b) A responsabilidade ilimitada do sócio único

A segunda consequência é a responsabilidade ilimitada do sócio único, ou seja, o sócio único responderá pessoal e ilimitadamente pelo desrespeito das regras legalmente prescritas para a celebração de negócios entre o sócio único e a sociedade unipessoal. Se o sócio único, ao celebrar um contrato com sociedade, violar as regras referentes à integração do negócio ao objecto social, em relação à forma e à patenteação do mesmo junto com o relatório de gestão e os documentos de prestação de contas, responderá ilimitadamente (nº 3 do art. 22 da LSU).

Questiona-se se a responsabilidade ilimitada do sócio único estará circunscrita aos danos que a celebração do negócio, por um lado, e a declaração de nulidade, por outro, acarretam, quer para a sociedade, quer para terceiros, ou se o sócio único passa, a partir de então, a responder ilimitadamente pelos débitos contraídos pela sociedade.

Quanto a esta questão, alguma doutrina entende que o legislador pretendeu estabelecer como consequência a responsabilidade ilimitada do sócio pelas obrigações da sociedade. Outros autores entendem que a responsabilidade ilimitada do sócio se circunscreve aos danos resultantes da celebração do negócio e aos efeitos da declaração da nulidade do negócio.

²⁸⁶ Cf. VASCONCELOS, Pedro Pais de, *Teoria Geral do Direito Civil...*, cit., pág. 604.

²⁸⁷ *Ibidem*, pág. 605. No mesmo sentido, SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág. 114. Em sentido contrário, ESPÍRITO SANTO, João, *in Sociedade Unipessoal de Direito angolano...*, cit., pág. 113, para quem a nulidade do negócio não publicitado constitui um ilogismo.

RICARDO COSTA²⁸⁸, por exemplo, entende que o legislador pretendeu pressionar o sócio único a observar as normas de segurança para os negócios celebrados entre o sócio único e a sociedade, sob pena da insubsistência do fundamento que lhe confere um privilégio essencial da sua condição de sócio único. Assim, não sendo as regras desrespeitadas, além da nulidade, o sócio único passa a responder, desde esse momento, ilimitada e subsidiariamente pelas dívidas da sociedade. Porém, o autor reconhece o exagero e a desproporção que tal solução acarreta e mostra-se sensível aos argumentos, principalmente nos casos de violação da forma e da publicidade²⁸⁹. Consequentemente entende que a preterição da forma e do dever de publicidade não devem conduzir a uma solução desconsiderante. Estando a teleologia fundamental da prescrição no enquadramento do negócio nas actividades que a sociedade pode estatutariamente realizar, e sendo este o verdadeiro crivo da validade do negócio entre o sócio único e a sociedade unipessoal, a sua violação, entende o autor, legitima uma solução desconsiderante e caracterizadora, a partir de então, do regime de responsabilidade do sócio perante os credores sociais²⁹⁰.

SOVERAL MARTINS também parece ser da opinião de que o sócio, pela violação das regras prescritas pelo legislador, passa a responder ilimitadamente pelas obrigações da sociedade²⁹¹.

Por seu turno, MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO²⁹², JOÃO ESPIRITO SANTO²⁹³ e CASSIANO SANTOS²⁹⁴ entendem que a responsabilidade do sócio único se restringe ao negócio em causa e aos seus efeitos. Entendem ser esta a solução que

288 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *Código das Sociedades em Comentário*, IV (Coord. Coutinho de Abreu), cit., págs. 343-344.

289 Sobre a violência da ilimitação da responsabilidade do sócio único pela violação das regras respeitantes à publicidade dos negócios celebrados entre a sociedade unipessoal e o sócio único, vide MARTINS, Alexandre Soveral, *Código das Sociedades Comerciais – Alterações Introduzidas pelo Dec.-Lei Nº 257/96 de 31 de Dezembro*, in *Revista da Universidade Moderna*, Vol. I, 1998, págs. 313-314.

290 COSTA, Ricardo Alberto Santos, *Código das Sociedades em Comentário*, IV (Coord. Coutinho de Abreu), cit., págs. 343-344.

291 MARTINS, Alexandre Soveral, “Código das Sociedades Comerciais...”, cit., pág. 314. Não obstante o facto do A. discordar da aplicação desta consequência no caso da violação das regras de publicidade do negócio.

292 RIBEIRO, Maria de Fátima, “O âmbito de aplicação do artigo 270.º - F, nº 4 do CSC...”, cit., pág. 212 e ss.

293 ESPÍRITO SANTO, João, in *Sociedade Unipessoal de Direito angolano*, cit., pág. 115 e ss.

294 SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág. 115 e ss.

se adequa à presunção de um legislador razoável. É também este entendimento a que em nos filiamos. Vejamos porquê:

Em primeiro lugar, porque o texto do nº 3 do art. 22 é claro quando determina que é “a violação do disposto nos números anteriores” que “responsabiliza, ilimitadamente, do sócio”, pelo que tudo indica que a responsabilidade é destinada a reparar os danos que resultantes da celebração do negócio e da declaração de nulidade que decorram quer para a sociedade quer para terceiros²⁹⁵.

Em segundo lugar, porque uma solução diferente revelar-se-ia desproporcional, mesmo tendo em conta os fundamentos do regime jurídico em questão, que se circunscreve na tutela da sociedade e de terceiros. De outro modo, tratar-se-á da consagração legal de uma alteração do regime de responsabilidade do sócio²⁹⁶, ou seja, da derrogação, com carácter geral, de um dos aspectos mais marcantes e determinantes da sociedade por quotas e anónimas: a limitação da responsabilidade²⁹⁷ e que em nada protegerá os interesses dos credores sociais. A responsabilidade ilimitada do sócio pelas obrigações sociais, em tais circunstâncias, não encontra justificações possíveis, uma vez que podem nem existir danos para a sociedade ou para terceiros do acto praticado e da respectiva nulidade²⁹⁸.

Por estes fundamentos, entendemos que a responsabilidade ilimitada do sócio será a decorrente da violação das regras legais e da consequente nulidade do negócio e dos efeitos desta, isto é, o sócio único responde pelas consequências que o negócio teve para a sociedade e pelas consequências que a declaração de nulidade acarreta²⁹⁹. Trata-se, porém, de uma responsabilidade patrimonial do

295 ESPÍRITO SANTO, João, *in Sociedade Unipessoal de Direito angolano*, cit., pág. 116.

296 RIBEIRO, Maria de Fátima, “O âmbito de aplicação do artigo 270.º - F, nº 4 do CSC...”, cit. pág. 213.

297 Neste sentido, vide SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág. 115.

298 Pensa-se v. g. no caso de se preterir as formalidades destinadas a dar publicidade ao acto. RIBEIRO, Maria de Fátima, “O âmbito de aplicação do artigo 270.º - F, nº 4 do CSC...”, cit., pág. 214.

299 SANTOS, Filipe Cassiano, *Sociedade Unipessoal por Quotas...*, cit., pág. 116.

sócio único, considerando que é o património deste que responde pelo cumprimento da dívida que impende sobre a sociedade³⁰⁰.

3.3.3 A via da responsabilidade civil do sócio único

Poder-se-á questionar sobre a possibilidade de recurso à via indemnizatória para responsabilizar o sócio único pelas condutas concretas que atentam contra os credores sociais, colocando o sócio a responder pelos danos que o seu comportamento causou aos credores sociais.

O artigo 28, nº 1 da LSU, remete para a regulamentação das sociedades unipessoais as normas da LSC que regulam as sociedades anónimas e por quotas, com exclusão das que pressupõem pluralidade de sócios. O artigo 6º da LSU, por seu turno, remete, especialmente, para os casos de responsabilidade civil à regulamentação da LSC. Isto quer dizer que no que se refere a responsabilidade civil se aplica as regras constantes da LSC. Não podia ser diferente, uma vez que a sociedade unipessoal por quotas e anónima são primeira espécie dos tipos de sociedades por quotas e anónimas e que têm como segunda espécie as sociedades por quotas e anónimas pluripessoais.

A análise da possibilidade do sócio único responder civilmente perante os credores da sociedade implica a distinção dos casos em que o sócio único faz parte do órgão de gestão³⁰¹ da sociedade, dos casos em que este não participa do órgão de gestão da sociedade.

Nos termos do nº 1 do art. 21 da LSU, o sócio único pode designar gerente. Apesar de não resultar expresso do texto da lei, pensamos que nada impede que o sócio único faça parte, ou seja, o gerente único da sociedade unipessoal por quotas. Pensamos também que o mesmo raciocínio se aplica à sociedade unipessoal anónima, ou seja, o accionista único, para além de poder designar

300 ALMEIDA, Margarida Azevedo, *O problema da responsabilidade do sócio único perante os credores da sociedade por quotas unipessoal...*, cit., pág. 79.

301 As expressões “órgão de gestão” e “gestor” ou “gestores” são aqui utilizadas de forma ampla, de forma a abranger a gerência, a administração ou os gerentes e administradores de sociedades comerciais.

administradores, pode também fazer parte da administração ou até ser administrador único (art. 410, nº 4 da LSC).

a) A responsabilidade civil no caso do sócio único ser gestor da sociedade unipessoal

No caso do sócio único ser também gestor da sociedade unipessoal, este pode vir a responder perante os credores sociais nos termos prescritos pelo artigo 83 da LSC.

O art. 83, nº 1 da LSC, estatui que os gerentes ou administradores respondem para com os credores da sociedade quando, pela inobservância culposa das disposições legais ou contratuais destinadas à protecção destes, o património social se torne insuficiente para satisfação dos respectivos créditos.

O primeiro pressuposto desta responsabilidade é a ilicitude resultante da inobservância de disposições legais ou contratuais destinadas à protecção dos credores sociais à chamada “*responsabilidade pela violação de normas de protecção*”, previstas pelo art. 483, nº 1 do Cód. Civ.³⁰².

Trata-se de uma ilicitude que deriva tão só da violação de deveres legais e contratuais, e não de todo e qualquer dever que impende sobre os gestores das sociedades comerciais³⁰³. Dentre essas, encontramos as normas que se destinam directamente a protecção dos credores sociais e outras que, protegendo em primeira linha os sócios, comportam ainda uma tutela dos credores sociais³⁰⁴.

Não obstante o facto de se mostrarem raros os casos de existência de disposições contratuais destinadas a protecção dos interesses dos credores

302 Vide RAMOS, Maria Elizabete Gomes, Parafraseando o Professor Menezes Cordeiro, in “A responsabilidade de membros da administração”, in *Problemas do Direito das Sociedades*, IDET, Almedina, Coimbra, Julho de 2002, pág. 83 (sublinhado como no original).

303 ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, “Responsabilidade civil dos administradores de sociedade”, in *Caderno nº 5* – IDET – Instituto do Direito das Empresas e do Trabalho, 2º ed. Almedina, Coimbra, Janeiro de 2010, pág. 72.

304 Fazem parte do primeiro grupo os preceitos que atribuem ao capital social a função de garantia dos credores sociais e do segundo as normas destinadas a assegurar um ordenado de funcionamento da organização social que mediatamente propiciam a conveniente gestão do património social.

RAMOS, Maria Elizabete Gomes, “A responsabilidade de membros da administração”, cit., pág. 83.

sociais, elas são permitidas e da sua violação pode resultar a responsabilidade civil do gestor da sociedade perante os credores sociais ³⁰⁵ (v.g. art. 339 da LSC).

Mais comuns do que as regras contratuais são as disposições legais de protecção que, embora não confirmem direitos subjectivos, visam (também) a tutela dos interesses dos credores sociais³⁰⁶. A LSC estabelece várias normas de tutela, também, dos interesses dos credores sociais. São normas que concretizam princípios fundamentais do ordenamento jurídico-societário, como o da intangibilidade do capital social. São também exemplo desse tipo de norma as que disciplinam a aquisição e detenção de participações sociais próprias e as que limitam a prática de actos pela sociedade em função da sua capacidade de gozo³⁰⁷.

São aqui convocados todos os preceitos, legais ou contratuais, cuja função consista na defesa da integridade patrimonial da sociedade, uma vez que não é apenas o capital social que constitui o suporte dos débitos da sociedade³⁰⁸, este não se confunde com o património social³⁰⁹.

A violação destas normas (legais ou contratuais) de protecção³¹⁰ implica a responsabilidade civil do titular do órgão de gestão perante os credores sociais, desde que tal inobservância cause uma diminuição do património da sociedade

305 O Professor Coutinho de Abreu apresenta como exemplo de cláusula estatutária, também destinada a proteger o interesse dos credores, a que proíbe totalmente aquisição de acções próprias ou que reduz os casos em que ela é permitida pela lei. “Responsabilidade civil dos administradores de sociedade”, cit., pág. 72.

306 ABREU, Jorge Manuel Coutinho de / RAMOS, Maria Elizabete, *Código das Sociedades em Comentário*, Vol. I (Coord. Coutinho de Abreu), IDET, Almedina, Coimbra, Outubro de 2010, pág. 894.

307 CUNHA, Paulo Olavo, *Direito das sociedades comerciais*, 5ª Ed., Almedina, Coimbra, Março de 2012, pág. 777.

308 Vide VASCONCELOS, Pedro Pais de, “Responsabilidade civil dos gestores de sociedades comerciais”, in *Direito das Sociedades em Revista*, Vol. I, Ano I, Almedina, Coimbra, Março de 2009, págs. 28-29.

309 DOMINGUES, Paulo de Tarso, “Capital e Património Social, Lucros e Reservas”, in *Estudos de Direito das Sociedades* (Coord. Coutinho de Abreu), 12ª Ed., Almedina, Coimbra, 2015, pág. 163.

310 A violação de qualquer outra norma que não seja norma de protecção de credores e que cause danos a sociedade é apenas susceptível de conduzir a responsabilidade perante a sociedade, e não já perante os credores sociais, ainda que estes também sejam afectados, mediatemente, por aqueles, casos em que os credores podem lançar mão da acção subrogatória, em benefício directo da sociedade. Neste sentido, vide, ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, “Responsabilidade civil dos administradores de sociedade”, cit., pág. 74.

que o torna insuficiente para a satisfação dos respectivos créditos, isto é, desde que haja dano³¹¹.

O dano em que se funda o dever de indemnizar consubstancia-se numa diminuição do património social, ao ponto da sociedade unipessoal se encontrar em situação de não poder responder cabal e pontualmente a satisfação dos interesses dos credores sociais. A diminuição do património social a este nível representa um dano mediato na esfera dos credores sociais. Esta diminuição patrimonial consubstancia-se numa insuficiência do activo disponível, isto é, na impossibilidade da sociedade cumprir as suas obrigações no momento em que tenha de as cumprir³¹². Não se trata do simples facto da sociedade ter um passivo superior ao activo, até porque uma sociedade com o activo patrimonial inferior ao passivo pode, com recurso a crédito, continuar a cumprir cabal e pontualmente as suas obrigações. Pode também se verificar que uma sociedade com um activo superior que o passivo se encontre, por falta de liquidez, em condições de não poder cumprir cabal e pontualmente as suas obrigações e, por isso, só muito dificilmente é que a sociedade não estará em situação de falência, nos termos dos art. 1140 e al a) do art. 1174 do Código de Processo Civil (CPC). No caso de falência, o direito dos credores a serem indemnizados poderá ser exercido pelo administrador da massa falida (art. 83, nº 4 da LSC).

Um outro pressuposto da responsabilidade do sócio (gerente ou administrador) é a culpa, isto é, a conduta violadora das normas de protecção, e que levou a que a sociedade se encontre na situação de não poder cumprir satisfazer as obrigações para com os credores sociais no momento em que as tenha que cumprir, tem que ser imputável ao gestor a título de dolo ou negligência³¹³, cuja bitola é a diligência de um gestor criterioso e ordenado³¹⁴.

311 CORDEIRO, Menezes, in *Direito das Sociedades I*, cit., pág. 935.

312 RAMOS, Maria Elizabete Gomes, “A responsabilidade de membros da administração”, cit., pág. 86.

313 Daí a remissão do nº 5 do artigo 83 para os números 2 a 5 do artigo 77, todos da LSC. Desta remissão resulta a inaplicabilidade da presunção de culpa prevista no nº 1 do art. 77 da LSC.

Não existindo uma presunção legal de culpa, a culpa do gestor tem que ser demonstrada pelo credor (art. 487 do Cód. Civ.) e, caso este se frustre no intento de provar a culpa do gestor, não haverá lugar à responsabilização daquele, pelo menos não perante os credores³¹⁵.

Nos termos do nº 3 do art. 83 da LSC, a responsabilidade do gestor perante os credores sociais não pode ser afastada pela renúncia ou transacção da sociedade. Entende-se que assim seja, considerando que o direito de indemnização pertence aos credores e, por isso, não está na disponibilidade da sociedade³¹⁶. Só aqueles podem renunciar a tal direito ou transigir sobre ele.

Assim, no caso do sócio único ser também o gestor da sociedade, este pode ser responsabilizado pelos credores sociais pela violação das normas contratuais ou legais – e apenas estas – de protecção dos credores sociais, desde que tal violação tenha causado dano a sociedade – insuficiência patrimonial – e seja imputável ao sócio gestor a título de dolo ou negligência. Trata-se, porém, da responsabilidade do sócio enquanto gestor e não já enquanto sócio.

b) A responsabilidade civil no caso do sócio único que não participa do órgão de gestão da sociedade

Quando o sócio único não participa do órgão de gestão da sociedade, parece difícil retirar dos dados normativos elementos que nos permitam concluir pela possibilidade de responsabilidade civil deste perante os credores sociais. Vejamos a questão à luz dos dados normativos.

O artigo 88, nº 4, da LSC que prevê a responsabilidade solidária do sócio controlador, com o gerente ou administrador, estabelece a responsabilidade do

314 ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, “Responsabilidade civil dos administradores de sociedade”, cit., pág. 76. Ainda sobre a problemática desta bitola, vide CORDEIRO, António Menezes, “Os deveres fundamentais dos administradores das sociedades”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 66, Vol. II, Setembro de 2006. Disponível em http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idsc=50879&ida=50925 [consultado aos 24/09/2015]

315 Cf. CUNHA, Paulo Olavo, *Direito das sociedades comerciais*, cit., pág. 778.

316 CORDEIRO, Menezes, in *Direito das Sociedades I*, cit., pág. 936.

sócio único perante a sociedade (e outros sócios). Este preceito vem “...definir as condições de responsabilidade do sócio controlador que utilizando *o poder de influencia que lhe advém da possibilidade de destituir as pessoas incumbidas da gestão da sociedade*, as tenha conduzido à tomada de medidas danosas”³¹⁷. Trata-se, porém, de uma responsabilidade que visa a reparação de danos sofridos pela sociedade (ou por outros sócio). Este preceito parece não ter aplicação no caso de responsabilidade civil do sócio perante os credores sociais³¹⁸, sendo que estes não poderão demandar o sócio único, pelos danos por eles sofridos, mas tão só o órgão de gestão, mesmo nos casos em que seja aquele quem determinou as decisões prejudiciais.

E nos casos em que a conduta dos gestores que lesou os interesses dos credores seja determinada pelo sócio único, quer seja no âmbito do seu poder de direcção, nos termos do art. 282 da LSC³¹⁹, quer pelo simples facto de ser o senhor todo poderoso na sociedade.

MARGARIA ALMEIDA³²⁰ entende que, nos casos em que o sócio único não faça parte do órgão de gestão, mas determina, com base no seu poder de direcção, a conduta dos gestores violadora de normas de protecção dos credores sociais, o sócio único deve estar sujeito às regras gerais de responsabilidade civil extra contratual, independentemente da responsabilidade do gerente ou administrador da sociedade, isto é, o direito a indemnização dos credores ficará dependente do preenchimento das condições previstas na segunda parte do art. 483 do Cód. Civ., segunda parte.

Reconhecendo insuficiente a via apontada para resolver todas as situações em que os interesses dos credores venham a ser prejudicados, ou seja, em que

317 ALMEIDA, Margarida Azevedo, *O problema da responsabilidade do sócio único perante os credores da sociedade por quotas unipessoal...*, cit., pág. 80.

318 Neste caso, os credores também podem fazer recurso a um mecanismo de salvaguarda indirecta dos seus interesses que é a acção sub-rogatória (art. 83, n.º 2), sempre que a sociedade não o faça. Estes poderão então demandar ao sócio único nos termos do art. 88 da LSC. A acção sub-rogatória visa responsabilizar o sócio pelos danos sofridos pela sociedade, e não pelos danos sofridos directamente pelos credores sociais. Trata-se de uma responsabilidade solidária do sócio para com as pessoas que têm a seu cargo a gestão da sociedade.

319 Resulta deste artigo que o sócio único da sociedade unipessoal por quotas tem o poder de direcção da sociedade, podendo deliberar sobre matéria de gestão da sociedade.

320 ALMEIDA, Margarida Azevedo, *O problema da responsabilidade do sócio único perante os credores da sociedade por quotas unipessoal...*, cit., pág. 81.

haja violação de qualquer norma destinada a protegê-los, a Autora socorre-se da flexibilidade da válvula de escape do sistema prevista pelo art. 334 do Cód. Civ., nas circunstâncias em que se possa considerar abusiva a actuação do sócio único.

A via apontada por MARGARIDA ALMEIDA parece promissora, porém, se caminharmos um pouco mais, podemos constatar que o sócio único que, não obstante o facto de não fazer formalmente parte do órgão de gestão da sociedade, actua indirectamente sobre a administração instituída, determinando a sua actuação através da imposição das suas instruções e condicionando as escolhas operativas dos gestores de direito que acatam, sem liberdade de análise, age como um autêntico *gestor*, porém, de *facto*. Então, podemos questionar em que medida lhe poderão ser aplicadas as regras referentes à responsabilidade civil dos gestores perante os credores sociais, prevista pelo art. 83 da LSC, uma vez que aquele, tal como este, pratica actos de gestão que, do mesmo modo, podem violar normas de protecção dos credores sociais. Vejamos por ora em que medida podemos considerar o sócio único com gestor de facto e consequentemente a aplicação do regime de responsabilização de quem, tal como este, administra a sociedade.

c) A responsabilidade civil do sócio único como gestor de facto(?)

No mais das vezes, o sócio único, embora não fazendo parte do órgão de gestão da sociedade, por ostentar a qualidade de único sócio e, por isso, uma posição de controlo sobre a sociedade, conduz a vida societária, determinando de forma reiterada a conduta do gestor de directo, embora não se apresente perante terceiro como membro do órgão de gestão da sociedade³²¹.

Neste sentido, o conceito de gestor aqui utilizado deverá abranger os gestores formalmente designados e que exercem, nos termos da regras as suas funções, mas também aqueles que actuam indirectamente sobre a administração

³²¹ COSTA, Ricardo Alberto Santos, “Responsabilidade civil societária dos administradores de facto”, in *Temas Societários*, IDET – Colóquios nº 2, Almedina, Coimbra, Maio de 2006, pág. 30.

instituída, impondo as suas instruções determinando com isso a conduta dos gestores de direito. Os gestores de facto, oculto ou *shadow director*³²².

Uma tal actuação parece poder sujeitar o sócio único (gestor de facto) à mesma responsabilidade civil a que estão sujeitos os gestores de direito. Aqueles, tal como estes, administram as sociedade e devem, por este facto, cumprir igualmente as regras da correcta administração, sob pena de arcarem com a respectiva responsabilidade³²³. De outro modo, estar-se-á a afastar a responsabilidade de quem, ainda que de facto tenha praticado actos próprios do desempenho da função de gestão.

Esta perspectiva atende às funções de administração efectivamente exercidas. Pensamos ser suficiente para concluir que o artigo 83 da LSC também se aplica a quem, não obstante ao facto de não fazer formalmente parte do órgão de gestão da sociedade, actua indirectamente sob a administração instituída, determinando a sua actuação através da imposição das suas instruções e condicionando as escolhas operativas dos administradores de direito que acatam, isto é, ao administrador de facto. Vejamos porquê:

Os deveres previstos para o exercício dos actos de gestão das sociedades comerciais representam mais do que uma ordenação programada para sujeitos determinados e individualizados que apresentam certas vestes formal-orgânicas (os gestores de direito), elas correspondem a regras que visam aferir o desenvolvimento correcto da actividade de gestão da sociedade. Assim, o complexo normativo está dirigido também para quem exerce os poderes de gestão de uma sociedade ou impõe os seus desejos a quem administra, como se de gestor de direito se tratasse deve estar juridicamente sujeito as regras da correcta e diligente administração³²⁴ e, conseqüentemente, também estará sujeito à responsabilidade derivada da violação das regras em abono da tutela dos interesses de terceiros. Assim, o risco de administração recai sobre todo

³²² *Ibidem*.

³²³ Cf. ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, “Responsabilidade civil dos administradores de sociedade”, cit., pág. 104

³²⁴ COSTA, Ricardo Alberto Santos, “Responsabilidade civil societária dos administradores de facto”, cit., pág. 31.

aquele que exerce de direito ou de facto os poderes de gestão da sociedade unipessoal.

O instituto do administrador de facto surge, assim, como pressuposto de eficácia da disciplina da responsabilidade civil da gestão social, considerando que ele impede que o exercício ilegítimo dos poderes de gestão da sociedade seja isento de responsabilidade por parte de quem, de facto, os exerce. Ele evita que o exercício ilegítimo dos poderes de administração tenha o efeito perverso de gerar a irresponsabilização para quem assume, com subterfúgios formais, o desvio entre função e título³²⁵.

Assim, tudo indica que o sócio único poderá responder civilmente perante os credores sociais, quando faz parte do órgão de gestão e ainda quando formalmente não o faça, mas de facto exerça os poderes de gestão da sociedade, pela determinação da conduta dos administradores de direito aos seus desígnios, isto é, no caso de agir como administrador de facto. No caso de o sócio não fazer parte do órgão de gestão e ser completamente neutro à actividade de gestão, não encontramos dados normativos ou dogmáticos que possam ser convocados para fundamentar a responsabilidade civil do sócio único perante os credores sociais.

3.3.3.1 A Natureza da responsabilidade civil do sócio-gestor perante os credores sociais

Uma questão que se pode colocar é a da natureza da responsabilidade civil do sócio perante os credores sociais, nos termos aqui tratados.

De acordo com o que resulta da apreciação dos dados normativos, trata-se de uma responsabilidade extracontratual, aquiliana ou delitual ³²⁶. Na verdade, a responsabilidade do sócio gestor, de facto ou de direito, não resulta da violação de uma relação contratual existente entre estes e os credores sociais. A relação

³²⁵ *Ibidem*, pág. 32.

³²⁶ Neste sentido, *vide* VASCONCELOS, Pedro Pais de, “Responsabilidade civil dos gestores de sociedades comerciais”, cit., pág. 28; ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, “Responsabilidade civil dos administradores de sociedade”, cit., pág. 77; RAMOS, Maria Elizabete Gomes, “A responsabilidade de membros da administração”, cit., pág. 87; ainda SERENS, M. Nogueira, “Notas Sobre Sociedades Anónimas”, in *STVDIA IVRDICA* 14, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra Editora, Coimbra, 1995, pág. 87.

creditória liga os credores à sociedade e não aos gestores. Também, porque neste tipo de responsabilidade, ao contrário do que se verifica na responsabilidade obrigacional, a culpa não se presume³²⁷. A responsabilidade civil dos gestores, prescrita pelo art. 83 da LSC, fundamenta-se na violação ilícita e culposa de normas de protecção dos credores, tornando, com isso insuficiente o património da sociedade para a satisfação das dívidas. Neste sentido, o legislador entendeu ser conveniente sancionar, sob determinados pressupostos, o comportamento de um agente estranho a relação negocial existente entre a sociedade e os seus credores. Uma vez que a actuação dos gestores pode repercutir-se para além do universo societário, nomeadamente, na esfera dos credores sociais, entende-se que os credores da sociedade possam responsabilizar terceiros (gestores) quando a actuação destes tenha causado o não cumprimento das obrigações, por parte da sociedade.

3.3.4 A via da desconsideração da personalidade colectiva da sociedade unipessoal.

A sociedade unipessoal, tal como todas as outras, goza de personalidade jurídica a partir do registo do acto jurídico que a constitui. É isto mesmo que resulta da interpretação literal do art. 5º da LSC. Elas, não obstante o facto de não contarem com um substracto pessoal plural, estão dotadas de personalidade jurídica. Com o registo definitivo do acto constitutivo, as sociedades comerciais gozam de personalidade jurídica, tanto em relação a terceiro, como em relação aos próprios sócios³²⁸. Ela é uma pessoa jurídica diferente do seu membro. É basicamente nisso que consiste o fenómeno da personificação nas sociedades comerciais.

327 Sobre os elementos distintivos da responsabilidade obrigacional e da responsabilidade extracontratual, *vide* COSTA, Mário Julho de Almeida, *Noções Fundamentais de Direito Civil*, 4º Ed. (revista e actualizada, com a colaboração de Henrique Sousa Antunes), Almedina, Coimbra, Outubro de 2001, pág. 103 e ss.

328 *Vide* MARTINS, Alexandre Soveral, “Da personalidade e capacidade jurídicas das sociedades comerciais”, in *Estudos de Direito das Sociedades* (Coord. Coutinho de Abreu), 12ª Ed., Almedina, Coimbra, 2015, pág. 86.

Sendo a sociedade uma pessoa jurídica diferente do sócio, cada uma responde, nos termos gerais prescritos pelo artigo 601 do Cód. Civ., pelas suas dívidas, isto é, o sócio não responde, por regra, pelas dívidas da sociedade nem a sociedade é responsável pelas dívidas do sócio.

Não obstante o facto da sociedade unipessoal constituir uma subjectividade diferente do sócio único, a doutrina tem chamado a atenção para a necessidade de não se perspectivar a distinção entre o sócio único e a sociedade de uma forma absolutizadora³²⁹. A perspectiva não absolutizadora da personalidade colectiva leva a que em determinadas circunstâncias se torna necessário fazer o “levantamento” da personalidade jurídica, deixando de considerar, para certos efeitos, que existe uma autonomia subjectiva ou patrimonial da sociedade em face do seu sócio³³⁰.

Esta doutrina é consequência da crise da personalidade jurídica que levou a que a jurisprudência e a doutrina criassem a figura do levantamento da personalidade colectiva, para, através dela, atingir os patrimónios individual do sócio em casos de abuso funcional do instituto e nos casos de desrespeito do princípio da separação patrimonial³³¹.

O problema do levantamento da personalidade jurídica foi inicialmente tratado pela jurisprudência norte americana do século XIX, em que podemos encontrar vestígios da sua prática desde 1809, no caso *Bank of U.S. vs Deveaus* 9 U.S. 5 Cranch 61, onde o Tribunal entendeu que “*you may rise te veil which the corporate name intereposes and see who stand behind it*” e em 1839 no caso *Fairfield County Turnpike Co. vs Thorpe*, 13 Conn. 173, 179, onde se afirma que “*There are cases... in which courts have draw aside the veil and looked at the character of individual corporators...*”³³². Em tais situações, por intermédio do *piercing the veil*, a jurisprudência norte-americana, com base na equidade,

329 *Ibidem*.

330 *Ibidem*.

331 ALMEIDA, António Pereira de, *Sociedades Comerciais*, pág. 43.

332 Cf. OH. Peter B., “Veil-Piercing Unbound”, in *Boston University Law Review*, 89, 2013, pág. 90.

prescindiu da pessoa jurídica e procurou alcançar a pessoa que se encontrava por detrás dela³³³.

No continente europeu, as primeiras tentativas de, em casos concretos, pôr em causa a autonomia subjectiva ou patrimonial da sociedade remontam, do mesmo modo, ao século XIX. Terá sido pioneira, nesta matéria, a jurisprudência Inglesa através do caso *Salomon vs Salomon & Co.*, de 1987, onde, pela primeira vez, se punha em causa a personalidade da sociedade em face dos seus sócios. Porém, os trabalhos doutrinários de teorização do levantamento da personalidade jurídica apenas começou no período posterior à segunda guerra mundial, tendo sido na Alemanha que o tema encontrou um tratamento mais desenvolvido³³⁴ ³³⁵.

Um dos principais problemas da doutrina do levantamento da personalidade colectiva respeita à determinação do seu campo de aplicação³³⁶, isto é, à determinação dos casos que justificam a desconsideração da autonomia jurídico-subjectiva ou patrimonial da sociedade em face do seu sócio.

Trata-se de um instituto que surgiu *a posteriori* para resolver problemas reais postos pela personalidade colectiva. Na sua origem encontra-se uma multiplicidade de casos e, por isso, a decisão pelo levantamento não pode derivar de quais quer “lucubrações” teóricas³³⁷, mas deve resultar de uma correcta ponderação dos interesses em jogo e do problema concreto.

333 MARTINS, Alexandre Soveral, “Da personalidade e capacidade jurídicas das sociedades comerciais”, cit. pág. 94.

334 Sobre a origem e evolução histórica do instituto e com referências jurisprudencial, Vide CORDEIRO, António Menezes, *O Levantamento da Personalidade Colectiva no Direito Civil e Comercial*, Almedina, Coimbra, 2000, pág. 101 e ss.

335 Vide RIBEIRO, Maria de Fátima, *Sociedades Comerciais...*, cit. pág. 84; ainda MARTINS, Alexandre Soveral, “Da personalidade e capacidade jurídicas das sociedades comerciais”, cit., pág. 95.

336 Sobre a problemática do campo de aplicação da doutrina no ordenamento americano, vide MACEY, Jonathan R. / Joshua Mitts, “Finding Order in the Morass: The Tree Real Justifications of Piercing the Corporate Veil”, in *Cornell Law Review*, Vol. 100, Issue 1, 2014, ainda CHENG, Thomas K. “The corporate veil doctrine revisited: A comparative study of the English and the U.S. Corporate veil Doctrine” *passim*, in *Boston College International and comparative Law Review*, Vol. 34, Issue 2, 2011, pág. 330.

337 Parafraseando MENEZES CORDEIRO, in *O Levantamento da Personalidade Colectiva...*, cit., pág. 115. De acordo com o Professor, o levantamento, por definição, deve manter-se como uma fórmula indeterminada, capaz de acudir às eventualidades que todo o legislador não pode cabalmente prever. *Ibidem*, pág. 110.

A doutrina alemã, na tentativa de identificar os casos em que se poderia desconsiderar a personalidade colectiva, identificou dois grupos de casos: Os casos de imputação (*zureschnungsdurchgriff*) e os casos de responsabilidade (*Haftungsdurchgriff*)³³⁸.

O primeiro, ou seja, a desconsideração para fins de imputação consiste em imputar determinados conhecimentos, comportamentos ou qualidade da sociedade ao sócio e vice-versa. Já o segundo grupo de casos consiste na quebra do princípio da responsabilidade limitada que beneficia os sócios³³⁹.

A doutrina portuguesa tem sistematizadas as situações “desconsiderantes” em grupos de casos concretos em que ela se manifesta. Esta arrumação deriva da necessidade de estabilização das situações desconsiderantes, já que de outro modo verificar-se-ia uma grave situação de insegurança jurídica, uma vez que se trata de um instituto de desenvolvimento doutrinário cuja fundamentação dogmática é problemática.

Importa, antes de avançarmos para a análise específica dos grupos de casos, proceder a um breve esclarecimento sobre uma questão que, no âmbito do levantamento, tem gerado alguma confusão. Trata-se do campo de aplicação subjectivo da figura.

É importante estabelecer a diferença entre a responsabilidade civil do sócio enquanto membro do órgão de gestão da sociedade (de direito ou de facto) – temática que mereceu tratamento no ponto anterior – de outra bem diferente, que é o levantamento da personalidade colectiva para efeitos de responsabilização do sócio³⁴⁰. Não é possível, de acordo com os dados e dogmáticos conhecidos, responsabilizar o gestor da sociedade com recurso ao levantamento da personalidade, uma vez que o que se pretende com a doutrina do levantamento é a desconsideração do véu que separa a subjectividade do sócio

338 CF. ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, *Da Empresarialidade as Empresas no Direito*, Reimpressão, Almedina, Coimbra, Novembro de 1999, pág. 208.

339 *Ibidem*.

340 Este tipo de confusão verifica-se até ao nível legislativo. Nota-se que o legislador, ao regular a causa legal de levantamento prevista no artigo 25 da LSU, estendeu a aplicação da figura do levantamento ao gerente, isto é, ao órgão de gestão. Daí a pertinência desta chamada de atenção.

enquanto tal e a subjectividade da sociedade³⁴¹. A esse respeito convém transcrever as palavras a MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, quando ensina que:

“O alcance desta destrição é mais vasto do que pode a primeira vista parecer. Ela reflete a própria definição dos deveres que impendem sobre sócios, por um lado, e membros do órgão de administração, por outro; torna claro que os deveres que impendem sobre estes últimos têm como primeiros destinatários a sociedade, pelo que a sua violação levará sempre a sua responsabilização perante esta, para ressarcimento dos danos causados (a menos que tenha sido violada norma de protecção dos credores sociais, situação na qual se pode justificar o recurso à responsabilidade aquiliana, verificados que estejam todos os pressupostos da sua aplicação); e esclarece que a privação da eficácia da personalidade jurídica operada pela desconsideração, do ponto de vista técnico-jurídico, apenas pode levar à imputação dos efeitos das relações jurídicas em que seja parte a sociedade e aqueles que constituem o seu substracto pessoal, ou seja, os sócios (uma vez que os membros do órgão de administração, enquanto tais, não integram esse substracto; isso só poderá acontecer se eles forem simultaneamente sócios da sociedade cuja personalidade é desconsiderada, mas nesse caso a sua responsabilidade pelas obrigações da sociedade decorre estritamente dessa sua condição de sócio, nunca da de administrador)”³⁴².

Os sujeitos visados, no âmbito da responsabilidade civil dos órgãos de gestão perante os credores sociais (art. 83 da LSC), são os gestores. Sócios ou não, estes respondem enquanto gestores e não enquanto sócios. O sócio é, neste sentido, responsabilizado enquanto gestor e não enquanto sócio. Pela via da desconsideração, somente os sócios (enquanto tais) são atingidos, não já os gestores. Neste caso, o sócio é responsabilizado por ser sócio e não por ser gestor³⁴³.

341 THOMPSON, Robert. B. “Piercing the corporate veil: an Empirical study” in *Cornell Law Review*, Vol. 76. Issue 5, July, 1991, pág. 1036.

342 RIBEIRO, Maria de Fátima, A desconsideração da personalidade Jurídica: “As realidades brasileira e portuguesa”, in, *Direito das Sociedades em Revista*, ano 8, vol. 15, Almedina, Coimbra, Março de 2016, págs. 38-39.

343 ABREU, Jorge Manuel Coutinho de/ RAMOS, Maria Elizabete, *Código das Sociedades em Comentários*, Vol. I, (Coord. Coutinho de Abreu), cit., pág. 899.

O Professor COUTINHO DE ABREU define o levantamento ou a desconsideração da personalidade jurídica colectiva das sociedades como a “derrogação ou não observância da autonomia jurídico-subjectiva e/ou patrimonial das sociedades em face dos respectivos sócios”³⁴⁴. Para que esta tal inobservância da autonomia jurídico-patrimonial se verifica é necessária a verificação de uma situação concreta que a fundamente. Para tal, a doutrina tem feito recurso a operadores jurídicos, nomeadamente a interpretação teleológica de disposições legais e negociais e ao abuso de direito, apoiados numa concepção substancialista da personalidade colectiva e, com base nisso, classifica os chamados grupos ou “constelações” (usando a expressão do Professor MENEZES CORDEIRO) de casos concretos que a legitimam.

O Professor MENEZES CORDEIRO sistematiza as situações concretas em que a desconsideração se verifica da seguinte forma³⁴⁵:

- i. Confusão de esferas jurídicas;
- ii. Subcapitalização;
- iii. Atentado contra terceiros e o abuso da personalidade.

i. A confusão de esferas jurídicas verifica-se quando não se percebe, de forma clara, a separação entre o património da sociedade e do sócio, isto é, quando não existe, na prática, uma segregação entre os dois patrimónios, por existirem movimentos de permeabilidade entre os patrimónios do sócio e da sociedade. Este facto pode resultar da inobservância de certas regras societárias ou de factos puramente objectivos. Esta é uma situação muito comum na sociedade unipessoal, dado o seu estado jurídico-subjectivo, daí a razão do

344 ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, *Curso de Direito Comercial*, vol. II- Das sociedades..., cit., pág.166.

345 CORDEIRO, António Menezes, *O Levantamento da Personalidade Colectiva...*, cit., pág. 116. COUTINHO DE ABREU, por seu turno, partindo da distinção entre caso de imputação e de responsabilidade, com exemplos para a primeira situação, subdivide os casos de responsabilidade em: (i) Descapitalização provocada, (ii) Mistura de património e (iii) Subcapitalização material manifesta. *Curso de Direito Comercial...*, cit., pág. 168 e ss, MARIA DE FÁTIMA RIBEIRO, apresenta grupos de casos constituídos por: (i) Subcapitalização, (ii) Controlo ou domínio da sociedade por um único sócio, (iii) Mistura de património e (iv) Descapitalização da sociedade in *Sociedades Comerciais...*, cit., pág. 51.

legislador ter estabelecidos no art. 22 da LSU, regras apertadas para os negócios celebrados entre o sócio e a sociedade³⁴⁶.

Importa referir que a mistura de património, para efeitos de desconsideração, apenas existe se a separação patrimonial ou a autonomia patrimonial não tiver sido respeitada ao ponto de não ser possível identificar os actos pelos quais não foi considerada a separação patrimonial. Ela tem de ser acompanhada por uma opacidade contabilística³⁴⁷. Não se pode concluir que houve confusão de esferas jurídicas para efeitos de desconsideração da personalidade jurídica, com fundamento em actos isolados de promiscuidade patrimonial por parte do sócio único, casos em que o interesse dos credores estaria assegurado com recurso às regras estabelecidas pelo art. 22 da LSU, que regulam os negócios entre o sócio e a sociedade ou as regras em que se encontra vertido o princípio da intangibilidade do capital social e ainda pelas regras de direito civil, como são os meios de conservação da garantia patrimonial³⁴⁸.

No caso de se verificar a confusão de esferas jurídicas, acompanhada de uma certa opacidade contabilística, tal facto servirá então de fundamento para a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade unipessoal em face do seu sócio, para efeitos de responsabilização deste perante os credores sociais.

ii. A subcapitalização, por seu turno, verifica-se quando a sociedade tenha sido constituída com capital social insuficiente, tendo em conta o seu objecto ou campo de actuação³⁴⁹. Trata-se, porém, de uma subcapitalização *material*³⁵⁰, isto é, quando a sociedade não dispõe de meios suficientes para o exercício da respectiva actividade e quando tal a insuficiência nem sequer pode ser suprida com recurso a capitais alheios. É apenas esta que deverá relevar para efeitos de levantamento, e não já a simples situação de subcapitalização nominal, que

346 Vide, VALE, Sofia, *As Empresas no Direito angolano...*, cit., pág. 410.

347 RIBEIRO, Maria de Fátima, *Sociedades Comerciais...*, cit., págs. 79-80.

348 *Ibidem*.

349 Vide CORDEIRO, António Menezes, *O Levantamento da Personalidade Colectiva...*, cit., pág. 118.

350 ABREU, Jorge Manuel Coutinho de, *Curso de Direito Comercial, II...*, cit., pág. 174.

consiste no facto da sociedade ter um capital formalmente insuficiente para o objecto ou para os actos que se destina³⁵¹.

A subcapitalização é originária quando a desproporção entre o capital social e as exigências da actividade que os sócios se propõem desenvolver por meio da sociedade é evidente, desde a criação da sociedade. Ela é superveniente quando a falta de capitais se verifica em momento posterior. Admite-se, nestes casos, que os sócios que introduzem ou mantêm no comércio jurídico uma sociedade materialmente subcapitalizada, transferindo com isso boa parte do risco negocial para terceiros, abusam da personalidade colectiva e, por isso, devem responder ilimitadamente perante os credores sociais.

O legislador angolano parece ter prescindido de atribuir ao capital social qualquer papel no âmbito da garantia dos credores da sociedade por quotas, autorizando com isso a externalização de todo o risco da exploração da empresa societária. Com as alterações introduzidas pela Lei nº 10/15 de 17 de Junho, podem ser constituídas sociedades unipessoais por quotas com o capital social de AOA 1,00 (um Kwanza), a nova lei fixa, assim, de forma indirecta, o montante mínimo do capital social para a sociedade unipessoal por quotas em AOA 1,00 (um Kwanza).

A fixação do valor mínimo para o capital social é independentemente do objecto da sociedade ou do seu volume de negócio³⁵². Os sócios não estão também legalmente obrigados a dotarem a sociedade de um capital social materialmente adequado para cada projecto empresarial específico. Não existindo esta obrigação, associada à irrelevância do capital social no âmbito da garantia dos credores (pelo menos para a sociedade por quotas), a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade descapitalizada parece ser uma via de tutela inadequada³⁵³, ao menos na sociedade por quotas.

351 CORDEIRO, António Menezes, *O Levantamento da Personalidade Colectiva...*, cit., pág. 118.

352 CARVALHO, Maria Miguel, "Novo regime jurídico do capital social nas sociedades por quotas", in *Capital social livre e acções sem valor nominal* (Coord. Paulo de Tarso Domingues/Maria Miguel Carvalho, Almedina), Coimbra, 2011, pág. 15.

353 RIBEIRO, Maria de Fátima, *Sociedades Comerciais...*, cit., págs. 54-59. Para a Autora, uma vez que o legislador admitiu a transferência do risco da actividade empresarial para os credores sociais, não pode ser inequivocamente afirmada a existência de uma obrigação legal de

Por outra, subcapitalização, nas sociedades unipessoais, tem uma particular importância, na medida em que o legislador consagrou uma norma específica determinando a dissolução e liquidação da sociedade, por iniciativa de qualquer interessado, terceiro de boa fé ou do Ministério Público, que apresentar ou declarar património inferior ao montante do seu capital social, por três anos sucessivos (art. 26 da LSU).

Daqui, parece resultar que a subcapitalização da sociedade, enquanto fundamento de levantamento da personalidade colectiva, parece ser inaplicável à sociedade unipessoal. Ela é, sim, verificados certos pressupostos, fundamento para a dissolução do ente societário.

iii. O atentado contra terceiros verifica-se sempre que a sociedade é usada de modo ilícito ou abusivo em prejuízo de terceiros. O abuso da personalidade, por seu turno, verifica-se quando o instituto da personalidade jurídica é utilizado de uma forma abusiva. Trata-se de uma situação de abuso de direito ou de exercício inadmissível de posições jurídicas. O exercício inadmissível verifica-se a propósito da actuação do visado, por intermédio da sociedade, à luz dos valores essenciais do sistema representados pela boa fé³⁵⁴.

A ordem jurídica atribuiu o benefício da limitação da responsabilidade aos sujeitos que queiram exercer actividade económica por intermédio da sociedade, com o objectivo de eliminar a aversão ao risco e promover o investimento, mas não permite a utilização da sociedade como instrumento de inflicção de danos a terceiros, nem a sua utilização disfuncional, isto é, utilização contrária a valores essenciais do sistema.

Na primeira situação – no caso do atentado contra terceiro –, não é apenas importante que se verifique prejuízos causados a terceiros através da pessoa colectiva, para tal é também necessário que se assista a uma utilização contrária a normas ou princípios gerais incluído a ética dos negócios³⁵⁵. Na segunda situação, o comportamento que justifica o levantamento há de ser caracterizado por

capitalização adequada, o que põe em causa a possibilidade de responsabilização dos sócios pela subcapitalização da sociedade.

³⁵⁴ Cf. CORDEIRO, António Menezes, *O Levantamento da Personalidade Colectiva...*, cit., pág. 122 e ss.

³⁵⁵ *Ibidem*.

atentar contra o princípio da primazia da materialidade subjacente ou contra o princípio da tutela da confiança legítima³⁵⁶. Ou seja, o levantamento fundamentar-se-á numa actuação do sócio, inadmissível à luz dos valores essenciais do sistema jurídico.

Assim, a utilização da sociedade unipessoal em violação de regras ou princípios gerais, incluindo a ética dos negócios, ou seja, de modo ilícito, em prejuízo de terceiros, bem como a sua utilização de forma abusiva, isto é, contrária à boa fé³⁵⁷, pode legitimar o levantamento do véu ou a penetração do *escudo* da responsabilidade limitada, com o propósito de responsabilizar o sócio único perante os credores sociais.

iv. A este grupo de casos adiciona-se a responsabilidade pelos danos conexos ao facto penalmente ilícito, prevista pela LSU como uma situação típica de desconsideração da personalidade da sociedade unipessoal.

A LSU apresenta, no art. 25, uma situação de desconsideração que pode ser vista como situação típica de levantamento. Nesta norma estabelece-se, em sede de responsabilidade civil – não se crê que a norma estabeleça os pressupostos de responsabilidade criminal³⁵⁸, como parece resultar do seu enunciado normativo – uma solução imediatamente desconsiderante, estabelecendo a responsabilidade ilimitada do sócio e a responsabilidade civil do gestor pelos danos conexos ao facto penalmente ilícito. Neste caso, torna-se desnecessária a verificação da existência de confusão de esferas jurídicas, de atentado contra terceiros ou abuso da personalidade colectiva, basta, sim, que haja uma pretensão indemnizatória decorrente da prática de um facto penalmente ilícito.

356 Sobre a boa fé e os seus princípios, vide CORDEIRO, Menezes, *Da Boa Fé no Direito Civil*, 5.ª reimpressão, Coimbra, Almedina, Março de 2013, pág. 901 e ss.

357 Sobre a redução dogmática dos comportamentos abusivos aos comportamentos contrários à boa fé, vide CORDEIRO, António Menezes, *Tratado de Direito Civil V*, Parte Geral-Exercício Jurídico, 2ª Ed. revista e actualizada, Almedina, Coimbra, Fevereiro de 2015, pág. 402 e ss.

358 ESPÍRITO SANTO, João, *in Sociedade Unipessoal de Direito angolano*, cit., pág. 119.

3.3.4.1. A subsidiariedade do recurso à via da desconsideração da personalidade colectiva da sociedade unipessoal

O levantamento da personalidade colectiva, como anteriormente referimos, é um mecanismo de criação jurisprudencial e doutrinária e a sua aplicação, como meio de tutela dos interesses dos credores sociais é feita, por regra, atendendo a grupos de casos e, salvo na situação prevista pelo art. 25 da LSU, os chamados grupos de casos não contam com consagração no direito angolano. Ele fundamenta-se na necessidade de se adoptar uma perspectiva substancialista e não absolutizadora da personalidade jurídica colectiva.

Partindo das teorias objectivas às negativistas, várias foram as tentativas de apresentar a fundamentação dogmática do instituto do levantamento da personalidade colectiva³⁵⁹. As teorias negativistas tentaram negar-lhe autonomia³⁶⁰. Não obstante, nas teorias negativistas, o instituto tem funcionalidade e posição na Ciência do Direito e não há dúvidas sobre a sua capacidade de facultar soluções adequadas para determinados problemas colocados pela personalidade colectiva, em particular aqueles colocados no âmbito da unipessoalidade societária.

O reconhecimento das virtualidades do instituto deve ser acompanhado pela afirmação da sua subsidiariedade. É importante anotar a subsidiariedade do recurso ao mecanismo do levantamento da personalidade colectiva para a tutela dos interesses dos credores sociais. Se as pretensões destes puderem ser satisfeitas através do recurso a institutos jurídicos legalmente consagrados, não se deve recorrer a este mecanismo que, não poucas vezes, apresenta contornos

359 Dentre as diversas teorias explicativas do levantamento, encontramos a teoria subjectiva e a objectiva ou institucional, sendo que a exigência de um elemento subjectivo é que distingue a primeira da segunda. A teoria da aplicação das normas parte da *ratio* da norma cuja aplicação está em causa para decidir se essa norma se vai aplicar à pessoa colectiva ou ao seu substracto pessoal. Com mais desenvolvimentos, vide CORDEIRO, António Menezes, *O Levantamento da Personalidade Colectiva...*, cit. pág. 125 e ss.

360 As teorias negativistas que negam directa ou indirectamente a autonomia do instituto. *Ibidem*.

vagos e imprecisos³⁶¹ _³⁶². É importante, antes de se decidir pelo levantamento, apurar, concretamente, a inexistência de uma solução para o problema no âmbito do ordenamento legal vigente.

De outro modo, estar-se-ia a pôr em causa um dos pilares essenciais das sociedades por quotas e anónimas, que é a responsabilidade limitada dos sócios.

3.4. Apresentação de dados estatísticos

A LSU entrou em vigor a 11 de Junho de 2012, porém, as sociedades unipessoais apenas começaram a ser constituídas a partir do mês de Setembro de 2013. De acordo com os dados estatísticos da Conservatória do Registo Comercial, obtidos junto do Guiché Único da Empresa de Luanda – até ao momento a única instituição habilitada para dar tratamento aos processos de constituição de sociedades unipessoais –, no período compreendido entre Setembro de 2013 e Agosto de 2016, isto é, num período correspondente a 3 anos, foram constituídas um total de 6.216,00 (seis mil duzentas e desaseis) sociedades unipessoais, das quais 6.188,00 (seis mil cento e oitenta e oito) são sociedades unipessoais por quotas e 28 (vinte e oito) são sociedades unipessoais anónimas, conforme se depreende dos quadros que se seguem.

Quadro 1

PERÍODO	S.U.A	S.U.Q	TOTAL
Set. - Dez/2013	03	208	211
2014	06	1.187	1.193
Jan. - Set/2015	04	1.841	1.845
TOTAL	13	3.236	3.249

Quadro 2

361 Importa referir que o recurso à desconsideração deverá ser feito sempre que a própria lei sanciona com recurso a uma solução desconsiderante, como o que se verifica no caso do art. 25 da LSU.

362 Vide RIBEIRO, Maria de Fátima, *Sociedades Comerciais...*, cit., pág. 86.

PERÍODO	S.U.A	S.U.Q	TOTAL
Set. - Dez/2015	6	836	842
Jan. - Agosto/2016	9	2.116	2.125
TOTAL	15	2.952	2.967

Da leitura dos dados apresentados pode-se facilmente retirar a conclusão de que o número de sociedades unipessoais até então constituídas ficam aquém do desejado para uma realidade como a de Luanda³⁶³, onde grande parte do sector económico é informalmente dominado pelo pequeno comerciante, que deveria se sentir incentivado a fazer recurso ao novo expediente, de forma a se reduzir também o nível de informalidade da economia angolana.

A justificação desta situação poderá ser encontrada na falta de regulamentação da LSU, facto que impede a extensão da competência para constituição de sociedades unipessoais a outras conservatórias de registo comercial de Luanda e do país a fora, ou ainda, na falta de publicitação da *novela* unipessoal ou, talvez, na míngua cultura jurídica dos pequenos comerciantes (formais ou informais) de Angola.

Os dados também revelam que, num período de dois três, apenas foram constituídas 28 (vinte e oito) sociedades unipessoais anónimas. Diante desta realidade, cabe questionar a utilidade de tal expediente. Terá valido a pena a consagração da unipessoalidade para a sociedade anónima?

Diante desta realidade, parece modesto concluir que fracassou a tentativa do legislador pátrio de disponibilizar ao pequeno comerciante a estrutura jurídica da grande empresa, como é a sociedade anónima. Se calhar, a exemplo do que fez o legislador português, deveria deixar que o reconhecimento normativo desta realidade fosse forçado pela necessidade prática dos pequenos comerciantes, tal como foi o reconhecimento da própria unipessoalidade societária.

³⁶³ Referimo-nos a Luanda pelo simples facto de ser apenas na capital, através dos serviços do GUE, que se pode constituir SU.

Não pensamos ser esta a conclusão que se deva extrair dos dados estatísticos apresentados, principalmente quando contra eles se ergue a juventude, ou melhor, a infância, da sociedade unipessoal na realidade jurídica angolana. A sociedade unipessoal é uma realidade que, por força da falta de regulamentação da LSU, e, conseqüentemente, da sua inaplicabilidade plena pelo território nacional, não se encontra sedimentada no ordenamento angolano, daí a retracção inicial por parte dos comerciantes em fazer recurso a este novo expediente. Podemos dizer que a aplicação da LSU se encontra numa fase experimental e, por isso, torna-se ineficiente extrair resultados definitivos sobre o mérito da sua consagração, partindo de dados provisórios. Estes dados são particulares e a sua análise tem que ser feita com base na ponderação de todas as circunstâncias envolventes.

O que parece ser certo e definitivo é a virtualidade da figura de possibilitar que o comerciante individual, com recurso ao expediente societário limite a sua responsabilidade pelas dívidas derivadas do giro comercial e de permitir uma maior aproximação entre a facticidade real e a facticidade possível.

CONCLUSÕES

Do que foi até aqui dito, podemos extrair as seguintes conclusões:

i. Na base do movimento legislativo orientado para o reconhecimento da sociedade unipessoal esteve a necessidade de o comerciante individual limitar a sua responsabilidade. A inexistência de um meio técnico-jurídico que permitisse ao comerciante individual exercer a sua actividade comercial com limitação da responsabilidade, associada ao controlo totalitário e efectivo da actividade comercial, levou a que este, não poucas vezes, fizesse recurso a sociedades fictícias, em que apenas ele – o verdadeiro sócio – era dominado pela vontade de ser sócio, isto é, pela vontade de assumir a qualidade de sócio e de ser titular dos direitos e obrigações inerentes a tal qualidade, sendo os outros meros subscritores de complacência ou testas de ferro.

A flagrante realidade da sociedade fictícia gerou uma situação de *divórcio* entre a realidade jurídica e a prática, o que fez com que a doutrina mais atenta procurasse encontrar uma solução que permitisse a aproximação do direito regulado à realidade prática. Foi neste sentido que o Austríaco Oskar Pisco desenvolveu o estudo pioneiro propugnando a necessidade de limitação da responsabilidade do comerciante individual.

O movimento tendente à limitação da responsabilidade do comerciante individual começou no pequeno principado de *Liechtenstein* onde, pela primeira vez, se verificou a consagração legal de um meio técnico-jurídico de limitação da responsabilidade do comerciante individual: o *Anstalt*.

Seguidamente, o movimento contaminou outros países, como a Alemanha, França e Portugal, que também consagraram figuras jurídicas que tinham como objectivo a limitação da responsabilidade do comerciante individual. Uns optaram pela criação da sociedade unipessoal, como foi o caso da Alemanha, e outros pela criação de um património autónomo, responsável pelas dívidas comerciais, como foi o caso de Portugal. Hoje, a maioria dos países conta com um meio técnico-jurídico de limitação da responsabilidade do comerciante individual e, na grande maioria, este meio é a sociedade unipessoal.

Não se pode negar o carácter societário da sociedade unipessoal com fundamento no seu estado jurídico-subjectivo. Em primeiro lugar, porque a própria lei determina que, nos casos nela previstos, as sociedades podem ser constituídas por apenas um sócio (art. 8º, nº 2 da LSC), dispensando-se assim a natureza contratual do acto que lhe dá origem. Não obstante o carácter excepcional da disposição apontada, a sociedade unipessoal não é hoje reconduzível a uma situação de mera excepção. Em segundo lugar, porque ela não altera a qualificação do fenómeno societário, modificando apenas alguns aspectos de regulamentação de funcionamento da sociedade e da posição do sócio. De resto, as situações características do tipo mantêm-se. Ela acrescenta ao ordenamento jurídico-societário valores próprios que congrega. Em terceiro lugar, porque a sociedade unipessoal, nascendo de um acto contratual, isto é, pluripessoal, se pode modificar pela redução do seu substracto pessoal e tornar-se unipessoal, e, nascendo unipessoal, pode converter-se em pluripessoal. Estas situações manifestam a susceptibilidade legal de despertar uma normal sociedade comercial, por quotas ou anónima, pluripessoal ou unipessoal. A sociedade unipessoal mantém ainda uma identidade com a personalidade colectiva, na medida em que nela estão presentes os núcleos jurídico-problemáticos da personalidade colectiva e, neste sentido, podemos afirmar que ela é uma pessoa colectiva.

As matérias comerciais são realidades dinâmicas e esta característica influencia a própria realidade da sociedade comercial. Este facto afasta as sociedades comerciais cada vez mais do conceito de sociedades (civis) do artigo 980 do Cód. Civ. Esta realidade mobiliza a construção de um conceito actualístico de sociedade comercial. A sociedade comercial de hoje não se identifica com o conceito de sociedade apresentado pelo art. 980 do Cód. Civ. e recomenda a construção de um conceito de sociedades comerciais capaz contemplar a natureza dinâmica da matéria comercial.

Em Angola, a Sociedade unipessoal conta com reconhecimento normativo, mas o processo de reconhecimento da sociedade unipessoal resultou de uma lenta evolução histórica. Inicialmente, num período anterior à aprovação da LSC,

o direito angolano parecia manifestar uma certa aversão à unipessoalidade, determinando este facto como causa de dissolução da sociedade. Posteriormente, com a aprovação da LSC, a unipessoalidade continuou a constituir causa de dissolubilidade da sociedade, porém, foi sujeitada a uma inoperante cláusula de dissolubilidade. Com a aprovação da LSU, a sociedade unipessoal passou a contar com reconhecimento normativo, porém o ordenamento jurídico passou a contar com dois corpos normativos reguladores da unipessoalidade, ou seja, uma unipessoalidade de facto e uma unipessoalidade de direito.

Olhando para o direito comparado, parece ser consensual a ideia de que o mecanismo mais adequado para limitar a responsabilidade do comerciante individual é a sociedade unipessoal. De facto, o sucesso do expediente societário fundamenta a escolha dos legisladores dos diferentes Países. Muitos Estados reconhecem hoje a sociedade originariamente ou supervenientemente unipessoal. Todavia, em todos eles, ou em quase todos³⁶⁴, a unipessoalidade foi vista com algum *melindre* e por isso a maioria dos legisladores estabeleceu regras tendentes a reduzir ou contornar os riscos associados à unipessoalidade. Este facto é demonstrativo da ideia de que a unipessoalidade é vista ainda como uma fonte de possíveis abusos e ilegalidades.

ii. A sociedade unipessoal foi acolhida pelo legislador angolano como mecanismo de limitação da responsabilidade do comerciante individual, em detrimento do património autónomo. A sua utilização a este propósito comporta várias vantagens, resultantes da utilização do expediente societário que é de comprovado sucesso. Ele facilita a resposta a questões colocadas no âmbito da unipessoalidade com recurso à experiência da sociedade pluripessoal. A utilização do expediente societário para limitação da responsabilidade do comerciante individual resulta da concepção da sociedade como técnica de organização da empresa.

³⁶⁴ Referimos, por exemplo, o legislador da O.H.A.D.A., que não curou de regular, de modo eficaz, as matérias decorrentes do risco da unipessoalidade, como são, v.g., os contratos concluídos entre o sócio único e a sociedade unipessoal.

A sociedade unipessoal mais não é do que um *subtipo* do tipo de sociedade *matriz*, por quotas e anónima. Ela reconduz-se a cada um destes tipos, consoante seja por quotas ou anónima. Ela não altera, as características típicas, nem a regulamentação geral dos tipos matrizes, salvo em alguns aspectos respeitantes à figura do sócio e do seu funcionamento. Porém, é susceptível de agregar valores próprios ao ordenamento jurídico-societário.

O ordenamento jurídico angolano conta hoje com dois corpos normativos reguladores da unipessoalidade. Um destes corpos normativos encontra a sua sede na LSC e o outro na LSU. A diferença entre eles consiste na relevância ou não para efeitos da unipessoalidade de direito regulada pela LSU. Assim, a unipessoalidade que não se mostra relevante para a LSU é-o de facto e a unipessoalidade que se mostra relevante para a LSU é-o de direito. A unipessoalidade de facto mostra-se teleologicamente incompatível com a unipessoalidade de direito. A cumulação de regimes reguladores da unipessoalidade é desnecessária, melhor seria a harmonização das normas da LSU com a regulamentação da unipessoalidade da LSC. Uma possível forma de harmonização seria a retirada da redução do número de sócios à unidade de entre as causas de dissolução das sociedades, pelo menos para as sociedades anónimas e por quotas, e o estabelecimento de um prazo para regularização da sociedade pela conversão desta em sociedade unipessoal ou pela reconstituição da pluralidade. Caso a regularização não fosse feita, o sócio seria ilimitadamente responsável pelas dívidas da sociedade contraídas ao longo do período de concentração.

De acordo com a LSU, o critério de unicidade é o da titularidade da totalidade da participação ou participações sociais. Trata-se de um critério objectivo e formal. Este critério é suficientemente abrangente para compreender determinadas situações fora daquelas em que sobre a participação social incide apenas uma única esfera de interesses, como são os casos da contitularidade, da comunhão conjugal, do usufruto e do penhor de participações sociais. Estas situações, apesar de representarem situações jurídicas complexas, são perfeitamente enquadráveis no conceito de unicidade da LSU. Nestas situações, a

mera presença de uma pluralidade declarada não impede a qualificação da sociedade como unipessoal. Em tais situações, o legislador apresenta sempre um critério que permite reduzir a pluralidade em unidade.

Os limites à titularidade constituição de sociedades unipessoais e de participação das sociedades unipessoais em outras sociedades civis ou comerciais, estabelecidos pelo legislador no art. 20 da LSU, podem gerar efeitos contrários àqueles que o legislador se predispôs alcançar com a consagração da sociedade unipessoal. Por tais razões, propugnamos por uma alteração normativa que os elimine e concentre o combate ou controlo dos riscos associados à unipessoalidade no âmbito da regulamentação da relação entre o sócio único e a sociedade.

A LSU estabelece a referida ordem de limites, porém, não estabelece as consequências resultantes da violação da mesma. Da nossa parte, entendemos que apesar da interpretação sistemática resultar a nulidade do acto violador de tal prescrição, ela não responde cabalmente ao escopo da proibição e à necessária ponderação dos interesses em jogo e, neste sentido, entendemos que a solução que melhor se adequa é a determinação da dissolução diferida e que, nos casos em que ela não se pode fundamentar, a nulidade parece ser a melhor solução.

A sociedade de pluralidade fictícia representa, para terceiros e para o comércio jurídico, os mesmos riscos associados à unipessoalidade, na medida em que uma e outra se encontram submetidas ao capricho de um único indivíduo. Esta situação implica a adopção para as sociedades fictícias de soluções tendentes a contornar os riscos associados. Tal situação, por se tratar de uma sociedade plural, deve ser encontrada na regulamentação deste subtipo; assim, pensamos que é aplicável às sociedades de pluralidade fictícia o art. 89 da LSU. A extensão do artigo 89 da LSC para os casos de unipessoalidade fictícia apresenta-se como a solução encontrada no âmbito da regulamentação das sociedades pluripessoais para evitar o recuso à regulamentação das sociedades unipessoais.

iii. O reconhecimento do carácter societário da sociedade unipessoal não pode fazer perder de vista os possíveis riscos para os credores sociais e para o tráfego económico em si que o controlo da sociedade por uma só pessoa propicia.

Fica claro que a sociedade unipessoal propicia um maior risco de identidade patrimonial entre o sócio único e a sociedade e, conseqüentemente, de violação de interesses dos credores sociais.

O reconhecimento dos riscos associados à unipessoalidade societária e à necessidade de evitá-los, ou de sancionar as actuações do sócio único susceptíveis de lesar interesses dos credores sociais, não pode levar à descriminação da sociedade unipessoal face à sua congénere pluripessoal, nem à atribuição de uma personalidade jurídica a *meia haste*, sob pena de não ter valido a consagração do instituto. A sanção a ser aplicada tem que resultar do facto do sócio adoptar, em virtude de controlar por si só a sociedade, comportamentos abusivos da personalidade colectiva e violadores do princípio da separação patrimonial e, por consequência, danosos para os credores sociais.

O legislador angolano, atento aos perigos da unipessoalidade, e com vista à tutela dos credores sociais, estabeleceu, no âmbito da regulamentação da sociedade unipessoal, uma responsabilidade patrimonial adicional do sócio único até ao valor correspondente ao montante do capital social. Estabeleceu também pressupostos para os negócios entre o sócio único e a sociedade cuja violação implica a nulidade do referido negócio e a responsabilidade ilimitada do sócio. Uma outra via de responsabilização do sócio único perante os credores sociais é a da responsabilidade civil do sócio único. Porém, a responsabilidade civil do sócio único só se verifica no caso em que se pode considerar que o sócio único faça parte (de facto ou de direito) do órgão de gestão da sociedade.

A via da desconsideração da personalidade colectiva da sociedade unipessoal apresenta-se como um meio promissor de responsabilização ilimitada do sócio único perante os credores sociais. Importante é realçar o seu carácter subsidiário, isto é, o recurso a ela só deverá ser feito no caso de não existir, no quadro normativo, outro meio de tutela dos interesses dos credores sociais. Tem de ser assim, sob pena do sacrifício de um dos traços fundamental das sociedades por quotas e anónimas, que é a limitação da responsabilidade.

Ao longo do caminho percorrido, foi ficando claro que a sociedade unipessoal se afigura como um esquema útil a que o comerciante individual pode recorrer para exercer a actividade com limitação da responsabilidade, isto é, ela

permite que o comerciante exerça a actividade com recurso ao expediente societário sem o concurso de outros sócios e sem arriscar, em caso de insucesso das actividades do giro comercial, o seu património pessoal e familiar. O reconhecimento legal da figura representa, sem margem para dúvidas, um passo significativo depois de um longo período marcado pela hesitação em romper com as barreiras delimitadas pelo arreigado princípio do contratualismo na constituição de sociedades comerciais.

Este passo significativo do legislador pátrio representou a superação do princípio do contratualismo na constituição de sociedades comerciais, do qual derivava a ideia de que sociedade é uma estrutura jurídica a que apenas duas ou mais pessoas podem recorrer. Com ela se compreende que a aplicação das regras e dos normais controlos societários não são prejudicados pela mera presença de um sócio único.

Hoje é legalmente possível, no ordenamento jurídico angolano, a constituição de sociedade comercial por acto jurídico unilateral.

Importa também realçar que a consagração da unipessoalidade societária não é isenta de críticas ou insuficiências. O regime da unipessoalidade consagrado pelo legislador angolano encerra uma série de problemas que vão para lá do humilde contributo que o presente estudo procura prestar para a compreensão do seu regime jurídico. Os desafios que ela encerra são enormes, porém a verdade é que ela representa hoje uma realidade incontornável no quadro jurídico-societário de Angola.

Sendo hoje a sociedade unipessoal uma realidade incontornável, resta aos seus destinatários – os operadores económicos – fazer uso do instituto, de forma a que tenha a funcionalidade desejada e a que através dele se constituam empresas funcionais capazes de abraçar os gigantescos desafios do desenvolvimento e da necessária diversificação económica com que Angola se depara.

BIBLIOGRAFIA

ABREU Coutinho de, *Curso de Direito Comercial Vol. II Das Sociedades*, 4ª Ed. Almedina, Coimbra, 2013.

- “Responsabilidade civil dos administradores de sociedade”, in *Caderno nº 5*, IDET, 2ª ed., Almedina, Coimbra, Janeiro de 2010.

- *Da Empresarialidade as Empresas no Direito*, Reimpressão, Almedina, Coimbra, Novembro de 1999.

ABREU, Jorge Manuel Coutinho de / RAMOS, Maria Elizabete, *Código das Sociedades em Comentário*, Vol. I. (Coord. Coutinho de Abreu), IDET, Almedina, Coimbra, Fevereiro de 2013.

ALMEIDA, António Pereira de, *Direito angolano das Sociedades Comerciais*, 1ª Ed., Wolters Kluwer / Coimbra Editora, Coimbra, 2010.

- *Sociedades Comerciais*, 4ª Ed., Almedina, Coimbra, 2006.

ANTUNES, José Engrácia, “O estabelecimento individual de responsabilidade limitada: crónica de uma morte anunciada”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, Ano 3 (2006).

- “Enterprise forms and enterprise liability: is there a paradox in modern corporation law?”, in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade do Porto*, ano 2, 2005.

ARNAUT, António Miguel, “A coisificação de participações sociais: breve reflexão”, in *Direito das Sociedades Em revista*, Ano 8, Vol. 15, Almedina, Coimbra, Março de 2016.

ASCENSÃO, José de Oliveira, “O Estabelecimento Individual de Responsabilidade Limitada ou Falido Rico” in *separata da Revista O Direito*, ano 120.º, I-II, 1988.

- *O Direito; Introdução e Teoria Geral*, 3ª Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

- *Direito Civil, Teoria Geral*, Vol. II, *Acções e factos jurídicos*, Coimbra Editora, Coimbra, Março de 1999.

- *Direito Comercial; Sociedades Comerciais*, Vol. IV, Lisboa, 1993.

BOQUERA MATARREDONA, Josefina, *La concentración de acciones en un solo socio en las sociedades anónimas*, Editorial Tecnos, Madrid, 1990.

BROSETA PONT, Manuel, *Manual de Derecho Mercantil: Intruducción y Estatuto del Empresário Derecho de la Competencia y de la Propriedad Industrial Derecho de Sociedades*, Vol. I, 13ª Ed., Tecnos, Madrid, 2006.

CARVALHO, Maria Miguel, “Novo regime jurídico do capital social nas sociedades por quotas”, in *Capital social livre e acções sem valor nominal* (Coord. Paulo de Tarso Domingues/Maria Miguel Carvalho), Almedina, Coimbra, 2011.

CHENG, Thomas K. “The corporate veil doctrine revisited: A comparative study of the English and the U.S. Corporate veil Doctrine” in *Boston College International and comparative Law Review*, Vol. 34, Issue 2, 2011.

COELHO, Fábio Uhoa, “A Sociedade Unipessoal no Direito Brasileiro”, in *Questões de Direito Societário em Portugal e no Brasil* (coord. Maria de Fátima Ribeiro), Almedina, Coimbra, 2012.

COELHO, Maria Ângela, “A limitação da responsabilidade do comerciante individual”, in *Revista de Direito e Economia*, anos VI/VII, Coimbra, 1980/1981.

COELHO, Pinto, “O Problema das Sociedades Irregulares” in *Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Tipografia da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1947.

CORDEIRO, António Menezes, *Tratado de Direito Civil V*, Parte Geral-Exercício Jurídico, 2ª Ed. revista e actualizada, Almedina, Coimbra, Fevereiro de 2015.

- *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, (Cood. Menezes Cordeiro), 2ª Ed., Almedina, Coimbra, 2014.

- *Da Boa Fé no Direito Civil*. 5.^a reimpressão, Almedina, Coimbra, Março de 2013.

- *Direito das Sociedades I*, Parte Geral, 3.^a Ed., Almedina, Coimbra, 2011.

Manual de Direito das Sociedades II, Das sociedades em especial, 2.^a Ed., Almedina, Coimbra 2007.

- *Tratado de Direito Civil Português I*, Parte Geral, Tomo I, 3.^a Ed., Almedina, Coimbra, 2009.

- *Direito Europeu das Sociedades*, Almedina, Coimbra, 2005.

- *O Levantamento da Personalidade Colectiva no Direito Civil e Comercial*, Almedina, Coimbra, 2000.

CORREIA, António de Arruda Ferrer, *Sociedades Fictícias e Unipessoais*, Livraria Atlântida, Coimbra, 1948.

- “O Problema das Sociedades Unipessoais”, in *Separata do Boletim do Ministério da Justiça* n.º 166, Lisboa, 1967.

CORREIA, Luís Brito, “A Sociedade unipessoal por quotas”, in *nos 20 anos do Código das Sociedades Comerciais: Estudos em Homenagem aos Professores Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier*, Vol. I, Congresso Empresas e Sociedades, Coimbra Editora, Coimbra, Dezembro de 2007.

- *Direito Comercial; Sociedades Comerciais*, Vol. 2, Associação Académica de Lisboa, Lisboa, 1989.

CORREIA, Miguel J. A. Pupo, *Direito Comercial; Direito da Empresa*, 12.^a Ed., revista e actualizada, Ediforum, Lisboa, Setembro de 2011.

COSTA, Mário Julho de Almeida, *Noções Fundamentais de Direito Civil*, 4.^o Ed. (revista e actualizada, com a colaboração de Henrique Sousa Antunes), Almedina, Coimbra, Outubro de 2001.

COSTA, Ricardo, *A Sociedade por quotas unipessoal no direito português; Contributo para o estudo do seu regime*, Almedina, Coimbra, Abril de 2002.

- *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Vol. I, artigos 1º a 84, IDET (Coord. Coutinho de Abreu), Almedina, Coimbra, Fevereiro de 2013.

- *Código das Sociedades Comerciais em Comentário*, Vol. II, artigos 85 a 174, IDET, Coord., Coutinho de Abreu, Almedina, Coimbra, Abril, 2011.

- *Código das Sociedades em Comentário*, Vol. IV (Coord. Coutinho de Abreu), Almedina, Coimbra, Maio de 2012.

- “Unipessoalidade Societária”, in *Miscelânea nº1*, IDET, Almedina Coimbra, Março de 2003.

- “As Sociedades Unipessoais”, in *Problemas do Direito das Sociedades*, IDET, Almedina, Coimbra, Julho de 2002.

CUNHA, Celso e Lindley Cintra, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 20.ª Ed., Edições João Sá da Costa, Lisboa, 2013.

CUNHA, Paulo Olavo, *Direito das Sociedades Comerciais*, 5º ed. Almedina, Coimbra, Março de 2012.

DOMINGUES, Paulo de Tarso, “Capital e Património Social, Lucros e Reservas”, in *Estudos de Direito das Sociedades* (Coord. Coutinho de Abreu), 12ª Ed., Almedina, Coimbra, 2015.

EASTERBROOK, Frank H., “Limited Liability and the Corporation”, in *University of Chicago Law Review*, 52, 1985.

ESPIRITTO SANTO, João, *Sociedades por Quotas e Anónimas Vinculação: Objecto Social e Representação Plural*, Almedina, Coimbra, 2000.

- *Exoneração do sócio no direito societário-mercantil português*, almedina, Coimbra, Junho de 2014

- *Sociedade Unipessoal de Direito angolano. Introdução e comentários à Lei nº 19/12, de 11 de Junho (Lei das Sociedades Unipessoais)*, Escolar Editora, Lobito, 2015.

- *Sociedade Unipessoal por Quota: Introdução e comentários aos artigos 270 – A a 270 – G DO Código das Sociedades Comerciais*, Reimpressão, Almedina, Coimbra, 2014

- “Sociedade e Cônjuges”, in *Estudos em Memória do Professor Doutor João de Castro Mendes*, LEX, Lisboa.

ESTURILLO LÓPEZ, Antonio, *Estudio de la Sociedad de Responsabilidad Limitada*, Editora Civitas S.A., Madrid, 1996.

FERNANDES, Isabel Cristina Carvalho, *Alguns Aspectos sobre as Sociedades por Quotas Unipessoais em Portugal*, Dissertação de Mestrado apresentada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999.

FERNANDES, Luís Alberto Carvalho, *Teoria Geral do Direito Civil*, vol. I: Introdução pressupostos da relação jurídica, 6ª ed., Universidade Católica Editora, Lisboa, 2012.

FRADA, Manuel António Portugal Carneiro da, *Teoria da Confiança e Responsabilidade Civil*, Reimpressão da Ed. de Fevereiro de 2004, Almedina, Coimbra, Outubro de 2007.

FURTADO, Jorge Henrique Pinto, *Curso de Direito das Sociedades*, 4ª Ed., Almedina, Coimbra, Fevereiro de 2001.

GALGANO, Francesco, *História do Direito Comercial*, Tradução João Espírito Santo, Signo Editores, Lisboa.

- *Trattato di Diritto Commerciale e di Diritto Pubblico Dell'economia; Il Nuovo Diritto Societario*, Volume Ventinovesimo, Casa Editrice Dott. Antonio Miali, 2003.

GONCALVES, Diogo Costa, *Pessoas Coletivas e Sociedades Comerciais: Dimensão Problemática e Coordenadas Sistemáticas da Personificação Jurídico-Privada*, Almedina, Coimbra, Maio de 2015.

IHERING, Rudolph Von, *La teoria de la posesión: El fundamento de la protección posesoria*, trad. Espanhola, Reus, Madrid 2004.

HÖSTER, Ewald Heinrich, *A Parte Geral do Código Civil Português: Teoria Geral do Direito Civil*, 6ª Reimpressão da Ed. de 1992, Almedina, Coimbra, Outubro de 2012.

JOÃO, Domingos Francisco, *Temas essenciais do Direito da Economia angolana: Os fundamentos da Constituição económica angolana, O Fundo Soberano*, Escolar Editora, Lobito, 2014.

KAHAN, Daniel R., "Shareholder Liability for Corporate Torts: A Historical Perspective", in *The Georgetown Law Journal*, Vol. 97, Georgetown University, 2009.

LARENZ, Karl, *Metodologia da Ciência do Direito*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, tradução de José Sousa Brito e José António Veloso.

MACEY, Jonathan R. / Joshua Mitts, "Finding Order in the Morass: The Tree Real Justifications of Piercing the Corporate Veil", in *Cornell Law Review*, Vol. 100, Issue 1, 2014.

MAGALHAES, Barbosa de, *As Sociedades Unipessoais face à Legislação Portuguesa*, Jornal do Fôro, Lisboa, 1952.

MAIA, Pedro, "Tipos de Sociedades Comerciais", *Estudos de Direito das Sociedades*, 12ª Ed., Almedina, Coimbra, 2015.

MARTINS, Alexandre Soveral, "Código das Sociedades Comerciais: Alterações Introduzidas pelo Dec. -Lei Nº 257/96 de 31 de Dezembro", in *Revista da Universidade Moderna*, Vol. I, 1998.

- "Da personalidade e capacidade jurídicas das sociedades comerciais", in *Estudos de Direito das Sociedades* (Coord. Coutinho de Abreu), 12ª Ed., Almedina, Coimbra, 2015.

MEDINA, Maria do Carmo, *Direito de Família*, 2ª Ed., Revista e Atualizada, Coleção FDUAN (Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto), Luanda, 2005.

MONTEIRO, António Pinto, "Negócio Jurídico e Contrato de Sociedade Comercial", in *Nos 20 anos do Código das Sociedades Comerciais*, Vol. I, Homenagem aos Profs.

Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier, Congresso Empresa e Sociedades, Coimbra Editora, Coimbra, 2007.

MONTEIRO, António Pinto/ Pedro Maia, “Sociedades Anónimas Unipessoais e a Reforma de 2006”, in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Carlos Ferreira de Almeida*, Vol. I, Almedina, Coimbra, Janeiro de 2011.

OH. Peter B., “Veil-Piercing Unbound”, in *Boston University Law Review*, 89, 2013.

PINTO, Carlos Ferraz, *A potencialmente eterna Unipessoalidade superveniente na Lei das Sociedades Comerciais angolana*, Relatório de mestrado apresentado para a disciplina de Direito das Sociedades Comerciais, no curso de Ciências Jurídico-Empresariais da Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda, 2004.

RAMOS, Maria Elisabete, *Código das Sociedades Comerciais em comentário*, Vol. I, artigos 1º a 84, IDET (Coord. Coutinho de Abreu), Almedina, Coimbra, Fevereiro de 2013.

- “Constituição de Sociedades Comerciais”, in *Estudos de Direito das Sociedades*, 12ª Ed. (coord. Coutinho de Abreu), Almedina, Coimbra, 2015.

- “A responsabilidade de membros da administração”, in *Problemas do Direito das Sociedades*, IDET, Almedina, Coimbra, Julho de 2002.

REQUIÃO, Rubens, *A Preservação da Sociedade Comercial pela Exclusão do Sócio*. Tese apresentada para o concurso à Cátedra de Direito Comercial da Faculdade de Direito da Universidade do Paraná, Curitiba, 1959.

RIBEIRO, Maria de Fátima, “A desconsideração da personalidade Jurídica: As realidades brasileira e portuguesa”, in *Direito das Sociedades em Revista*, ano 8, vol. 15, Almedina, Coimbra, Março de 2016.

-*Sociedades Comerciais (Responsabilidade)*, Relatório sobre o programa e conteúdo e os métodos de ensino da disciplina, Biblioteca de Investigação, Universidade Católica Editora, Porto, Julho de 2015.

- “O âmbito de aplicação do artigo 270.º - F, nº 4 do CSC e a responsabilidade “ilimitada” do sócio único”, in *Direito das Sociedades em Revista*, ano I, Vol. 2, Almedina, Coimbra, Outubro de 2009.

SAMPA, Samora Ilídio Delgado, *Os Negócios entre a Sociedade e os Sócios no Direito da OHADA*, Almedina, Coimbra, 2014.

SANTOS, Filipe Cassiano dos, *Sociedade Unipessoal por Quotas; Comentários e anotações aos artigos 270 -A a 270 -G do Código das Sociedades Comerciais*, Coimbra Editora, Coimbra, 2009.

SATAOLALLA LÓPEZ, M^a. Cristina, “La Sociedad Unipersonal”, in *Revista Jurídica del Notariado*, nº 16, 1995.

SCALZILLI, João Pedro, “Anotações sobre as Origens das Sociedades Comerciais”, in *Revista do Ministério Público do RS*, nº 62, Porto Alegre, Novembro 2008 a Abril de 2009.

SCHMDIT, Karsten, *Handelsrecht, München*, 1987, tradução espanhola de Frederico E. G. Werner, Astrea, Buenos Aires, 1997.

SERENS, M. Nogueira, “Notas Sobre Sociedades Anónimas”, in *STVDIA IVRDICA 14*, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Coimbra Editora, Coimbra, 1995.

SERRA, Catarina, As novas Sociedades Unipessoais, *Scientia Iuridica*, Separata, nºs 265/267, Janeiro-Junho 1997.

- *Direito Comercial: Noções Fundamentais*, Coimbra Editora, Coimbra, Outubro de 2009

TAVARES, Catarina Sofia, *Sociedades Unipessoais por Quotas: Da Tolerância ao Reconhecimento*, relatório de Mestrado apresentado na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2001.

THOMPSON, Robert. B. “Piercing the corporate veil: an Empirical study” in *Cornell Law Review*, Vol. 76. Issue 5, July, 1991.

URÍA, Rodrigo/Aurélio Menéndez e outros, *Curso de Derecho Mercantil I, Empresário, Estabelecimento Mercantil y Actividade Empresarial. Derecho de la Competencia y de la Propriedade Industrial e Intelectual. Derecho de Sociedades*, Civita, Madrid 1999.

VALE, Sofia, *As Empresas no Direito angolano: Lições de Direito Comercial*, Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto, Luanda 2015.

VASCONCELOS, Pedro Pais de, *Teoria Geral do Direito Civil*, 7ª Ed., Almedina, Coimbra 2012.

- “Responsabilidade civil dos gestores de sociedades comerciais”, in *Direito das Sociedades em Revista*, Vol. I, Ano I, Almedina, Coimbra, Março de 2009.

- *A Participação Social Nas Sociedades Comerciais*, 2ª Ed., Almedina, Coimbra, Setembro de 2006.

- “A Natureza das Coisas”, in *estudos em homenagem ao Professor Doutor Manuel Gomes da Silva*, Coimbra Editora, Coimbra, 2001.

VENTURA Raúl, *Dissolução e Liquidação de Sociedades: Comentários ao Código das Sociedades Comerciais*, 4ª Reimpressão da 1ª edição de 1987, Almedina, Coimbra, Setembro de 2011.

- *Sociedades por quotas: Comentários ao Código das Sociedades Comerciais*, vol. I – art. 197 a 239, 4ª Reimpressão da 2ª Ed. de 1989, Almedina, Coimbra Outubro de 2007.

VERÓN, Alberto Victor, *Nueva Empresa e Derecho Societario*, Astrea, Buenos Aires, 1996.

VICENTE CHULIÁ, Francisco, *Introducción al Derecho Mercantil*, 8ª Ed., Tirant lo Blanch, Valencia, 1995.

VICENTE, Dário Moura, *Direito Comparado*, Vol. I, 3ª Ed., Almedina, Coimbra, Agosto de 2015.

XAVIER, Rita Lobo, “Participação social em sociedade por quotas integrada na comunhão conjugal e tutela dos direitos do cônjuge e ex-cônjuge do “sócio””, *in nos 20 anos do código das sociedades comerciais*, Vol. III, Homenagem aos Profs. Doutores A. Ferrer Correia, Orlando de Carvalho e Vasco Lobo Xavier, Coimbra Editora, Coimbra, 2007.

Internet

ALMEIDA, Margarida Azevedo, O problema da responsabilidade do sócio único perante os credores da sociedade por quotas unipessoal, Instituto politécnico do porto. Instituto superior de contabilidade e administração do porto, 2005. Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.22.2459> [consultado em 23/08/2015].

CATALDO, Bernard, *Limited Liability with One-man Companies and Subsidiary Corporation*. Disponível em: <http://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2573&context=lcp> [consultado em 05/05/2015].

CORDEIRO, António Menezes, Os deveres fundamentais dos administradores das sociedades, in *Revista da Ordem dos Advogados*, Ano 66, Vol. II, Setembro de 2006. Disponível em: http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idsc=50879&ida=50925 [consultado em 24/09/2015].

CORREIA, Ferrer, “Sobre a Projectada Reforma da Legislação Comercial Portuguesa”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 44, Vol. I, Maio de 1984, Disponível em: <https://www.oa.pt/Publicacoes/revista/default.aspx?idc=30777&idsc=2691&volumeID=56307&anoID=56306> [consultado em 22/08/2015].

Daniel S. Kleinberger/ Carter G. Bishop, “The Single Member Limited Liability Company as Disregarded Entity: Now You See it, Now You Don’t”. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1559401 [consultado em 25/02/2016].

DUARTE, José Miguel, “A Comunhão dos Cônjuges em Participação Social”, in *Revista da Ordem dos Advogados*, ano 65, vol. II, Setembro de 2005. Disponível em:

http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=31559&idsc=45582&ida=45607 [consultado em 12/02/ 2016].

DUARTE, Rui Pinte, *Breve introdução ao Direito Comercial (para os alunos de Teoria Geral do Direito Privado)*, Lisboa, Novembro de 2013, pág. 10. Disponível em: http://www.fd.unl.pt/docentes_docs/ma/ap_ma_20119.doc [consultado em 21/09/2015].

JR., MARTIN/ J. MCMAHON, “Now You See It, Now You Don't: The Comings and Goings of Disregarded Entities”, in *UF Law Faculty Publications - University of Florida Levin College of Law UF Law. Scholarship Repository*, Winter 2012. Disponível em: <http://scholarship.law.ufl.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1632&context=faculty> [consultado em 08/09/2015].

MOULOUL, Alhousseini, *Compreender a Organização para Harmonização do Direito dos Negócios em Africa (O.H.A.D.A)*, 2º Ed. pág. 21. Disponível em <http://docplayer.com.br/1793520-Compreender-a-organizacao-para-a-harmonizacao-do-direito-dos-negocios-em-africa-o-h-a-d-a-segunda-edicao.html> [consultado em 14/04/2016].

<http://www.lawteacher.net/free-law-essays/company-law/salomon-v-salomon-co-foundation-company-law-essay.php> [consultado em 23/08/ 2015].

Índice

Agradecimentos	4
Advertências e Modo de Citação	7
Abreviaturas e Siglas	8
Resumo	10
Abstract	11
INTRODUÇÃO	12
Objecto, Limites e Iter da Investigação	12
CAPÍTULO I	15
1. – A Unipessoalidade Societária	15
1.1 - A Sociedade unipessoal como verdadeira sociedade	15
1.1.1 - O fenómeno da limitação da responsabilidade do comerciante individual	15
1.1.2 A Sociedade Unipessoal como Modelo Tipológico de Solução do Caso Concreto	21
1.1.3 O Carácter Societário da Sociedade Unipessoal	22
1.1.4 Por um Conceito actualístico de sociedade comercial	29
1.2 - Análise Histórica da Sociedade Unipessoal no Quadro Jurídico ANGOLANO	31
1.2.1 O período da inadmissibilidade	32
1.2.2 O período de tolerância	34
1.2.3 Período da admissibilidade	41
1.3 – O Direito Comparado	43
1.3.1 O Direito Alemão	43
1.3.2 O Direito Português	45
1.3.3 O Direito Espanhol	48
1.3.4 O Direito Brasileiro	51
1.3.5 O Direito de Cabo Verde	53
1.3.6 O Direito da O.H.A.D.A	55
CAPÍTULO II	58
1. - A sociedade unipessoal de direito angolano	58

2.1. Alguns problemas levantados no quadro geral da consagração da unipessoalidade societária em Angola pela Lei 19/12 de 11 de junho, Lei das Sociedades Unipessoais	58
2.1.1 A sociedades unipessoais como expediente técnico-jurídico adequado para responder às necessidades económicas	61
2.1.1.1. As vantagens da sociedade unipessoal face ao património autónomo	62
2.1.2 A sociedade unipessoal: um novo tipo societário ou subtipo do tipo de sociedade respectivo?	65
2.1.2.1. A consagração da unipessoalidade para as sociedades anónimas	65
2.1.2.2. A sociedade unipessoal como subtipo ou espécie do tipo social respectivo	66
2.1.2.2.1. A tipicidade das Sociedades Comerciais	67
2.1.2.2.1.1 A justificação da tipicidade	69
2.1.2.2.1.2 Caracterização dos tipos legais societários	70
a) <i>Responsabilidade do sócio perante a sociedade e credores sociais</i>	71
b) <i>Estrutura organizacional</i>	72
c) <i>Capital social mínimo</i>	73
d) <i>A representação da participação social</i>	75
2.1.2.2.2 O enquadramento da sociedade unipessoal no quadro típico das sociedades comerciais.....	76
2.1.3 A unipessoalidade de facto e a unipessoalidade de direito.....	79
2.1.3.1 A Dualidade de corpos normativos	79
2.1.3.2. O confronto entre os dois regimes	82
2.1.4. O substracto pessoal composto por um único sócio	86
2.1.4.1. O critério formal de unicidade	86
2.1.4.2. A Contitularidade da participação social	88
2.1.4.3 A Comunhão conjugal	91
a) <i>A participação que ingressa na comunhão pela intervenção de um dos cônjuges</i>	91
b) <i>A participação que ingressa na comunhão pela intervenção conjunta de ambos os cônjuges</i>	93
2.1.4.4 O usufruto e penhor de participação social	96

2.1.4.4.1 O caso de usufruto de participações sociais	97
2.1.4.4.2 O penhor de participações sociais.....	98
2.1.5 Limites à titularidade e constituição de sociedades unipessoais e à participação das sociedades unipessoais em outras sociedades	99
2.1.5.1 O Fundamento das limitações.....	101
2.1.5.2 Consequências associadas à violação das limitação à titularidade constituição e à participação de sociedades unipessoais em outras sociedades.....	105
2.1.6 O tratamento da sociedade de pluralidade fictícia: a exclusão unilateral de sócio.....	112
CAPÍTULO III	118
3. - A posição jurídica do sócio único (Responsabilidade)	118
3.1 – O controlo da sociedade comercial por uma só pessoa.....	118
3.2. Os perigos associados à unipessoalidade	122
3.3. Os mecanismos de protecção dos credores contra os riscos associados a unipessoalidade societária	123
3.3.1. A responsabilidade patrimonial do sócio único: a responsabilidade directa, subsidiária e adicional	124
3.3.2. Os negócios jurídicos concluídos entre o sócio único e a sociedade unipessoal.....	126
3.3.2.1. A relação do negócio concluído entre o sócio único e a sociedade com o objecto social	128
3.3.2.2 A forma e publicidade dos negócios concluídos entre o sócio e a sociedade.....	129
3.3.2.3. Os negócios concluídos com o sócio único. Negócio consigo mesmo?	131
3.3.2.4 As sanções pela violação das regras relativas aos negócios concluídos entre o sócio único e a sociedade	133
a) <i>A nulidade do negócio celebrado entre o sócio único e a sociedade unipessoal</i>	133
b) A responsabilidade ilimitada do sócio único	134
3.3.3 A via da responsabilidade civil do sócio único.....	137
a) A responsabilidade civil no caso do sócio único ser gestor da sociedade unipessoal	138

b) A responsabilidade civil no caso do sócio único que não participa do órgão de gestão da sociedade.....	141
c) A responsabilidade civil do sócio único como gestor de facto(?).....	143
3.3.3.1 A Natureza da responsabilidade civil do sócio-gestor perante os credores sociais	145
3.3.4 A via da desconsideração da personalidade colectiva da sociedade unipessoal.....	146
3.3.4.1. A subsidiariedade do recurso à via da desconsideração da personalidade colectiva da sociedade unipessoal	156
3.4. Apresentação de dados estatísticos	157
CONCLUSÕES.....	160
BIBLIOGRAFIA	167
Índice	178